

CONTRIBUIÇÃO AO ESTUDO DA MIGRAÇÃO RURAL-URBANA
NUM MUNICÍPIO DA ZONA CACAUEIRA DA BAHIA, BRASIL

Por

Manoel Malheiros Tourinho

Instituto Interamericano de Ciências Agrícolas da OEA
Centro de Ensino e Investigação
Turrialba, Costa Rica

Novembro, 1970

CONTRIBUIÇÃO AO ESTUDO DA MIGRAÇÃO RURAL-URBANA
NUM MUNICIPIO DA ZONA CACAUEIRA DA BAHIA, BRASIL

Tese.

Apresentada ao Conselho da Escola para Graduados
como requisito parcial para obter o grau

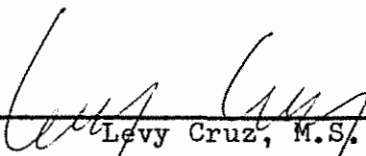
de

Magister Scientiae

no

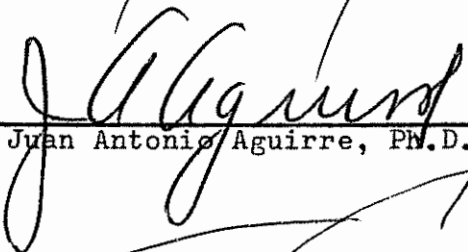
Instituto Interamericano de Ciências Agrícolas da OEA

APROVADA:



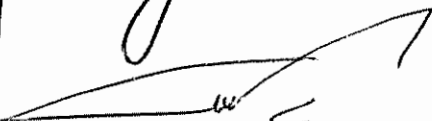
Levy Cruz, M.S.

Conselheiro



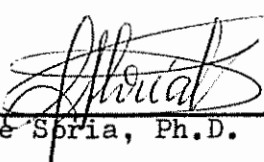
Juan Antonio Aguirre, Ph.D.

Comitê



Gilberto Páez, Ph.D.

Comitê



Jorge Spria, Ph.D.

(Assessor)

Novembro, 1970

À Zélia minha espôsa, por sua
compreensão e estímulo

E também para
Eulália, mãe
Euro
Neusa e
Luiz, irmãos

AGRADECIMIENTOS

Aos professôres membros do Comitê-Conselheiro: Levy Cruz (Conselheiro Principal), pela constante ajuda e orientação; Juan Antonio Aguirre, Gilberto Páez e Jorge Soria, pelo aporte de idéias e recomendações para a melhor apresentação do trabalho; Luis Carlos Cruz, por sua contibuição quando Conselheiro provisório no Brasil.

Ao Plano de Recuperação Econômico-Rural da Lavoura Cacaueira (CEPLAC), nas pessoas de seu Secretário Geral, Sr. José Haroldo Castro Vieira e Coordenador Técnico Geral, Dr. Paulo de Tarso Alvim, pelo apoio e indicação para a bôlsa de estudos.

À Coordenadoria e pessoal técnico do Departamento de Extensão da CEPLAC, pelas facilidades criadas, quando de nossa estadia na Zona Cacaueira, para realização das tarefas de campo e pela confiança sempre demonstrada em nosso trabalho neste Departamento.

Aos colegas de organização, Osmundo Oliveira Teixeira, pela assistência e presteza às solicitações do autor e José Alexandre Menezes, pela colaboração na coleta de bibliografia e documentos.

A Edval, Diran, Divaldo, José Alberto, José Carlos e Gilberto, Técnicos Agrícola e Motorista do DEPEX, pela dedicação que tiveram na execução das entrevistas.

As autoridades, agricultores e trabalhadores agrícolas de Barro Prêto, pela colaboração e receptividade demonstrada, bem como aqueles que de alguma forma contribuíram para a realização dêste estudo.

BIOGRAFIA

O autor nasceu a 16 de novembro de 1939, em Pôrto Velho, Estado do Amazonas, hoje Território Federal de Rondônia.

Cursou estudos superiores na Escola de Agronomia da Amazônia, em Belém do Pará, graduando-se em Engenheiro-Agrônomo, no ano de 1963.

Em fevereiro de 1964, ingressou para o corpo técnico do Plano de Recuperação Econômico-Rural da Lavoura Cacaueira (CEPLAC), organismo do Govêrno brasileiro, donde até o presente desempenha funções junto al Departamento de Extensão Rural.

Realizou estudos de pós-graduado no Instituto Interamericano de Ciências Agrícolas da OEA, Turrialba, Costa Rica, de 1968 a 1970.

CONTEÚDO

	<u>Página</u>
1. INTRODUÇÃO	1
1.1. O problema	2
1.2. Importância do problema	2
1.3. Objetivos	8
1.4. Hipóteses	9
2. REVISÃO DE LITERATURA	10
2.1. A evolução do conceito de recurso humano ..	10
2.2. Os indicadores de conhecimento	12
2.3. O nível mínimo dos fatores considerados co- mo recurso humano	12
2.4. A qualidade dos recursos humanos e a migra- ção rural	14
2.5. O problema brasileiro, com especial ênfase à migração rural-urbana	17
3. METODOLOGIA	21
3.1. Seleção da área de estudo	21
3.2. Descrição da área de estudo	22
3.3. Definição da população	25
3.4. Instrumentos e técnicas de pesquisa	28
3.5. Instrumentos de análises	30
3.6. Definição de termos	31
3.7. Medição das variáveis	33

4.	RESULTADO E DISCUSSÕES	37
4.1.	Tipologia fundamental dos trabalhadores agrícolas, com base em dez variáveis sociais, econômicas e demográficas	37
4.2.	Características socio-econômicas e sua relação com o tamanho das propriedades	42
4.2.1.	Estrutura de idades	42
4.2.2.	Nível educacional	48
4.2.3.	Número de anos na atividade agrícola	49
4.2.4.	Número de dependentes	51
4.2.5.	Nível de renda bruta	53
4.2.6.	Número de filhos nascidos vivos	56
4.3.	Características demográficas e sua relação com o tamanho das propriedades	60
4.3.1.	Lugar de nascimento	61
4.3.2.	Tipificação urbana do lugar de origem	64
4.3.3.	Mobilidade espacial e ocupacional ..	67
4.4.	Aspirações de mão de obra: tipo de mudança desejada, sua direção, em relação com o tamanho das propriedades	75
4.5.	Desejo de urbanização em relação ao tamanho das propriedades	81
4.6.	Conhecimento agrícola e urbano em relação ao tamanho das propriedades	84
4.7.	Comprovação das hipóteses	90
5.	CONSIDERAÇÕES FINAIS	117
6.	RESUMO	121
	SUMMARY	124
	LITERATURA CITADA	128
	APÊNDICES	135

INDICE DE QUADROS

<u>Quadro Nº</u>		<u>Página</u>
1	América Latina: Taxa de crescimento da população rural e urbana por países	5
2	Grau de urbanização do Brasil	7
3	Fôrça de trabalho utilizada em estabelecimentos agrícolas dos municípios vizinhos a Barro Preto, Brasil	25
4	Amostra de trabalhadores distribuidos por estratos: valor estimado, valor calculado e final	28
5	Médias e desvio padrão de dez variáveis sociais, econômicas e demográficas	38
6	Matriz de correlação das dez variáveis consideradas para fins classificatórios	39
7	Variância comum (communality) e primeiro "Factor Loading" estimados	40
8	Distribuição de frequência dos escores compostos para os 348 trabalhadores	42
9	Estrutura de idade por tamanho de propriedade	46
10	Educação formal por tamanho de propriedade ...	48
11	Número de anos na agricultura por tamanho de propriedade	49
12	Número de anos no cacau por tamanho de propriedade	50
13	Número de dependentes por tamanho de propriedade	52
14	Renda bruta por tamanho de propriedade	54

<u>Quadro Nº</u>		<u>Página</u>
15	Número de filhos nascidos vivos por tamanho de propriedade	56
16	Número de filhos que permanecem vivos por tamanho de propriedade	58
17	Lugar de nascimento por tamanho de propriedade	61
18	Tipificação urbana do lugar de origem por tamanho de propriedade	64
19	Número de anos vivido no lugar de origem por tamanho de propriedade	66
20	Local de início da vida ocupacional por tamanho de propriedade	68
21	Mobilidade espacial por tamanho de propriedade	70
22	Mobilidade ocupacional por tamanho de propriedade	73
23	Tipo de mudança desejada por tamanho de propriedade	76
24	Direção da mudança por tamanho de propriedade	83
25	Nível de conhecimento em cacau por tamanho de propriedade	85
26	Nível de conhecimento diversificado por tamanho de propriedade	87
27	Nível de conhecimento urbano por tamanho de propriedade	88
28	Nível de conhecimento geral por tamanho de propriedade	89
29	Disposição de migrar ao meio urbano e nível de conhecimento dos trabalhadores agrícolas de Barro Preto, Brasil	90

Quadro NºPágina

30	Disposição de migrar ao meio urbano e grau de urbanização de origem dos trabalhadores agrícolas de Barro Prêto, Brasil	93
31	Disposição de migrar ao meio urbano e número de dependentes dos trabalhadores agrícolas de Barro Prêto, Brasil	97
32	Disposição de migrar ao meio urbano e nível educacional dos trabalhadores agrícolas de Barro Prêto, Brasil	100
33	Disposição de migrar ao meio urbano e a mobilidade espacial dos trabalhadores agrícolas de Barro Prêto, Brasil	106
34	Mobilidade geográfica alcançada pelos migrantes urbanos de Brasília e pelos trabalhadores rurais de Barro Prêto, Brasil	109
35	Disposição de migrar ao meio urbano e a mobilidade ocupacional rural dos trabalhadores agrícolas, Barro Prêto, Brasil	111
36	Mobilidade ocupacional alcançada pelos migrantes urbanos do Recife, Brasil e pelos trabalhadores agrícolas, Barro Prêto, Brasil	113
37	Disposição de migrar ao meio urbano e o nível de renda dos trabalhadores agrícolas de Barro Prêto, Brasil	114
38	"Qui" quadrado, grau de liberdade e direção da associação, entre a variável dependente e as independentes	116

1. INTRODUÇÃO

Na última década muito se tem falado sobre a importância dos recursos humanos na planificação do desenvolvimento. Exagera-se um pouco entretanto a simples valorização quantitativa dos mesmos, sem atentar para as características de ordem intrínseca de que eles são possuidores, tais como sua educação, capacidade física e habilidades.

Os países pobres, geralmente dotados de elevados índices de crescimento populacional, se apresentam, em decorrência desse fator, como possuidores de fortes contingentes de mão de obra, cujas características mencionadas, que na verdade são motoras do processo de desenvolvimento, deixam muito a desejar.

A migração rural-urbana, tema principal dessa tese, se apresenta em decorrência de uma série de fatores estruturais que afetam o meio rural latinoamericano, como um instrumento de agitação no espaço, desses contingentes qualitativamente abundantes e quantitativamente escassos. Na maioria das vezes, as disposições e medidas de preparação e capacitação dessa mão de obra, só se afetivam quando da sua "chegada" nos conhecidos "polos" de atração migratória.

Em geral o trabalhador, antes que se ajuste ao novo meio, sofre um período de marginalização do processo produtivo existente e, não raras vezes, por carência de uma orientação prévia para as alternativas que a economia lhe oferece, essa mão de obra que pode ser materialmente até saudável, segue na marginalização, faltosa que é do mínimo intelectual desejável.

O problema é de grandes dimensões e deve ser atendido em forma decisiva, já que o progresso industrial e econômico de um país depende de sua solução. Hernan (41:23) se expressa textualmente: "devemos capacitar a mão de obra rural, tanto nas técnicas do agro, como também nas mais sofisticadas das atividades industriais. Devemos preparar o homem do campo para que a sua ida para a cidade resulte num verdadeiro melhoramento de sua situação e numa contribuição efetiva à economia de seu país".

1.1. O problema

O problema básico que apresenta esta pesquisa é inerente a necessidade de conhecer os aspectos referentes a características sociais, econômicas e demográficas da população diretamente vinculada ao trabalho da produção de cacau nas fazendas da região cacauceira no Estado da Bahia, Brasil. Mais especificamente, êle se refere ao comportamento das características nível de conhecimento, grau de urbanização de origem, número de dependentes, nível educacional, renda, mobilidade espacial e ocupacional, frente a alguns aspectos do fenômeno da migração rural-urbana de trabalhadores agrícolas.

1.2. A importância do estudo

A maior parte das nações em vias de desenvolvimento hoje em dia, tem assumido a mentalidade do desenvolvimento. Assim se referem Harbinson e Myers (39:4), em sua obra sobre os recursos humanos e o crescimento econômico. Esta afirmativa plenamente válida entre nós

adquiriu importância pouco mais de uma década depois do fim da segunda guerra mundial.

O enfoque do desenvolvimento pôs também em moda o conceito e a idéia de planificação. Aplicado inicialmente e durante largo tempo aos recursos físicos, passou posteriormente ao econômico e hoje ao campo social.

Nos últimos cinco anos, especialmente nos países menos desenvolvidos, a identificação e estudo dos recursos humanos tem assumido e vem adquirindo cada vez mais um papel de relevância no processo do desenvolvimento.

Traduzido hoje como o indicador mais realista e fidedigno de modernização, o aperfeiçoamento dos recursos humanos poder-se-ia descrever em termos econômicos como a acumulação de capital, em termos políticos como uma melhor participação do povo nos processos sociais do país ou da região e em termos culturais como a liberação do homem dos conceitos tradicionais, ajudando-o a levar uma vida melhor (39: 14).

Um fato prende hoje a atenção de sociólogos, economistas e demógrafos: na maioria das áreas subdesenvolvidas, a população passou a crescer em um ritmo rápido, a mercê das razões conhecidas, quais sejam a de sensível declínio da mortalidade fruto do avanço e da massificação de técnicas sanitárias modernas, e da quase constante taxa de fecundidade existente.

Evidentemente, os países que assim se comportam sofrem um acréscimo muito grande nos seus estoques presentes e futuros de

recursos humanos, o que por certo deveria ser de alto sentido e valor econômico, já que um dos fatores de produção ocorre em forma abundante. Estes recursos se movimentam através do espaço geográfico: de continente a continente; entre nações de um mesmo continente e entre regiões de um mesmo país.

Últimamente vem tomando importância cada vez maior e assumindo feição quase universal, a urbanização. Esse termo é mais comumente empregado para definir o processo de crescimento de população das cidades.

O ritmo de urbanização latinoamericano, é dos mais acelerados em todo o mundo. Em 1950 habitavam localidades de mais de 2.000 pessoas cerca de 61 milhões de indivíduos. Dez anos depois as estimativas indicavam pouco mais de 95 milhões de habitantes. O incremento foi de 55%. Nesse mesmo intervalo de tempo o número de habitantes rurais acusou um aumento da ordem de 12% apenas (22:50).

A urbanização é assim essencialmente uma força centrípeta pela qual a população rural é atraída para as áreas urbanas. Antes de 1950 a migração rural-urbana foi responsável por 40 a 70% do crescimento urbano de América Latina (43:98) e como se pode ver no Quadro 1, a população urbana ainda hoje segue crescendo em um ritmo bem mais superior que a população rural e total.

Quadro 1. América Latina: Taxa de Crescimento da População Rural e Urbana por Países.

(População em milhões)

País	1970 Popula- ção	1970 Popul. Urbana	1970 Popul. Rural	1969-70 Crescim. Pop.Urb.	1969-70 Taxa Cresc. Popul.Rural
Argentina	24.089	16.978	7.111	2.4%	0.7%
Barbados	253	114	139	2.0	0.1
Bolivia	3.956	1.002	2.954	2.4	1.0
Brasil	93.545	50.025	43.520	4.6	1.1
Chile	9.510	7.007	2.503	3.4	0.9
Colombia	21.168	11.648	9.520	5.0	1.4
Costa Rica	1.767	640	1.127	4.3	3.6
Rep. Dominicana	4.324	1.601	2.723	5.7	2.6
Ecuador	6.089	2.283	3.806	4.7	2.7
El Salvador	3.499	1.392	2.107	4.0	3.3
Guatemala	5.172	1.892	3.280	4.9	2.2
Haití	4.856	857	3.999	3.8	1.6
Honduras	2.703	700	2.003	5.2	2.8
Jamaica	2.020	727	1.293	4.3	1.2
México	50.624	29.468	21.156	5.2	2.1
Nicaragua	1.986	869	1.120	4.6	2.7
Panamá	1.465	685	780	4.4	2.2
Paraguay	2.378	852	1.526	3.5	2.9
Perú	13.581	6.256	7.325	1.2	3.3
Trinidad-Tobago	1.106	589	517	6.0	0.3
Uruguay	2.889	2.433	456	2.9	0.3
Venezuela	10.390	7.934	2.456	5.6	1.2

Fonte: Inter-American Development Bank. Socio-Economic Progress in Latin America, 1970. p. 99.

Para o Brasil, em particular, os dados evidenciam que também está ocorrendo um impulso generalizado e bastante acentuado no sentido da urbanização, em que não somente crescem os grandes centros metropolitanos, como também percebe-se intenso crescimento das pequenas cidades, conforme se vê no Quadro 2.

Outro fato importante, no processo da urbanização brasileira, é que a mesma opera nos diferentes contextos sociais existentes no país. Bazzanella (8:17), para verificar o comportamento desse processo nas diversas áreas, segundo o estágio de desenvolvimento econômico e social, dividiu os estados brasileiros em três grupos: atrasados, moderadamente desenvolvidos e adiantados. Considerando o ritmo de crescimento da população de 141 cidades que contavam com mais de dez mil habitantes em 1940, observou que não variou muito nas áreas: 76.6% na "atrazada", 46.1% na "moderada" e 50.3% na "adiantada". A urbanização, conclui o autor, está pois ocorrendo em tôdas as áreas, independentes do estágio de desenvolvimento econômico social.

Em 1950, segundo o número de cidades existentes, o Brasil se apresentava com três áreas urbanizadas. A principal era constituída pelos Estados de São Paulo, Rio de Janeiro, metade inferior de Minas Gerais e projetava-se pelo norte do Paraná; a segunda, no sul, incluía o Rio Grande do Sul e estendia-se pelo lado oriental dos estados de Santa Catarina e Paraná; a terceira, a Litorânea do Nordeste, estendia-se em faixa desde Ilhéus, na Bahia, até o Estado da Paraíba (48:68).

Quadro 2. Grau de urbanização do Brasil, 1872-1960.

Censo	Cidades com 50.000 Habitantes ou mais		Cidades com 100.000 Habitantes ou mais		Cidades com 500.000 Habitantes ou mais		% População Urbana		
	N	População	N	População	N	População	50.000 ou +	100.000 ou +	500.000 ou +
1872	4	582.749	3	520.752	-	-	5.9	5.2	-
1890	6	976.038	3	808.619	-	-	6.8	5.6	-
1900	8	1.644.149	4	1.370.182	-	-	9.4	7.9	-
1920	15	3.287.448	6	2.674.836	1	1.157.873	10.7	8.7	3.8
.....									
1940	22	5.216.070	10	4.413.337	2	2.777.492	12.6	10.7	6.7
1950	33	8.486.644	11	6.873.235	3	4.832.458	16.3	13.2	9.3
1960	73	16.260.851	31	13.309.463	6	9.068.200	22.9	18.8	12.8

Fonte: Juarez Rubens Brandão Lopes, Desenvolvimento e Mudança Social, 1968.
p. 14.

Salienta-se aqui que a cidade de Ilhéus, juntamente com a de Itabuna, se diferenciam como importante centro de polarização urbana de toda a Zona Cacaueira, Extremo Sul e parte das zonas fisiográficas de Jequié e Conquista, no Estado da Bahia.

Uma das características adicionais desse fenômeno é a transferência massiva e contínua de uma força de trabalho plasmada no sistema patronal de economia de subsistência, ao setor urbano-industrial moderno e onde suas destrezas e habilidades de nada ou muito pouco servirão, constituindo assim num enorme grupo diferenciado, sem qualificação e pouco produtivo.

1.3. Objetivos do estudo

O presente trabalho propôs um estudo sobre os recursos humanos do setor primário, diretamente ligado às atividades agrícolas em fazendas de cacau, no Estado da Bahia, Brasil, tendo em vista os seguintes objetivos para o município de Barro Preto*, na zona produtora de cacau do Brasil:

1. Inventariar os recursos humanos, caracterizando-os em alguns aspectos sociais, econômicos e demográficos.
2. Verificar o comportamento dos mesmos frente a alguns aspectos de fenômeno de migração rural-urbana.
3. Dar subsídios para uma avaliação quanto aos seus aspectos qualitativos de modo a possibilitar aos planejadores uma visão integral dos recursos aí existentes, como

* Atualmente chama-se Lomanto Junior.

ponto de partida a uma política de melhor utilização ou capacitação dos mesmos.

1.4. Hipóteses

As hipóteses que se propôs no estudo foram as seguintes:

1. Os trabalhadores com mais baixo nível de conhecimentos se apresentam mais dispostos a migrar ao meio urbano.
2. Os trabalhadores cuja origem mostra um menor grau de urbanização, se apresentam mais dispostos a migrar ao meio urbano.
3. Os trabalhadores com maior número de dependentes, se apresentam mais dispostos a migrar ao meio urbano.
4. Os trabalhadores que possuem mais baixo nível educacional se apresentam mais dispostos a migrar ao meio urbano.
5. Os trabalhadores com menor mobilidade ocupacional rural, se apresentam mais dispostos a migrar ao meio urbano.
6. Os trabalhadores de menor mobilidade espacial na zona rural, se apresentam mais dispostos a migrar ao meio urbano.
7. Os trabalhadores com menor rendimento financeiro, se apresentam mais dispostos a migrar ao meio urbano.

2. REVISÃO DE LITERATURA

2.1. A evolução do conceito de recurso humano

O conceito de recursos humanos parece ter nascido com a planificação e daí vem evoluindo, porém não o suficiente para adquirir uma conotação clara e precisa. Vêzes têm sido confundido com a mão de obra que se vae combinar a terra e capital no processo da produção; outras ocasiões se confunde com a qualidade da educação e programas de adestramento ou mesmo com os estudos de natureza demográfica.

Alguns trabalhos como o de Camues (21:4), incluem aspectos relacionados com a educação doméstica e comunicações, baixo o argumento de que os estudos de recursos humanos devem ser de programação antes que de cálculo de necessidades. Já para o Plano Regional de Desenvolvimento do Sul do Perú, relativo aos Departamentos de Cuzco, Apurímac e Puno (56, 57) os estudos de recursos humanos, asumiram mais uma configuração demográfica e sociológica, vez que fatôres como estrutura de classe, formas de povoamento humano, sistemas econômicos, políticos, religiosos e educativos foram considerados. Para outros (29:16), entretanto, a questão assume um caráter de estoque presente e futuro de mão de obra, e realizam estudos de composição e tendências da população, projeção e utilização da fôrça de trabalho, mercado de oferta e distribuição espacial. Algumas vêzes se incorporam aos estudos de mão de obra aspectos referentes a educação e pessoal técnico (70).

Recentemente os atributos qualitativos do ser humano vêm sendo evidenciados principalmente por economistas e sociólogos, numa tentativa de encontrar um conceito mais refinado e uniforme do que sejam os recursos humanos.

Shultz (65:150), por exemplo, afirma que cada dia se usa mais a expressão recursos humanos para designar os atributos qualitativos e quantitativos de trabalhadores especializados ou não, e salienta que as inversões destinadas a incrementar êstes componentes assumem diversas formas, entre as quais o ensino escolar, a capacitação e uma melhor saúde, têm suma importância. Agora são as próprias instituições que operam no desenvolvimento que também procuram, como expõe Ramirez (61:5), interpretando o programa de recursos humanos da OEA, dar uma nova configuração a tal recurso, considerando-o não mais como um fator que se avalia e mede facilmente em termos de números e salários em relação à terra ou capital, mas sim, com algo mais elevado e complexo vez que se trata de um ser racional que atua de acôrdo com uma escala de valores próprios da sociedade em que vive e onde necessariamente desempenha duplo papel de produtor e consumidor dos bens e serviços aí produzidos.

Nos mais recentes trabalhos de Harbinson (38:61), sôbre os aspectos sociais do planejamento da educação, êle atribui ao desenvolvimento dos recursos humanos o aumento dos conhecimentos, das habilidades, da capacidade e das possibilidades inatas de todos os membros de uma sociedade, indicando vários procedimentos através dos quais se pode lograr o melhoramento de ditos recursos.

2.2. Os indicadores de conhecimentos

Na literatura consultada os atributos ou indicadores de conhecimentos mais citados por diversos autores em diferentes trabalhos são aqueles que dizem respeito aos aspectos de educação. A maior ou menor evidência de tal indicador tem servido inclusive para referência de alguns sistemas de classificação de populações, conforme ficou demonstrado no trabalho de Pablo González, citado por Pozas (59:6), no qual assumiu que os grupos indígenas do México que possuissem duas das quatro características seguintes: falar uma língua indígena, baixo consumo de proteínas de origem animal, andar descalço e ser analfabeto, eram classificados pelo autor como marginais uma vez que evidenciavam condições socio-econômicas e culturais, que os colocavam à margem do desenvolvimento. Pode-se concluir daí que nem sempre o simples tamanho da população por si só, assume importância como fonte de mão de obra, o que nos conduz a atribuir aos níveis alimentícios e sanitários, tipos e níveis de educação (7:13, 63:210), especial valor, por sabermos que o capital humano é o mais frequente fator de produção na maioria de nossos países e serem também atributos influenciadores da capacidade laboral.

2.3. O nível mínimo dos fatores considerados como recurso humano

Se buscou encontrar trabalhos que mencionassem os níveis mínimos de conhecimento ideal às proposições do desenvolvimento, bem como às suas possíveis vantagens frente a grupos de conhecimento

menos qualificado. Este aspecto não se apresenta com muita clareza, principalmente na qualidade da educação ou instrução ministrada e suas possíveis relações com a mudança desejada. No particular existem autores que falam de um nível de escolaridade para que apareça uma orientação que inclua a relação entre educação e progresso pessoal. Briones e Waisanem (18:19), citam que o ponto de "despego actitudinal" pode ocorrer entre o quinto ano de escola primária e o primeiro ano de escola secundária. Outros como Charlesson e Davis (23:29), consideram que a educação primária deve ser a formação mínima que deve possuir o trabalhador no futuro, no que Moreira (52:49) especifica para o exercício de atividades primárias.

Uma medida de eficiência quanto à educação primária é aquela de que nos fala Harbinson e Myers (39:95). Tal medida consiste em verificar a porcentagem de frequência do quarto ano em relação ao primeiro ano, pois segundo os autores talvez seja razoável presumir que pelo menos quatro anos completos de escola primária constituem a exigência mínima para obter a alfabetização. Sobre o nível efetivo mínimo outros autores, como Shultz (65:172), põe cinco anos para se lograr alfabetização. Acrescenta ainda esse autor que em Venezuela, Shoup e seus colaboradores, levando em consideração os rendimentos financeiros auferidos entre os trabalhadores analfabetos e aqueles que receberam seis anos de educação primária, estimam ser da ordem de 130% ao ano em favor daqueles que receberam educação.

Finalmente Briones (17:15), estudando problema de qualificação

e adaptação de mão de obra peruana aos requisitos da indústria, encontrou que quase uma quarta parte da população estudada, havia chegado apenas ao terceiro ano do curso primário e por isso mesmo os qualificou como "analfabetos potenciais". Merece também resaltar aqui, as categorias indicadas pela UNESCO no trabalho "Manpower Structure, Educational, Requeriments and Economic Development" (citado por Briones), segundo o qual, o nível não qualificado requer seis anos de estudos primários completos; o semi-qualificado requer seis anos de primário, mais dois ou três anos de curso vocacional e o nível qualificado, seis anos de primária, mais dois de secundário e mais três ou quatro anos de curso vocacional. Araóz (6:430), entretanto, parece ser menos exigente quando para as condições do Brasil diz que os níveis qualificado e semi-qualificado devem possuir como requisitos mínimos o curso primário e mais treinamento que variam de cem a quatrocentas horas.

2.4. A qualidade dos recursos humanos e a migração rural

Em toda América Latina o setor urbano é o mais modernizado e dinâmico, sendo também o que exerce maior influência modificadora sobre os demais setores. Em alguns casos, menciona Faletto (31: 704), a indústria - que maiormente assume peculiaridades urbanas - representa a única possibilidade de mudança para os grupos que desempenham funções agrícolas. Por isso mesmo, nos centros urbanos é onde se geram e se transmitem as forças que modificam a totalidade do país e atuam como fonte de atração e absorção das populações

(71:31). Todavía o fato dessas populações atraídas possuem um baixo nível de qualificação as coloca em uma situação de inferioridade quando se defronta com os requisitos da indústria, gerando assim u'a mão de obra instável, afetada por um nomadismo que bem caracteriza os grupos obreiros de origem rural (31:700, 60:23). Esta forma de marginalismo dessas populações, que não tendo acesso às oportunidades modernas trata de ganhar a vida em atividades pouco produtivas, é salientada também por Wolf (75:33), que no entanto faz uma advertência dizendo que as indústrias necessárias à atual etapa de crescimento econômico de América Latina, requerem mais investimentos de capital e menos absorção de mão de obra. Cabe entretanto aqui evidenciar que u'a mais rápida adaptação ao meio urbano parece surgir quando os grupos migrantes mesmo pertencentes ao meio rural não exerciam aí atividades de agricultura ou de criação. Isto foi pelo menos sugerido em um estudo de Cruz (26:72), sôbre a caracterização social das migrações para o Recife, Brasil.

Se considerarmos os atuais aspectos de mudança na América Latina, é possível que surjam medidas de sentido sempre ascendente que obriguem aos setores de economia existente um aumento da produtividade, ao mesmo tempo que determinem a abertura de novos setores. Isto implicaria no surgimento de centros de absorção de mão de obra qualificada, conforme expõem a CEPAL (53:6-7) e Cairncross (19:20), quando explicam que os atuais objetivos da reforma agrária, modernização e outros aceleradores do desenvolvimento, exigirão uma demanda, até então escassa, de um tipo de mão de obra qualificada que nos países avançados já se apresenta como "coisa natural", como

seja o caso do mecânico, desenhista, do capataz experimentado, do supervisor. Resalta-se ainda que o grau de conhecimento tecnológico afeta por sua vez, profundamente, ao trabalhador, inclusive seu próprio nível de vida e integração na sociedade (1:65), dando-lhes assim novas alternativas e perspectivas, dentro da atividade econômica nascente ou dominante.

Finalmente Germani (35:159), referindo-se também ao problema de assimilação do migrante no meio urbano, assim se expressa:

"no es muy frecuente encontrar estudios sobre migración a áreas que incluyan estudios sistemáticos realizados en el lugar de origen y sobre los grupos migrantes antes de la migración, y la mayoría de ellos obtienen información sobre ambos puntos ya sea mediante análisis de fuentes secundarias o por la investigación de los migrantes después de la migración. El conocimiento del lugar de origen es necesario no sólo porque las características del mismo influenciarán profundamente sobre el tipo de migración, sino también porque el grado de semejanza y de diferencia entre el lugar de origen y el de destino (esto es la distancia cultural) es en si mismo un factor importante en el condicionamiento de la incorporación del migrante al modo de vida urbano".

2.5. O problema brasileiro com especial ênfase à migração rural-urbana

Verificando o problema dos recursos humanos e da mobilidade espacial no Brasil, é inegável o papel desempenhado pela migração espontânea no deslocamento de tais recursos. A migração nos seus aspectos gerais tem sido preocupação de vários estudiosos que põem em evidência não somente causas e consequências de tal mobilidade, como também as mais importantes características do indivíduo migrante.

Alguns trabalhos como o de Camargo (20:91) revelam, que a grande mobilidade interregional, muito frequente nas zonas rurais brasileiras, são aceleradoras do êxodo rural-urbano. Diz ainda o autor que tais migrações de uma região para outra são em sua maioria agenciadas pelos baixos salários pagos nas áreas de origem. Nêsse particular, vários trabalhos (20:109, 36:214, 51:185), apresentam as causas econômicas como responsáveis pela expulsão do homem e sua família. É quase sempre a falta de trabalho, ou o trabalho mal pago, ou baixas rendas familiares, a resposta a perguntas sôbre as razões da migração para as cidades. No ano de 1952, 1874 municípios de um total de 1934 existentes no Brasil, foram investigados quanto à ocorrência de fenômenos migratórios. Se verificou que 1445 eram áreas de expulsão. O maior número de migrantes deslocou-se de onde os salários pagos eram mais baixos que o salário médio pago no país naquela época. Cerca de 57.1% dêsses municípios "mal pagadores" estavam no Nordeste e, no Estado da Bahia, a maioria

dêles (20:109).

Quanto ao aspecto das características sociais-demográficas, tais como idade, sexo, é sabido por exemplo que migram os mais jovens (76:129, 25:99, 54:145) e em função das distâncias e oportunidades migram mais homens ou mulheres (58:594). Outras, entretanto, não se apresentam bem definidas. Isto seria por exemplo a questão do estado civil e das qualidades - capacidade e habilidades - dos migrantes. Por regra se pensa que migram mais os solteiros e os mais capazes (54:151, 25:99), ou seja, aquêles com potencial de se ajustarem com mais facilidade a novas atividades econômicas.

Entretanto, Lambert (45:82), conduz a uma outra imagem do migrante ao se referir sôbre êsses como indivíduos analfabetos, mal vestidos e sem qualquer noção de higiene.

Lopes (49:379) e Cruz (26:61, 123), estudando aspectos relativos ao migrante em São Paulo e Recife respectivamente, em diferentes épocas, encontraram que aquêles que foram para o meio urbano, eram em sua maioria casados, acrescentando Lopes (49:379), que são bem raros os que migram sôzinhos ou solteiros.

No que se refere à origem do migrante, no Recife, citando ainda Cruz (26:69, 124), a maioria era nascida em cidades e eram pessoas quase sempre de baixa mobilidade ocupacional. Já Hutchinson (42:43), estudando as características de migrantes rurais em cinco centros industriais do Brasil, encontrou que êles eram nascidos em pequenas vilas e povoados. Ou seja, tanto um como outro autor não comprovaram a idéia de que os migrantes que chegam às cidades

maiores sejam em sua maioria oriundos de meios puramente rurais.

Dannemann (27:662,668), analisando o problema dos recursos humanos no Brasil, afirma que os trabalhadores sem terra e os pequenos proprietários são os mais afetados pelo êxodo rural. Seu estado de permanente pobreza os obriga à migração, passando a buscar nos meios urbanos emprêgos diversos, engrossando em tais centros uma fôrça de trabalho escasamente instruída e que para Diegues Jr. (28:739), se constitui num freio ao desenvolvimento industrial do país.

Em São Paulo, Lopes (47:238), estudando aspectos da adaptação de migrantes rurais as condições urbano-industriais, sôbre base de entrevistas, pode estimar que dois têrços dos operários industriais semi ou não qualificados trabalharam como agricultores ou viveram em contato íntimo com a vida rural. Saliente-se ainda que três quartos dos operários que receberam essa classificação eram brasileiros e unicamente 7% haviam nascido em cidades.

Segundo Almeida (3:154), o problema da mão de obra no setor agrícola bahiano, se apresenta sob dois aspectos principais: 1) abundância de mão de obra não qualificada e 2) carência de mão de obra especializada. A mão de obra não qualificada ou com qualificação restrita, segue o autor, que se restringe ao cultivo empírico de poucas plantas e à cria rotineira de animais domésticos, perfaz a quase totalidade das 1.858.000 pessoas ativas do setor agrícola, incluídas no Censo Agrícola de 1960.

Se levarmos em consideração que o meio rural funciona como supridor de mão de obra aos centros urbanos e conseqüentemente à

indústria, verificamos que a baixa qualificação do operariado aí dominante chega aquêles centros instalando-se em todos os setores da atividade urbana. A configuração genérica da situação do operariado que trabalha nas indústrias de Ilhéus e Itabuna, centros urbanos de absorção de mão de obra na Zona Cacaueira, bem evidencia tal fato.

Pesquisa sôbre mão de obra operário-industrial na Bahia (16:40, 41), revelou que apesar de existir um baixo índice de analfabetismo entre os operários urbanos-industriais, a maioria não logrou obter uma educação secundária que seja, existindo uma maior concentração nas categorias de semi-analfabeto e primário incompleto. Em Ilhéus a incidência maior é daqueles que possuem primário incompleto; enquanto que em Itabuna predominam os semi-analfabetos.

Finalmente, os recentes estudos de Vieira (72:114), sôbre aspectos socio-econômicos da mão de obra no município de Ibirapitanga, Bahia, revelaram que mais de 50% dos trabalhadores das fazendas de cacau, possui condições de vida deficiente. Algumas chegam até a ser consideradas como péssimas e não houve registro de condições consideradas como boas.

3. METODOLOGIA

3.1. Seleção da área de estudo

A zona chamada fisiograficamente Cacaueira, compreende uma área de 60.000 Km², onde vive uma população de mais de um milhão de habitantes (12:19). É caracterizada como sendo a de maior potencial econômico do Estado da Bahia, sendo dividida politicamente em 45 municípios (14), os quais são responsáveis por mais de 90% da produção brasileira de cacau (13:79).

Dentro dessa zona selecionamos intencionalmente o município de Barro Preto para realização do estudo que nos propomos. As razões que nos levaram a eleger Barro Preto foram:

1. é o décimo terceiro produtor bahiano e tem sua economia totalmente apoiada no cacau;
2. é o segundo município em importância, quanto a concentração em áreas plantadas com cacau; cerca de 52,2% de sua área global está coberta por cacauais. As propriedades por outro lado, possuem 66% de sua superfície ocupadas com cacau;
3. sua pouca distância de Ilhéus e Itabuna, destacados centros urbanos regionais, fato de relevo diante de um dos objetivos que se propõe, que é do estudo da migração rural-urbana.

3.2. Descrição da área de estudo

O município de Barro Prêto (hoje Lomanto Júnior), foi criado pela lei Nº 1678 de 17 de abril de 1962, desmembrado do município de Itajuípe. Sua origem data de 1933 e remonta a um antigo sítio, que servia como feira-livre para obtenção e comercialização de gêneros alimentícios principalmente.

Embora criado em 1962, até o dia 7 de abril do ano seguinte viveu sob a jurisdição de Itajuípe, ocasião em que se deu oficialmente a instalação do município, com a eleição dos primeiros mandatários municipais.

Localizado em plena Zona Cacaueira, Barro Prêto possui uma superfície de aproximadamente 135 Km². Sua altitude máxima é de 900 metros e o seu clima é caracterizado por uma temperatura média de 25°C, com máximas de 36°C e mínimas de 25,5°C; a precipitação é de 1.700 mm de chuva por ano e os meses mais chuvosos são os de junho, julho, agosto, outubro, novembro, dezembro e janeiro.

O município tem sua economia totalmente vinculada ao cultivo e comercialização do cacau. Sua produção está em torno de 254.915 arrôbas* de cacau (2:11). clasificando-se entre os quinze maiores produtores da região. A área com propriedades cacaueiras é de 11.151 hectares, o que representa 79.1% da área total do município (2:13).

* 1 arrôba = 15 Kg.

As demais atividades agro-econômicas tais como cultivos de subsistência, madeiras, etc., são de pouco significado, não se registrando, por isso, dados de natureza estatística.

Não dispõe de estudos sobre os recursos físicos do município, exceto levantamentos de natureza pedológica e de fertilidade, para propósitos de desenvolvimento agrícola, que descrevem os solos aí predominantes como pertencentes as unidades CEPEC, Itabuna e Hidromórficos, os quais segundo Silva et al (66:412-413), estão via de regra entre os mais adequados ou pelo menos viáveis a cultura do cacau.

O sistema viário, que serve para comunicação com os municípios limítrofes e escoamento da produção, é constituído substancialmente por três estradas que se articulam com os sistemas estaduais e federal respectivamente. Todas elas em bom estado de conservação, oferecem tráfego durante todo o ano.

Numa decorrência de seu pouco tempo como entidade autônoma e talvez mais ainda, pela forte polarização exercida pelo eixo Itabuna-Ilhéus, do qual a sede do município dista apenas 52 Km, Barro Preto ainda se encontra hoje desprovido de alguns requisitos de bem estar e seguridade social. Sem nenhuma atividade industrial expressiva e um reduzido movimento comercial, sua população vive diretamente vinculada à economia do cacau.

A densidade demográfica é de 37 hab/Km² e a população estimada* para 1969, é a seguinte:

* Dados fornecidos pelo Escritório Local da CEPLAC em Itabuna, Bahia, Brasil.

população total	-	5.022 habitantes
população rural	-	3.561 habitantes
população urbana	-	1.461 habitantes

O município é desprovido de qualquer sistema de comunicação formal. A assistência médica é prestada na sede do mesmo através de um posto médico, uma maternidade e um profissional médico, que para aí se desloca três vezes por semana, já que não existe nenhum médico vivendo e residindo na área. O setor educacional, segundo dados de 1967, era atendido por nove escolas na sede com capacidade para 340 matrículas e doze escolas na zona rural com capacidade para quatrocentos alunos. Atualmente por força de um convênio entre a prefeitura e a Campanha Nacional de Educandários Gratuitos, funciona um ginásio noturno em instalações provisórias.

A assistência técnica permanente às fazendas de cacau é efetuada através do Escritório da CEPLAC em Itabuna, que mantém programas de extensão agrícola, aos produtores da área.

A força utilizada nos trabalhos agrícolas é predominantemente humana; embora não se disponha de dados, se pode afirmar que o uso da força humana, nesse tipo de atividade, se eleva quase a cem por cento.

Dados colhidos do último Censo Agrícola para o município ao qual Barro Preto pertencia e unidades vizinhas, estabelece as posições numéricas, para a força utilizada em trabalhos agrários, apresentados no Quadro 3.

Quadro 3. Fôrça de Trabalho Utilizado em Estabelecimentos Agrícolas dos Municípios Vinzinhos a Barro Prêto, Brasil.

Zona Fisiográfica e Município	Número de estabelecimentos agrícolas segundo tipo de fôrça utilizada nos trabalhos agrários				
	Total	Humana	Animal	Mecânica	Animal + Mecânica
Zona Cacaueira	29.337	29.179	127	21	10
Itajuípe*	580	575	4	1	-
Ibicaraí	1.147	1.141	3	-	3
Itabuna	2.342	2.341	-	1	-

Fonte: Censo Agrícola do Estado da Bahia, 1960. p. 89

* Município ao qual Barro Prêto pertenceu até 1963.

3.3. Definição da população

A população foi constituída de trabalhadores rurais que vivem e trabalham na propriedade cacaueira selecionada. Para êsse estudo, sòmente se considerou como trabalhador rural aquêles diretamente ligados ao cultivo e produção do cacau. Isto portanto exclui aquêles que mesmo vivendo e trabalhando na propriedade, aí exerçam atividades de administrador, vigia, comerciante, almoxarife, etc.

Para a amostragem dos mesmos, procurou-se da forma mais precisa fazer uma lista especificando as características que permitissem a fácil identificação das propriedades e trabalhadores aí existentes.

Para que se obtivesse tal lista se partiu de uma relação de propriedades que foram estratificadas segundo um critério de produção de cacau (5:3), em cinco estratos de volume de produção, dois para as categorias de Pequeno e Médio, e um para a de Grande Produtor.

Como não se dispôs de informações que permitissem conhecer exatamente a quantidade de trabalhadores em cada estrato, bem como a sua distribuição nas fazendas componentes dos mesmos, essa estratificação por produção, nos permitiu estimar o número de trabalhadores para cada uma das fazendas dentro de cada estrato, levando em consideração para tal estimativa, os fatores de produção de cacau, área cultivada com cacau, ademais de outras informações de origem técnica, o que possibilitou uma estimativa mais aproximada possível.

De acôrdo com a estratificação realizada, são êsses os dados sôbre as fazendas e sua mão de obra, no município de Barro Prêto, para a época em que foi realizada a pesquisa:

Município de Barro Prêto

Estratos	Produção em arrôbas	Número de propriedades cacaeiras	Número de trabalhadores estimado
I	401 - 800	51	125
II	801 - 1500	34	150
III	1501 - 3000	30	272
IV	3001 - 6000	13	246
V	6001 - +	8	268

Para a determinação do tamanho da amostra se fez uso de u'a amostragem em duas etapas, segundo a metodologia descrita por Stein's (68:86). Na primeira etapa se tomou uma amostra ao azar de "x" trabalhadores que foram entrevistados. Com os dados obtidos dessa amostragem parcial, se calculou o desvio padrão de uma variável previamente selecionada (número de dependentes) com base nos diferentes graus de variabilidade percebido no pré-teste do questionário que foi utilizado. Com tal variância se pode determinar o tamanho da amostra que se utilizou para obtenção dos dados. Para tal fim se aplicou a seguinte fórmula:

$$n_2 = \frac{t^2 \cdot x \cdot s^2}{d^2} + n_1$$

onde:

- n_1 = tamanho inicial da amostra na primeira etapa
- t = valor tabular da distribuição de "t" de Student para o nível de confiança desejado
- s = variância da variável selecionada
- d = margem do intervalo de confiança desejado
- n_2 = tamanho da amostra da segunda etapa

Quanto à obtenção do número de trabalhadores que foram entrevistados, correspondente ao tamanho ótimo de "n" encontrada para cada estrato, segundo a metodologia acima descrita, se usou um procedimento de "cluster" ou de conglomerados.

Assim, dentro de cada estrato considerado, se sorteou uma fazenda na qual se censou a população de trabalhadores encontrados,

buscando satisfazer a condição de que a população censada fosse igual ou maior que o tamanho de "n" determinado, Quando aquela condição não era satisfeita, se continuava sorteando propriedades e entrevistando trabalhadores, até satisfazer a condição desejada.

Tal procedimento se aplicou a todos os estratos, sendo os resultados encontrados os especificados no Quadro 4.

Quadro 4. Amostra de Trabalhadores Distribuidos por Estratos: Valor Estimado, Valor Calculado e Final

Categoria da Propriedade	Número Fazendas	Mão de obra estimada para a época	"n" calculado	"n" final
<u>Pequena</u>				
401 - 1500	85	275	112	115
<u>Média</u>				
1501 - 6000	43	518	135	147
<u>Grande</u>				
+ 6000	8	242	83	86

3.4. Instrumento e técnica de pesquisa

O instrumento utilizado na pesquisa foi o questionário e a técnica foi a entrevista pessoal.

O questionário compreende duas partes distintas: a) a primeira parte consiste de perguntas que favorecem a identificação das características sociais, econômicas e demográficas da população estudada, inclusive sobre a variável dependente ou seja: desejo de migrar ao meio urbano; b) a segunda parte consta de perguntas para recolher informações acerca do conhecimento em nível recordatório, para as técnicas de cacau (perguntas de 23 a 50), e de diversificação agrônômica (perguntas de 51 a 79) e instituições e serviços urbanos (perguntas de 80 a 101).

A confecção do questionário foi baseada na revisão de literatura e na experiência pessoal, da qual se obtiveram as informações sobre conhecimentos referentes às práticas extensivas ao cultivo do cacau.

Antes de sua aplicação, o questionário foi testado com trabalhadores agrícolas pertencentes a áreas vizinhas ao município Barro Preto, sendo então introduzidas modificações na terminologia empregada, procurando usar palavras mais conhecidas na região. Também sofreu alteração a ordem das perguntas com o propósito de facilitar as respostas posteriores, evitando algum efeito inibidor ou de preocupação no entrevistado.

Com o propósito de intensificar os trabalhos de campo, contou-se na tarefa de entrevistas com a colaboração de um grupo de técnicos-agrícolas funcionários da CEPLAC, previamente selecionados. Embora de tratando de pessoal de nível de formação média, se procedeu um breve treinamento em técnicas de entrevista que constou de:

- esclarecimento sôbre os objetivos da pesquisa;
- literatura sôbre uso de questionário, técnicas de entrevistas e relações humanas no trabalho;
- palestra sôbre condução de pesquisas sociais na Zona Cacaueira da Bahia, Brasília;
- leitura e discussão do questionário;
- técnica de preenchimento do questionário;
- prática de campo: entrevista feita pelo grupo de entrevistadores, com o propósito de familiarização com o instrumento e a técnica.

Sômente após concluir essa etapa, foram iniciados os trabalhos de campo.

3.5. Instrumentos de análise

Para análise dos dados resultantes se utilizaram as seguintes medidas estatísticas: proporções, média ponderada, desvio padrão, "qui" quadrado e análise de fatores múltiplos (Factor Análisis).

As proporções, média ponderada e desvio padrão, foram utilizadas como medidas de marginalização, de tendência central e de variabilidade para as características dos trabalhadores rurais entrevistados e agrupados por categoria de propriedade pequena, média e grande, em função do volume de produção.

O teste de "qui" quadrado foi utilizado para verificar o grau de associação entre a variável dependente "desejo de migrar ao meio

urbano" e as independentes: nível de conhecimento geral, grau de urbanização de origem, número de dependentes, nível educacional, mobilidade espacial rural, mobilidade ocupacional rural e nível de renda.

A análise de fatores múltiplos (Factor Análisis) foi aplicada sobre um grupo de dez variáveis mais importantes com o propósito de discriminar as contribuições de cada uma delas na combinação linear. As ponderações são chamadas "Factor loading" e as variáveis consideradas foram: Mobilidade Espacial, Mobilidade Ocupacional, Nível Educacional, Número de Dependentes, Grau de Urbanização de Origem, Volume de Produção, Número de Anos no Cacau, Nível de Renda, Conhecimento Geral e Conhecimento Urbano; sendo que o propósito foi o de agrupar os trabalhadores em função das características aparentemente homogêneas.

Tôdas as informações foram processadas em uma computadora I.B.M. 1620.

3.6. Definição de têrmos

Recursos Humanos - são os conhecimentos, as habilidades e a capacidade física de tôdas as pessoas em uma sociedade (39:61). No presente trabalho, por dificuldades de operacionalização dos outros dois fatores, trabalhamos só com os conhecimentos.

Disposição à Migração - desejo manifestado pelo trabalhador de deixar o meio rural em troca do exercício de atividades no meio

urbano.

Conhecimentos - é a noção ou idéia mais ou menos precisa que se tem sobre algum objeto ou fatos; nesse estudo se refere ao conhecimento dos objetos e técnicas relacionados com as atividades agrícolas e urbanas.

Trabalhador Agrícola - se entende aqui a mão de obra rural do sexo masculino que exerça atividade e viva na propriedade cacauceira e que esteja diretamente ligada ao cultivo e à produção do cacau.

Meio Urbano - todas aquelas aglomerações de população humanas caracterizadas pelo Instituto Brasileiro de Estatística como sendo cidade, ou seja, todos aqueles aglomerados sedes de município.

Dependentes - diz respeito a todas as pessoas adultas ou não, parentes ou não, que vivam e residam na casa do entrevistado.

Nível Educacional - se definirá como sendo o número de anos de escola primária, secundária, profissional ou superior que hajam sido completados por uma pessoa.

Mobilidade Ocupacional Rural se refere às mudanças de ocupações ocorridas e manifestadas pelos sujeitos da investigação, no desempenho de suas atividades como trabalhador no meio rural.

Renda - é o valor global percebido pelo trabalho realizado naquela propriedade ou não e ainda pelo exercício de qualquer outra atividade remunerada.

Mobilidade Espacial Rural - é o movimento de trabalhadores entre unidades político-administrativas (municípios) que implica na mudança de residência, domicílio e local de trabalho e que se registrou entre a área de estudo e as outras unidades da zona fisiográfica considerada ou mesmo fora dela.

3.7. Medição das variáveis

1. Disposição à migração

Para efeito do estudo a variável Disposição à Migração foi considerada como dependente e se refere a disposição manifestada pelo trabalhador rural de trocar a atividade agrícola por uma atividade no meio urbano. Foi medida através das perguntas números 21 e 22 do questionário (ver apêndice 1).

2. Conhecimento

Para medir os conhecimentos relativos às práticas agrônômicas e ao meio urbano, se formularam perguntas procurando seguir a taxonomia de Bloom et al (10). Os conhecimentos foram medidos somente a um nível recordatório, com as perguntas que vão de número 23 a 79. Se atribuía arbitrariamente um ponto a cada resposta certa e zero a cada resposta errada.

Os demais níveis que compõem a taxonomia de Bloom et al (10) não foram incluídos na investigação, porque os objetivos básicos a que se propôs o estudo não exigiu medir conhecimentos a níveis

mais complexos tais como de entendimento, de aplicação, de análise, síntese e avaliação, segundo especifica a taxonomia mencionada.

3. Educação

O nível de educação formal foi medido pelos anos de escola completados pelo trabalhador rural. A cada ano de curso completado, se deu um valor arbitrário de um ponto.

4. Número de dependentes

O número de dependentes foi medido pela quantidade de pessoas que vivem o residem na casa do trabalhador rural entrevistado. A pergunta: "Quais são as pessoas que vivem na sua casa", nos deu essa variável e se atribuiu arbitrariamente a cada dependente mencionado o valor de um ponto.

5. Renda

O nível de renda foi medido pelas receitas mensais que tem o entrevistado, independente da fonte de onde o percebeu. A cada uma das categorias de Salário Mínimo Regional constantes da nota explicatória relativa à pergunta número 121, se deu arbitrariamente um ponto como valor. Assim tivemos:

menos de 1 SM	- 0 ponto
1 a 2 SM	- 1 ponto
2 a 3 SM	- 2 pontos
3 a 4 SM	- 4 pontos
mais de 4 SM	- 5 pontos

6. Grau de urbanização de origem

Com esta variável procuramos descrever o grau de urbanização do lugar de origem (nascimento) do trabalhador entrevistado. Foi medido através da pergunta número 3, que especificou em sua resposta três níveis de urbanização: um mais urbano (a cidade), um semi-urbano (a vila) e um menos urbano (a fazenda).

Se atribuiu arbitrariamente a cada nível valores de zero a dois no sentido do mais urbano para o menos urbano.

7. Mobilidade espacial rural

Poucos são os estudos referentes à migração interna na região e talvez menor ainda os estudos referentes à mobilidade espacial rural especificamente. Por isso se diz que, com respeito a medidas de migração interna, se pode constatar que não existe uma medida aceita técnica e universalmente (44:7), o que se pode dizer que se aplica também para a medição da mobilidade espacial rural.

Objetivamos no presente estudo também ter um conhecimento da mobilidade espacial rural e suas relações com a migração rural-urbana. Tal mobilidade rural foi considerada desde a época em que o trabalhador começou sua vida como assalariado e a medição dessa variável foi feita por meio de perguntas (números 12, 13, 14, 15 e 16), onde se procurou obter informações sôbre:

- quanto tempo viveu no lugar de origem
- primeiro município em que tabalhou como assalariado

- quanto tempo trabalhou aí
- porque saiu desse lugar
- outros municípios onde trabalhou

8. Mobilidade ocupacional rural

Pode-se afirmar que são praticamente inexistentes estudos sôbre mobilidade ocupacional rural na região em estudo.

O presente trabalho visou também conhecer a disposição à migração rural-urbana em função da maior ou menor diversificação de ocupações que teve o trabalhador durante sua vida como fôrça de trabalho no meio rural.

A medição dessa variável foi feita através da pergunta número 17, onde se procurou obter informações sôbre as ocupações exercidas pelo trabalhador durante seu período de vida laboral através dos municípios que êle já tinha vivido e trabalhado.. Arbitrariamente, se atribuiu um ponto por cada ocupação diferente mencionada pelo entrevistado.

4. RESULTADOS E DISCUSSÕES

No presente capítulo se apresentam e discutem os resultados obtidos. Para efeito de uma melhor interpretação dos resultados, se divide o mesmo em três partes. Na primeira parte se apresenta a estrutura simples que classifica os trabalhadores e se segue com uma caracterização geral dos mesmos quanto a variáveis sócio-econômicas e demográficas, agrupados nos três tipos de propriedades estratificadas em função da sua produção em Pequenas, Médias e Grandes. Na segunda parte, se relacionam êsses mesmos grupos com as variáveis "tipo de mudança" e "desejo de urbanização". Finalmente, a terceira e última parte analisa e comenta as hipóteses.

4.1. Tipologia fundamental dos trabalhadores agrícolas, com base em dez variáveis sociais, econômicas e demográficas

Com o propósito de classificar os 348 trabalhadores envolvidos na amostra, se usou Análise Fatorial. Segundo a importância, selecionaram-se dez variáveis, cujo critério foi o de efeito discriminatório, ou seja, aquelas que melhor podiam caracterizar o grupo de sujeitos entrevistados. As variáveis foram: Mobilidade Espacial, Mobilidade Ocupacional, Nível Educacional, Número de Dependentes, Grau de Urbanização de Origem, Volume de Produção, Nível de Renda, Número de Anos no Cacau, Conhecimento Urbano e Conhecimento Geral.

Na grande maioria dos problemas que ocorrem na vida real é importante examinar se a variação de "p" variáveis aleatórias pode

descrever aproximadamente em t ermo da varia o conjunta de r p variáveis hipotéticas. Dois métodos estreitamente relacionados são utilizados na prática para resolu o d esses problemas. Um dêles recebe o nome de Análise Fatorial ("Factor An lysis"), cuja origem teve por base experimentos psicométricos. O outro método é conhecido por Componentes Principais ("Principal Components").

Como cálculos preliminares   Análise Fatorial foram encontrados as médias e desvios padrões das dez variáveis atrás mencionadas. Assim mesmo foi estimada a matriz de correla o. Êstes resultados se apresentam nos Quadros 5 e 6, respectivamente.

Quadro 5. Médias e desvio padrão de dez variáveis sociais, econômicas e demográficas (N = 348)

Variáveis	Média (\bar{X})	Desvio Padrão
Nível Educacional	0,47413	1,03847
Número de Dependentes	1,98850	1,60925
Grau de Urbaniza�o de Origem	2,43103	0,93091
Anos no Cacau	3,20114	1,18053
Mobilidade Espacial	1,62356	1,42639
Mobilidade Ocupacional	0,87068	0,96770
Nível de Renda	1,21551	0,78003
Conhecimento Urbano	2,20689	0,99790
Conhecimento Geral	2,21264	1,04704
Volume de Produ�o	3,21839	1,18289

Quadro 6. Matriz de correlação das dez variáveis consideradas para fins classificatórios

X_1	X_2	X_3	X_4	X_5	X_6	X_7	X_8	X_9	X_{10}	
1.000										X_1
-.041	1.000									X_2
.122	.030	1.000								X_3
-.109	.366	.016	1.000							X_4
-.007	.013	-.069	.203	1.000						X_5
-.041	-.011	-.108	.119	.748	1.000					X_6
.028	.078	.047	.023	.087	-.082	1.000				X_7
.138	.071	-.003	.104	-.040	-.026	.106	1.000			X_8
.070	.076	-.039	.122	-.009	.004	.103	.786	1.000		X_9
.028	.075	-.011	.061	-.129	-.092	.045	-.024	.075	1.000	X_{10}

A concepção fundamental da Análise de Fatores é a de que dentro de uma grande quantidade de informações existe uma estrutura fundamental que poderia ser explicada em forma simples. No caso presente se poderia supor que a estrutura fundamental se refere a similitude da maior ou menor disposição do trabalhador de migrar ao meio urbano. Esta análise começa com um conjunto de 10 variáveis aleatórias observáveis, que no caso seriam as 10 variáveis consideradas, que poderiam ser representadas pela forma $X = [x_1, x_2 \dots x_{10}]$

Se assumimos que:

$$X = \alpha \Gamma + E, \text{ donde}$$

$$\begin{aligned} \alpha &= \text{variável não aleatória, não observável} \\ \Gamma &= \text{matriz de constantes ou "factor loading"} \\ E &= \text{componentes aleatórios} \end{aligned}$$

a inter-relação das dez variáveis em jôgo, expressas na matriz de correlação mencionada no Quadro 6, é o ingrediente básico para se estimar as ponderações dos fatores (factor loading). Nêsse caso, não se tem o propósito de buscar relações entre variáveis, que as transformem em um grupo menor, mas sim fins classificatórios, utilizando-se somente as ponderações dadas pelo primeiro fator (first factor loading).

Para testar as ponderações das dez variáveis, dadas pelo primeiro "factor loading", foi obtido o "phi de Tucker", cujo valor foi de 0,958, o que é significativo. Os valores específicos da Variância Comum (Communality) do "factor loading" estimados, são dados no Quadro 7.

Com base nêste Quadro, as variáveis que maiores ponderações apresentaram e portanto são de maior efeito classificatório sobre a população de trabalhadores foram Nível de Conhecimento Geral e Nível de Conhecimento Urbano. As demais, com menor ponderação, seguem a seguinte ordem decrescente: Mobilidade Espacial, Mobilidade Ocupacional, Número de Anos Trabalhando no Cacau, Número de Dependentes, Nível de Renda, Nível Educacional, Grau de Urbanização de Origem e Volume de Produção.

Quadro 7. Variância Comum (Communality) e primeiro "factor loading" estimados

	Var. Comum (H^2)	1º "factor loading"
x_1	0,391	0,626
x_2	0,380	0,617
x_3	0,266	0,516
x_4	0,209	0,457
x_5	0,132	0,364
x_6	0,076	0,276
x_7	0,007	0,087
x_8	0,007	0,081
x_9	0,001	0,040
x_{10}	0,006	-0,079

Para a classificação dos indivíduos que compõem a população se utilizou um escore composto, obtido por meio do primeiro "factor loading" que foi utilizado como ponderador para combinar as variáveis em questão.

O modelo ou equação utilizada para produzir os escores combinados foi a seguinte:

$$S = a_1 z_{1i} + a_2 z_{2i} + a_3 z_{3i} + \dots + a_{10} z_{10i}$$

onde:

S_i = índice ou escore composto para os indivíduos "i"

a_i = componente "i" do vetor chamado primeiro "factor loading"

$$z_{ki} = \frac{X_{ki} - X_k}{\sigma_k} = \text{variável estandardizada para o indivíduo "i"}$$

Para uma melhor interpretação das classes naturais, procedeu-se ao agrupamento hierárquico dos indivíduos considerados. Este resultado é apresentado no Quadro 8, que especifica as frequências das várias classes.

Quadro 8. Distribuição de frequência dos escores compostos para os 348 trabalhadores

Intervalo de classe	Ponto Médio (PM)	Frequência (f)
- 4 a - 3	-3,5	15
- 3 a - 2	-2,5	39
- 2 a - 1	-1,5	54
- 1 a 0	-0,5	70
0 a 1	0,5	74
1 a 2	1,5	52
2 a 3	2,5	22
3 a 4	3,5	16
+ 4	-	6
Total		348

Do Quadro 8 podemos concluir que a situação dos trabalhadores agrícolas de Barro Preto, quando assim classificados, é dramaticamente crítica. Esta situação poderia sintetizar-se na seguinte escala classificatória: 1) extremadamente baixa - aquêles cujos valores se situam de -1 a -4 no intervalo de classe; 2) baixa, as características perfazem escores compreendidos entre maior -1 a +1; 3) regular, aquêles situados entre os valores maior de 1 até 3; 4) bõa, se situam aquêles cujo valor está acima de 3 no intervalo de classe. A Figura 1, representa a tipologia fundamental sôbre a qual se refere essa secção.

Nível de Conhecimento Geral foi a variável que mostrou possuir maior fôrça classificatória para o grupo dos 348 trabalhadores. Composto pelos três tipos de conhecimento (cacau, diversificado, urbano) considerados nêste estudo, o Conhecimento Geral reflete a existência de u'a maior amplitude com respeito aos valôres que foram atribuídos às respostas mencionadas. Tal fato já seria de esperar, uma vez que se reuniu em um só conceito informações de naturezas até certo ponto distintas. O mesmo raciocínio se aplica ao Conhecimento Urbano, que se apresentou como a segunda variável de maior fôrça classificatória. É muito provável que a posição assumida por tal variável seja originada de u a maior ou menor experiência que os trabalhadores possuem do modo de vida urbano. Um conhecimento dessa natureza e principalmente pela maneira como o mesmo foi explorado, dá lugar a manifestações mais exatas por parte daqueles que por circunstâncias diretas (ter morado na cidade, ir à cidade

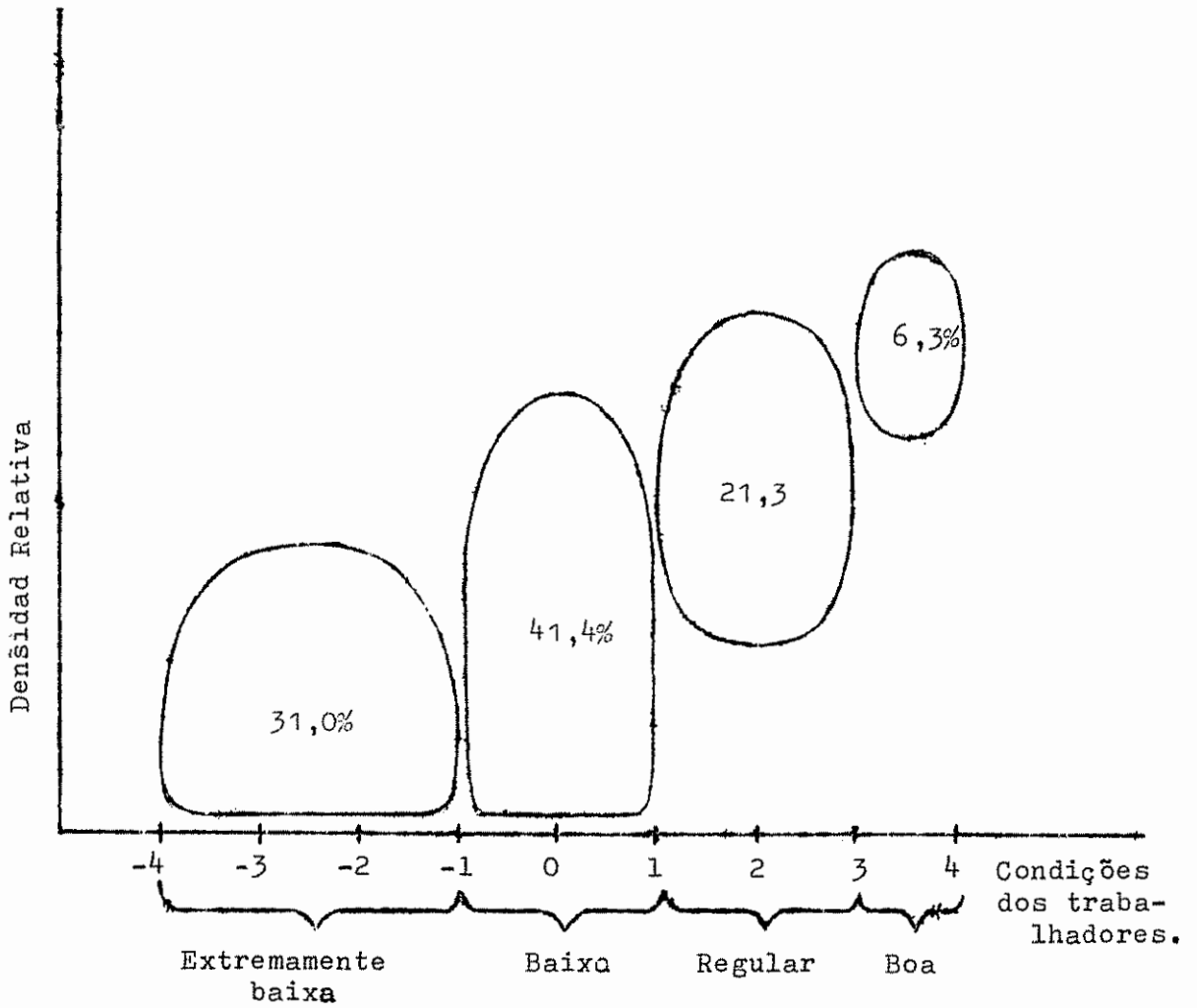


Figura 1. Tipologia fundamental dos trabalhadores.

frequentemente, haver usado serviços urbanos) ou indireta (parentesco na cidade, amigo haver mencionado) apresentam-se mais familiarizados com o processo da vida urbana. Tanto êsse como o outro tipo de conhecimento (Geral), se diz que são reflexos da experiência e da percepção de cada trabalhador, em que os fatores exógenos e formais quase não aportam contribuição substancial.

Situação oposta se dá com as variáveis cujas forças classificatórias foram das mais baixas, como Nível Educacional, de Renda e Volume da Produção. Essas três tiveram seus valores classificatórios pouco realçados, sendo que uma delas (Volume de Produção) discriminou inclusive negativamente.

A situação reflete, sobretudo para educação e renda, uma população altamente homogênea, com exceções talvez de muito pouco significado. O valor encontrado para a variável Volume de Produção, pode ser justificado por tratar-se de assalariados agrícolas e não de proprietários, onde possivelmente se esperaria que esta variável discrimine mais forte, ou ainda pela fato da produção do imóvel não refletir em suas características e comportamento.

De um modo geral, o Quadro 7 revela a existência de baixas ponderações, o que nos põe diante de uma população de acentuado grau de homogeneidade e donde certas variáveis traduzem, até certo ponto, o estado dramático da população de trabalhadores agrícolas de Barro Preto.

4.2. Características sócio-econômicas e sua relação com o tamanho das propriedades

4.2.1. A estrutura de idades

Analisando os estratos com relação à estrutura de idade, se observa que é nas propriedades grandes onde se encontra o grupo etário mais avançado, ainda que só ligeiramente superior às duas outras categorias de propriedades.

Quadro 9. Estrutura de idade por tamanho de propriedade

Classes	E S T R A T O							
	Pequena		Média		Grande		Total	
	N	%	N	%	N	%	N	%
Mínimo: 14 - 19 anos	18	15,7	28	19,0	11	13,0	57	16,4
Máximo: 55 - 64 anos	5	4,4	9	6,1	7	8,1	21	6,0
\bar{X}	31,5		31,0		34,0			
\downarrow	12,362		13,166		13,514			

Os trabalhadores mais jovens são os que tem de 14 a 19 anos, constituindo-se no grupo que inicia a chamada população economicamente ativa. E a propriedade média que detém a maioria das pessoas nesta classe de idade, ainda que só ligeiramente superior aos demais

estratos.

Como demonstram as cifras do Quadro 9, a idade dos trabalhadores da área estudada nos diferentes tamanhos de propriedade, é relativamente baixa. Examinando-se a média ponderada dos grupos de idades para os diferentes estratos, esta afirmativa surge com maior clareza: 31,5 anos no estrato pequeno; 31,0 no médio e no grande 34,0 anos. Significa portanto que somente esta última categoria de fazenda, se individualiza como sendo possuidora de um grupo de trabalhadores com ligeira tendência a serem mais idosos. De todo o anterior observado, se pode dizer que, se o fator "idade avançada" fôr deves uma barreira à introdução de elemento humano no processo de mudança sócio-econômica, a situação diante do exposto se apresenta altamente favorável.

A presença de um grupo com idade ligeiramente superior nas fazendas grandes, se justifica por um lado, porque é nelas que se encontra a maioria da mão de obra casada (21,8%). Por outro lado, pode-se também aventar a hipótese de que uma porcentagem mais elevada de pessoas com idade mais alta, seria uma barreira para o acesso do pessoal jovem à direção do trabalho agrícola, o que constantemente poderia estar obrigando os mais moços a buscar melhores perspectivas. A observação aqui registrada, parece ter certa validade, pois um dos critérios dominantes na seleção e recrutamento de homens para as funções de mando, na propriedade cacaueteira, é também a de tempo na empresa.

4.2.2. Nível educacional

Para a análise dessa variável, face aos resultados encontrados, foram consideradas três categorias: a) analfabetos; b) trabalhadores que, embora sabendo ler e escrever, não frequentaram a escola, e c) aqueles que manifestaram possuir alguma instrução primária.

Quadro 10. Educação formal por tamanho de propriedade

Nível de educação	ESTRATO							
	Pequena		Média		Grande		Total	
	N	%	N	%	N	%	N	%
Mínimo: Analfabetos	65	56,6	83	56,4	58	67,3	206	59,4
Máximo: 5º Ano Primário	1	0,9	2	1,4	3	3,5	6	1,6
\bar{X}	0,85		0,93		0,76			
\sum	1,293		1,417		1,460			

Os resultados obtidos, demonstram que as grandes propriedades apresentam a mais elevada taxa percentual de analfabetos. Nos demais estratos este grupo supera ligeiramente os 50%, o que vai totalizar 202 trabalhadores considerados literalmente como analfabetos, ou seja 59.4% do total da mão de obra envolvida na amostra.

O nível de instrução média não alcançou a um ano de estudo, e ao tentar estabelecer uma relação qualquer entre a variável em

análise e o tamanho do imóvel cacaueiro, se observa ligeiramente u'a maior diferença entre as propriedades extremas, conforme demonstra o Quadro 10.

Com efeito, considerando que a instrução primária foi a máxima atingida pelos trabalhadores e que nela somente 4 indivíduos lograram alcançar o 5º ano de instrução, conclue-se que a situação existente não é das mais favoráveis; por outro lado se a controvérsia da instrução versus desenvolvimento fica aclarada e tomando a educação primária completa como uma pré-condição para que o homem passe de espectador a participante do processo de desenvolvimento, se diria que êstes trabalhadores estariam potencialmente menos capacitados para a obtenção dos logros que demanda às emprêsas e que também seriam os menos predispostos ao desenvolvimento agrícola.

4.2.3. Número de anos do trabalhador na atividade agrícola

Resulta interessante conhecer o tempo da mão de obra nas atividades agrícolas, ou seja, verificar a permanência da mesma dedicada à agricultura e mais especificamente ao trabalho com cacau.

Quadro 11. Número de anos na agricultura por tamanho de propriedade

Número de anos	ESTRATO							
	Pequena		Média		Grande		Total	
	N	%	N	%	N	%	N	%
Mínimo: até 2 anos	3	12,6	2	1,4	3	3,4	8	2,2
Máximo: 20 anos	40	34,8	44	29,9	35	40,2	119	34,1
\bar{X}	3,8		3,6		3,9			
\downarrow	1,128		1,209		1,125			

Mais de 60% dos entrevistados declarou ter mais de 10 anos de trabalho na agricultura, enquanto que somente 46% possui este mesmo tempo trabalhando em cacau. Conforme mostra o Quadro 11, o estrato onde há maior frequência de trabalhadores com u'a maior permanência no trabalho agrícola (ou seja superior a 20 anos), é no das unidades pequenas.

Quadro 12. Número de anos no cacau por tamanho de propriedade

Número de anos	E S T R A T O							
	Pequena		Média		Grande		Total	
	N	%	N	%	N	%	N	%
Mínimo: até 2 anos	22	19,1	18	12,2	8	9,3	48	13,8
Máximo: 20 anos	22	19,1	27	18,4	25	29,5	74	21,3
\bar{X}	3,0		3,0		3,5			
σ	1,443		1,319		1,369			

E com base no Quadro 12 se examinou os que possuem também esse mesmo tempo, ou seja, mais de vinte anos, em atividade especificamente cacaeira; encontrou-se o valor máximo na grande unidade de produção, que possui 29.1% da mão de obra deste estrato com mais de 20 anos de atividade cacaeira.

Analisando a seguir o aspecto da pouca permanência, admite-se

ser a mesma irrelevante quanto ao trabalho agrícola, já que somente 2,2% do total, possui até 2 anos, enquanto que no trabalho com cacau esse número é maior (13,8%), embora seja o de menor frequência em relação aos demais (ver Apêndice nº 8). Os dados expostos evidenciam que a maioria dos trabalhadores é possuidora de um elevado grau de tradição como componentes de u'a mão de obra executora de trabalhos agrícolas e de cacau mais especificamente. Estudo sobre a experiência dos trabalhadores no cultivo do cacau (72:91), afirma ser muito satisfatório o resultado obtido, já que 83,24% da mão de obra tinha mais de dez anos de trabalho neste cultivo e 36,61% tinha mais de 20 anos. Mesmo assim, aqui surge uma interrogante: até que ponto a maior tradição de trabalho na agricultura e no caso particular no cacau, ajuda na produção e no desenvolvimento da área? Se deveria mais bem averiguar se a antiguidade aqui manifestada assume um caráter tradicionalista ou não, ou seja, como se comportam quanto a aceitação de inovações. Seguramente não se poderia afirmar que os mais antigos possuem os mesmos comportamentos e favorecem os mesmos resultados frente a alternativas propostas por um programa de mudança orientada.

4.2.4. O número de dependentes

No presente estudo se considerou a necessidade de conhecer o número de dependentes que possui a mão de obra da área. Se definiu como tôdas aquelas pessoas que dependendo do entrevistado, vivem sob o mesmo teto.

Quadro 13. Número de dependentes por tamanho de propriedade

Número de dependentes	E S T R A T O							
	Pequena		Média		Grande		Total	
	N	%	N	%	N	%	N	%
Mínimo: Nenhum	55	47,9	69	46,9	26	30,1	150	43,5
Máximo: 9	4	3,5	3	2,0	3	3,4	10	2,9
\bar{x}	2,1		2,0		3,0			
\uparrow	2,758		2,532		3,038			

De acôrdo com o que demonstra o Quadro 13, 43,5% do total de trabalhadores não possui nenhum tipo de dependente, enquanto que sòmente 2,9% do total entrevistado, aparece com a maioria de nove dependentes. Considerando-se que o grupo de solteiros constitue 67,2% (ver Apêndice nº 4) dos trabalhadores e que são comumente personificados como não possuidores de responsabilidades domésticas, os dados aqui traduzidos podem levar a uma imagem diferente para os mesmos, qual seja a de inúmeros solteiros com responsabilidade de dependentes econômicos, o que é comum na sociedade brasileira.

Nas emprêsas pequenas e grandes mais aparecem (47,9%) e menos aparecem (30,1%), respectivamente, trabalhadores sem nenhum dependente. Para o máximo, dos que vivem às expensas dos entrevistados, ou seja nove, êsses grupos de propriedades mantêm a mesma posição.

A média do número de dependentes para cada estrato acentua mais esta relação: no estrato de pequenas propriedades, a média é de 2,1; no imóvel médio é de 2,0 e no grande é de 3,0 dependentes. Não se percebeu efeito significativo entre o tamanho da fazenda e a variável em análise, entretanto existe uma ligeira tendência da grande empresa se apresentar como possuidora de um maior número de pessoas que vivem às expensas dos entrevistados. Isto se justifica, se considerar que é nesse tipo de propriedade que mais se favorece aos trabalhadores com disponibilidade de habitação, atraindo assim, u'a maior quantidade de indivíduos casados ou mesmo solteiros, possuidores de algum tipo de dependente.

Espósas e filhos são os dependentes mais frequentemente indicados pelo grupo de trabalhadores casados; irmão, pãe, mãe, ou ambos, são mais frequentemente mencionados pelos solteiros.

4.2.5. Nível de renda bruta

Para compôr o nível de renda bruta procurou-se conhecer todos os tipos de ganhos auferidos pelos entrevistados, provenientes, ou não, da venda de seu trabalho à empresa. Para efeitos comparativos tomou-se como base, o salário mínimo regional, espitulado pelo Governo Federal para o Município de Barro Preto. Tomou-se como referência êsse teto para verificar aquêles que possuem renda abaixo dêsse valor, exatamente o seu valor, ou acima do mesmo.

De um modo geral, os trabalhadores das fazendas, são todos "diaristas" e recebem os seus salários ao fim de cada semana,

ocasião em que também ocorrem todos os tipos de acêrtos (encontro de contas) entre o empregado e a firma. Os trabalhadores na sua maioria têm um regime de tempo integral na fazenda à qual dedicam cinco dias de trabalho efetivo. Remunera-se o descanso, por regra geral. Se desconhecem detalhes de outras possíveis fontes de ganho do trabalhador, entretanto é viável existirem.

E conveniente aclarar, para uma melhor interpretação dos resultados apresentados, que se tomou em conta, para a classificação do nível de renda, a renda bruta, que o trabalhador obtém ao fim de cada semana de trabalho e daí se estimou a renda bruta mensal, a qual se classificou em seis níveis com base no salário mínimo regional. Estes níveis correspondem a: 1) menos de 1 salário mínimo; 2) 1 salário mínimo; 3) 1 a 2 salários mínimos; 4) 2 a 3 salários mínimos; 5) 3 a 4 salários mínimos, e 6) mais de 4 salários mínimos.

Quadro 14. Renda bruta por tamanho de propriedade

Renda	ESTRATO							
	Pequena		Média		Grande		Total	
	N	%	N	%	N	%	N	%
Mínimo: -1 sal. mín.	99	86,1	131	89,1	68	78,9	298	85,6
Máximo: 1 a 2 sal.mín..	10	8,7	11	7,5	8	9,3	29	8,3
\bar{X}		1,2		1,2		1,3		
σ		0,591		0,545		0,632		

Com base nos dados demonstrados no Quadro 14, se verifica que apenas os três primeiros níveis foram alcançados pelos trabalhadores da amostra e que nêstes três níveis, o primeiro retêm a grande maioria (78,9%).

A grande propriedade se diferencia totalmente das demais, quanto ao nível de renda de seus operários. Não só é a que possui menor e maior proporção de mão de obra nos níveis de menos de 1 salário mínimo e de 1 a 2 salários mínimos respectivamente, como também detêm a maioria (9,3%) dos que tem renda correspondente a 1 salário mínimo (ver Apêndice nº 6). Por intermédio da análise das médias, também se pode verificar uma ligeira tendência na grande propriedade, como sendo possuidora da mão de obra melhor remunerada.

Esta ocorrência se dá pelo fato de ser a grande fazenda de cacau dotada de peculiaridades, como por exemplo a exigência, para completa execução das tarefas de cultivo, colheita e beneficiamento do cacau, de u'a maior divisão do trabalho, sem a qual dificilmente se realizariam a contento tais operações. Por êste motivo algumas funções como a de barcaceiro, estufeiro, tropeiro, cabo de turma (ver pé de página), perfeitamente individualizadas, são hoje quase que alternativas vigentes sômente na grande propriedade. Por outro lado, é aí onde o regime de contratação de trabalho favorecido

Barcaceiro e Estufeiro, indivíduos responsáveis pela fermentação e secagem do cacau. Tropeiro é o responsável pelo transporte de cargas em animal. Cabo de Turma, é o indivíduo auxiliar de administração, nos trabalhos de campo principalmente.

por um tipo de contrato regionalmente conhecido por "empreitada", favorece enormemente os ingressos da mão de obra do monocultivo. Eis algumas das razões pelas quais as grandes fazendas apresentam os seus trabalhadores como possuidores de um melhor nível de ingressos.

4.2.6. Número de filhos nascidos vivos

O número de filhos nascidos vivos, segundo o tamanho da propriedade, é tal como mostra o Quadro 15, em que a variável foi dividida em apenas três classes: de um a quatro filhos; de cinco a dez e de mais de dez filhos.

Quadro 15. Número de filhos nascidos vivos por tamanho de propriedade

Número de Filhos	E S T R A T O							
	Pequena		Média		Grande		Total	
	N	%	N	%	N	%	N	%
1 a 4	36	59,1	41	63,2	16	40,0	93	56,0
5 a 10	19	31,1	17	26,1	20	50,0	56	33,8
+ 10	6	9,8	7	10,7	4	10,0	17	10,2
Total	61	100,0	65	100,0	40	100,0	166	100,0

Observou-se que, praticamente, 47,7% dos trabalhadores não tem filhos. Entretanto, atentando para o fato de que aqueles que declararam possuir estado civil de casado, viúvo e separado, aos quais como mais probabilidade se atribui a responsabilidade pelos filhos aqui declarados, constituem cerca de 52,5% do total da amostra considerada (ver Apêndice nº 4), conclue-se, que pelo menos uns 5,2% dos declarantes solteiros devem ser considerados como possuidores de algum número de filhos nascidos vivos. Voltando ao Quadro 15, vê-se que predominam, tanto no conjunto como em cada um dos estratos de propriedade, os valores compreendidos no intervalo de classe de 1 e 4 filhos, ainda que com variações sistemáticas entre estratos. Vê-se também que os valores de 5 a 10 filhos são mais frequentes no estrato grande, e esta mesma classe por sua vez reúne mais trabalhadores que a classe de 10 ou mais filhos.

Com efeito, os resultados demonstram que na verdade a família neste caso definida pelo número de filhos, do trabalhador vinculado ao cacau, não tende a ser numerosa, conforme se costuma generalizar para a maioria dos povos que vivem no meio rural e exercem atividades puramente agrícolas. A família no caso mais bem demonstra uma tendência a ser pequena. Já se viu, para o número de dependentes, que 72,0% dos entrevistados podem ser considerados como possuidores de até 3 dependentes. Agora se comprova que a maior natalidade concentrou-se em torno da menor classe, onde estão enquadrados 50% dos 166 declarantes. Relacionando estes dados, com aqueles obtidos no Município de Ibirapitanga, Bahia (72:87), verifica-se

que pode existir certa validade para generalizar os resultados encontrados. Naquêle município encontrou-se que a classe de 1 a 4 filhos, apareceu no total da amostra, na proporção de 44,26%, seguindo depois da de 5 a 10 com 33,34% e 0,91% para os de mais de 10 filhos. Em êsse estudo e seguindo a mesma ordem, os números aparecem na proporção de 56,0%, 33,7% e 10,2%, ou seja, seguem a mesma tendência, ainda que com variações mais acentuadas nos valores extremos.

Numa tentativa de verificar de modo puramente aparente uma relação de sobrevivência ou algo semelhante, para a área em estudo, procurou-se verificar o número de filhos que permanecem vivos.

Quadro 16. Número de filhos que permanecem Vivos por tamanho de propriedade

Número de Filhos	ESTRATO							
	Pequena		Média		Grande		Total	
	N	%	N	%	N	%	N	%
1 a 4	31	62,0	48	74,0	19	47,5	98	63,3
5 a 10	16	32,0	15	23,0	19	47,5	50	32,2
+ 10	3	6,0	2	3,0	2	5,0	7	4,5
Total	50	100,0	65	100,0	40	100,0	155	100,0

Pode-se ver assim como esta nova variável se interrelaciona dentro de cada estrato. Na primeira classe (1 a 4 filhos) observou-se a mesma tendência de sua idêntica classe vista no Quadro 15, ou seja a propriedade média, destacou-se um pouco mais à frente, na posição percentual. A classe imediata (5 a 10) também configurou-se similarmente à sua correspondente anterior; entretanto é na última classe, ou seja, a de mais de 10 filhos, que apareceu uma diferença não só no conjunto, como também parcialmente, com respeito à própria disposição dos valores percentuais dentro de cada estrato.

Os números expostos em ambos os Quadros 15 e 16, permitem algumas breves discussões. Praticamente as três categorias de propriedades tiveram de algum modo a sua relação "filhos nascidos vivos / filhos que permanecem vivos", afetada. Em todos os estratos, indistintamente, a primeira classe daqueles cujos filhos permanecem vivos, foram incrementados em seus valores: 2,9; 6,8 e 7,5 pontos, respectivamente. Tal fato induz a formular: os que inicialmente declararam somar entre 5 e 10 filhos nascidos vivos, foram afetados pelo processo de defunção. Para os da segunda classe (5 a 10), com exceção da pequena propriedade, as duas outras categorias apresentaram uma redução de 3,1 e 2,5 na quantidade de filhos que permanecem vivos, sem entretanto ser em tal número que causasse mudança de uma classe à outra. O mesmo raciocínio é possível para a última, de mais de 10 filhos, a qual apresenta, para as três categorias de estratos, diminuições da ordem de 3,8; 7,7 e 5,0 pontos, para os estratos de pequena, média e grande propriedade. Como uma conclusão geral,

pode-se dizer que a perda dos filhos após nascerem, se configura indistintamente para tôdas as categorias de fazendas, ainda que a fazenda pequena, aparentemente demonstre ser aquela onde existe menor ocorrência de defunções.

4.3. Características demográficas e sua relação como o tamanho das propriedades

Para uma descrição da problemática que envolve a mão de obra no município cacauero estudado, não é suficiente conhecer algumas de suas características ou mesmo sua situação atual com relação ao nível de renda ou número de dependentes. A complexidade da situação, decorrente do processo de alienação em que vive mergulhado o trabalhador da fazenda de cacau, impõe a identificação e o estudo ordenado de outras características que possibilitem conhecê-lo melhor, tais como a sua origem, sua mobilidade como mão de obra, suas expectativas futuras e assim tentar poder verdadeiramente identificar o modo pelo qual êle poderia ingressar em outra classe ou nível de mão de obra, como a industrial, que se constitui em anseio e exceção para muitos, no contêxto socio-econômico brasileiro.

As chamadas características demográficas aqui refletidas, não perseguem senão êste propósito.

4.3.1. Lugar de nascimento

Inicialmente procurou-se determinar o lugar de origem dos trabalhadores. Como em verdade perseguiu-se o objetivo de conhecer a possível oferta de mão de obra de outras áreas para o município estudado, apenas se classificaram os trabalhadores em três grupos:

1) os nascidos na própria região cacauceira; 2) os nascidos fora dessa região porém dentro do próprio Estado e, 3) aqueles provenientes de outros estados brasileiros ou mesmo de outros países.

Quadro 17. Lugar de nascimento por tamanho de propriedade

Lugar de nascimento	E S T R A T O							
	Pequena		Média		Grande		Total	
	N	%	N	%	N	%	N	%
Na Zona Cacauceira	59	51,3	81	55,1	45	52,3	185	53,2
Fora da Z. Cacauceira	46	40,0	56	38,1	24	27,8	126	36,1
Fora do Estado	7	6,1	10	6,8	16	18,6	33	9,5
Ignorado	3	2,6	-	-	1	1,2	4	1,2
Total	115	100,0	147	100,0	86	100,0	348	100,0

O Quadro 17 registra que 53,2% dos trabalhadores são naturais da própria Zona Cacauceira e 36,1% tem origem em outros municípios baianos. De fora do Estado, existem somente 9,5%, não havendo se registrado nenhum caso de estrangeiro como mão de obra nas fazendas

consideradas. Ainda que só ligeiramente superior ao 50%, pode-se afirmar que a maior parte da mão de obra é proveniente da própria Zona Cacaueira e que, de cada dois trabalhadores, um é natural da região. Em conjunto os dados demonstram que para tôdas as categorias de imóveis, existe, sempre uma predominância dos indivíduos nativos na área cacaueira. A propriedade média destaca-se um pouco mais neste particular, seguido em ordem de importância pela pequena propriedade. Aquêles trabalhadores identificados como naturais de fora da Zona fisiográfica considerada, porém nativos do próprio Estado, aparecem numa razão inversa ao tamanho da fazenda. Inverso, entretanto é o comportamento com relação aos que são provenientes de outros estados, ou seja, quanto maior a fazenda, tanto maior é a sua presença, conforme se pode ver no referido Quadro.

Merecem confrontação os resultados obtidos nessa pesquisa com o trabalho de Vieira (79:95), o qual também estudou o fator origem, ainda que utilizando uma escala e uma estratificação ligeiramente diferentes da que se empregou. Existe afinidade de resultados para os trabalhadores das fazendas pequenas. Como aqui, aquêle autor encontrou que o seu estrato II, que na nesta estratificação estaria compreendido dentro da categoria de "pequena propriedade", possuía a maioria (25,53%) dos trabalhadores nascidos fora da zona do cacau, porém dentro do Estado. Existe discrepância entretanto, com respeito a propriedade média vez que o mesmo se refere a u'a maior porcentagem de mão de obra com origem fora da Zona, enquanto que aqui encontrou-se uma situação inversa. Em relação à grande fazenda, os

dados voltam a coincidir: há uma dominância de trabalhadores nascidos fora do Estado.

Esta situação, não parece estranha. Na verdade em um Estado que se caracteriza no contêxto demográfico brasileiro, como uma área de "expulsão", a Zona Cacaueira, se diferencia como uma micro-região demográfica, em que parece não haver uma "expulsão sistemática" da mão de obra rural e sim uma "atração" da mão de obra existente nas outras áreas fisiográficas vizinhas, menos favorecidas ecológicamente. Assim, é possível justificar: 1) a supremacia de trabalhadores nativos da região; 2) uma presença significativa de trabalhadores de outras áreas do próprio Estado, os quais talvez "expulsados" de suas áreas originais, aí se detiveram. A presença, por outro lado, de u'a mão de obra proveniente de outros estados e localizada como predominância na grande propriedade, é possível também de algumas interpretações. Na verdade, os fazendeiros da Zona costumam queixar-se da falta de braços. O grande produtor, dotado de mais capacidade financeira, pode recorrer em certas ocasiões ao recrutamento de mão de obra em outras áreas. O Estado de Sergipe, vizinho ao norte do Estado da Bahia, tem sido descrito como um tradicional supridor de mão de obra à Zona Cacaueira. Restaria entretanto, agora, procurar saber por que os trabalhadores de naturalidade baiana, porém originários de fora da Zona considerada, são mobilizados principalmente para as pequenas propriedades, conforme mostram os dados aqui configurados.

4.3.2. A tipificação urbana do lugar de origem

Para que melhor se entendam os componentes socio-culturais do elemento em questão, é interessante conhecer não somente o lugar onde nasceu o trabalhador, mais também as características da mesma, ou seja, se é um ambiente tipicamente rural - a fazenda - ou um meio semi-urbano como a vila, ou ainda, se é uma cidade. Para tanto foi elaborada uma tipificação feita em base a três graus de urbanização, os quais aparecem no Quadro 18, junto com os resultados encontrados.

Quadro 18. Tipificação urbana do lugar de origem por tamanho de propriedade

Tipificação	E S T R A T O							
	Pequena		Média		Grande		Total	
	N	%	N	%	N	%	N	%
Menos urbano (fazenda)	78	67,9	101	68,7	55	63,8	234	67,2
Semi-urbano (vila)	15	13,1	9	6,1	10	11,7	34	9,8
Mais urbano (cidade)	20	17,4	36	24,5	20	23,3	76	21,8
Ignorado	2	1,7	1	0,7	1	1,2	4	1,2
Total	115	100,0	147	100,0	86	100,0	348	100,0

Uma elevada proporção (67,2%) de trabalhadores nasceram em fazendas, ou seja local do tipo menos urbanizado, considerando numa escala de urbanização, o outro extremo, a cidade, como o mais urbanizado. As cidades seguem depois, enquanto que o tipo semi-urbano - a

vila - surge com apenas 9,8% do total. A nível de estratos, a tendência segue exatamente a do conjunto. Em todos êles predominam, em mais de 60%, trabalhadores de origem puramente rural, seguidos daqueles de áreas urbanas. A propriedade média detém ligeira maioria nos dois tipos predominantes, quais sejam: o menos urbano (68,7%) e o mais urbano (24,5%) e possui também a menor proporção de trabalhadores de origem semi-urbano (6,1%). Tal distribuição é de difícil interpretação e pouco se conseguiria fazendo algumas suposições. Entretanto a ocorrência do pequeno número de trabalhadores cuja origem é a de vilas, povoados (semi-urbanos), pode-se tentar interpretar, considerando ser pequena a população originada destes núcleos, na Zona Cacaueira, onde se percebe uma notória superioridade dos extremos, ou seja, a fazenda, ou a cidade. Existem cêrca de 43 núcleos semi-urbanos (14) em tôda a Zona. Ainda que êste número seja quase igual ao de cidade, a população aí existente, em decorrência do seu próprio tamanho físico, por certo nem ao menos se iguala às existentes nas cidades. As fazendas por sua vez só cacaueiras totalizam cêrca de 10.822 propriedades (2:5). Ocorrendo êste fato e sendo a maioria da população trabalhadora em questão nativa da própria Zona Cacaueira, como ficou demonstrado no Quadro 17, pode ser válida a suposição.

Considerações em tôrno do tempo que viveu o trabalhador no lugar onde nasceu, é de um certo valor para que se possa estabelecer alguma idéia sôbre sua socialização. Há casos em que embora nascido em um meio típicamente rural, desde mui pouca idade o indivíduo

se trasladou a um ambiente urbano e aí se socializou inteiramente. Dificilmente então se poderia assegurar ser êsse um "tipo rural".

Através de uma pergunta inserida no questionário em que se procurava dimensionar o tempo contínuo que o trabalhador viveu no lugar exato onde nasceu, é detalhado no Quadro 19.

Quadro 19. Número de anos vivido no lugar de origem por tamanho de propriedade

Número de anos	ESTRATO							
	Pequena		Média		Grande		Total	
	N	%	N	%	N	%	N	%
Menos de 5 anos	26	22,6	39	26,5	24	27,9	89	25,5
+ 5 - 10 anos	33	28,7	34	23,1	18	20,9	85	24,5
+ 10 - 15 anos	20	17,4	31	21,1	16	18,6	67	19,2
+ 15 - 20 anos	26	22,6	22	15,0	16	18,6	64	18,4
+ 20 anos	10	8,7	14	9,5	8	9,3	32	9,2
Ignorado	-	-	7	4,8	4	4,6	11	3,2
Total	115	100,0	147	100,0	86	99,9	348	100,0

Vê-se que 62,1% do total dos entrevistados viveram no próprio lugar de nascimento de 6 a 19 anos. Especificamente, o período de mais de 5 a menos de 10 anos foi mencionado por 24,5% dos trabalhadores; entre mais de 10 e menos de 15 anos por 19,2%, enquanto que

18,4% foi a proporção daquêles que viveram entre mais de 15 e menos de 20 anos. O grupo digamos, mais "ruralmente socializado" (aquêles com mais de 20 anos de permanência no lugar onde nasceram), representa uma fração de apenas 9,2%, enquanto que o outro extremo da socialização (os de menos de 5 anos de permanência) representam 25,5% do total. Considerando agora, a duração da escolarização primária como limite mínimo de tempo para que o indivíduo se socialize, se aproximaria de quase 3/5 do total, o número de trabalhadores que, teòricamente, poderiam estar considerados nêste grupo. Verifica-se assim, que há uma predominância não só de pessoas nascidas em um meio típicamente rural, como também aí socializadas.

4.3.3. A mobilidade espacial e ocupacional

Examinando agora essa questão faz-se mistér, preliminarmente, lembrar que na definição da trajetória da mão de obra em análise, se considerou o município analisado como ponto de chegada, sendo o ponto de partida o local em que o entrevistado começou a trabalhar como assalariado. O fato do mesmo ter se deslocado de uma área para outra entre a data do seu nascimento e o início de sua vida laboral, se entende mais como agenciada por motivos que fugiam ao seu contròle, entre os quais as transferências familiares são as mais comuns. Esse recurso permite então, aferir a movimentação geográfica e ocupacional, a partir do momento da inserção do trabalhador no processo produtivo. A mobilidade entre o local primeiro de trabalho e o local onde se encontrava, foi dada através de uma

reconstituição dos itinerários seguidos no meio rural, independentes de serem passados em outras áreas fisiográficas do Estado ou mesmo em outras unidades políticas.

Quadro 20. Local de início da vida ocupacional por tamanho de propriedade

Local	E S T R A T O							
	Pequena		Média		Grande		Total	
	N	%	N	%	N	%	N	%
Fora de Barro Preto	77	67,0	96	65,4	42	48,9	215	61,8
Em Barro Preto	20	17,4	32	21,8	24	27,9	76	21,9
Fora da Zona Cacaueira	16	13,9	18	12,2	20	23,2	54	15,5
Ignorado	2	1,7	1	0,6	-	-	3	0,8
Total	115	100,0	147	100,0	86	100,0	348	100,0

O Quadro 20 discriminando o local onde o trabalhador começou a sua vida ocupacional como assalariado, mostra que a parcela mais representativa dos entrevistados começou a trabalhar fora do município estudado, porém dentro da Zona Cacaueira. Se houve alguma migração para áreas diferentes, esta foi anterior à sua vida como "mão de obra autônoma", ou posterior ao seu início. Aquêles que começaram no próprio município estudado constituem o segundo grupo, com 21,9%. Esses dois grupos pertencentes à mesma zona fisiográfica, totalizam 83,7%. Os que estavam fora da região cacaueira por

ocasião dêsse início, perfazem 15,5%.

Estudo sôbre o operário industrial baiano (16:100) verificou que 84,5% dêles começaram a vida como assalariados dentro da própria zona fisiográfica. Se bem que êstes dados não favoreçam para discussões e comparações da variável em jôgo, servem, contudo, como elemento de juízo, uma vez que a mão de obra industrial, maiormente no Nordeste brasileiro, é de origem rural e onde possivelmente tenham começado sua vida como trabalhadores. Vendo-se a seguir os dados dispostos em estratos, nota-se que aquêles que se iniciaram fora do município de Barro Preto apresentam valores que se dispõem em ordem inversa ao tamanho do estrato, ou seja, a proporção maior (67,0%) é atribuída às fazendas pequenas, enquanto que a proporção menor (47,9%) às fazendas do estrato grande. Razão inversa ocorre com os que ganharam seu primeiro salário no município considerado. No que se relaciona àqueles que começaram fora da região, a maior concentração aponta à grande propriedade. Se verifica uma identidade entre esta última cifra expressada, e a contida no Quadro 13, relativo ao lugar de nascimento, que mostra ser a grande propriedade a que possui maioria (18,6%) dos trabalhadores originários de fora do Estado. É possível de pronto especular que os 4,6 pontos restantes (para igualar 23,2% que totaliza aquela última classe do Quadro 13), poderia ser composto daqueles provenientes de áreas fisiográficas vizinhas e que após começarem sua vida como mão de obra paga, migraram para a zona do cacau.

Tratando agora do problema da mobilidade espacial e ocupacional

pròpriamente dita, se apresenta o Quadro 21 que estende algumas medidas da mobilidade alcançada pela mão de obra.

Quadro 21. Mobilidade espacial por tamanho de propriedade

Mobilidade espacial	E S T R A T O							
	Pequena		Média		Grande		Total	
	N	%	N	%	N	%	N	%
Mínimo: 1 município	30	25,9	35	23,8	17	19,7	82	23,5
Máximo: 12 municípios	1	0,9	-	-	-	-	1	0,9
\bar{X}		2,1		1,5		1,3		
↓		2,645		1,697		1,498		

Os dados sintetizam o itinerário do trabalhador por diferentes municípios ou não, uma vez que a mobilidade aqui expressa se refere ao número de vèzes que o indivíduo se deslocou de uma área político-administrativa à outra, independente de que em certas ocasiões a mesma área volte a repetir-se em sua trajetória espacial. De um modo geral, a intensidade da mobilidade foi baixa. Apenas um só trabalhador transferiu-se doze vèzes em toda sua vida ocupacional; 23,5% transferiram-se sòmente uma vez; observando-se que o número de trabalhadores nesta frequência diminui em relação ao maior tamanho do estrato. Há tendência, portanto, de que a mobilidade nos

trabalhadores das propriedades maiores seja mais baixa. Com base nos resultados que reproduz analiticamente todos os movimentos espaciais executados pelo trabalhador (ver Apêndice nº 9), apenas 12,9% se transferiram de quatro a mais municípios. A propriedade pequena aparece com trabalhadores em todos os níveis de intensidade (1 a 12), com exceção do correspondente à frequência de dez transferências. Segue depois a propriedade média, cujos indivíduos se transferiram de 1 a 8 vezes. Finalmente aparece a grande propriedade, com seus indivíduos distribuídos de 1 a 7 mobilidades.

E conveniente agora fazer algumas comparações com o trabalho de Vieira (72:100) já citado anteriormente. Usando uma técnica um pouco diferente da usada, já que a mobilidade foi medida em função de lugares distintos, chegou-se a descobrir que a frequência ou intensidade de mobilidade entre os trabalhadores das fazendas de cacau em Ibirapitanga, foi muito baixa; apenas 11,84% transferiram-se de quatro a mais lugares distintos; 20,95% durante um período de dez anos mobilizou-se apenas para um outro lugar e 17,12% para dois lugares diferentes. Voltando aos nossos números (ver Apêndice nº 9), vemos que: 1) há evidências de baixa mobilidade geográfica; 2) 12,9% transferiram-se também a quatro ou mais lugares; 3) 23,5% de um lugar para outro e, 4) 16,3% mobilizou-se apenas para dois lugares. Finalmente uma pequena referência sobre a diferenciação dos três estratos quanto à frequência da mobilidade. Poderia-se especular em torno do fato de que, a ocorrência de indivíduos distribuídos em quase todas as frequências, na pequena propriedade, seria um

reflexo não só da pouca capacidade de fixação que elas aparentam ter, como também pelo seu maior número na área, aparecendo, ainda que com reduzida capacidade de absorção, como uma espécie de unidade retentora daquela mão de obra não utilizada pela média e grande propriedade, as quais, como já se viu, parecem ter maiores condições de fixação do operário, como também a mobilidade de seus trabalhadores, tende a ser menor.

Outro passo tão importante como conhecer a quantidade de áreas geográficas por onde passaram os entrevistados, é conhecer também a sua mobilidade ocupacional, ou seja identificar que outros setores da atividade econômica em algum momento de sua vida êles tiveram inseridos. É possível que a mobilidade ocupacional produza efeitos muito mais profundos que o outro tipo de movimento. Visto pelo ângulo da liberação dêssa mão de obra, decorrente da modernização do sistema produtivo agrícola ou do enrijecimento mais acentuado da estrutura agrária, o estudo de outras experiências que teve essa mão de obra, dentro das oportunidades que êsse meio lhe ofereceu e, o seu confronto, principalmente com as possíveis oportunidades urbanas, é sumamente interessante. Infelizmente a sociologia brasileira e latinoamericana, tem marginalizado o problema de adaptação da mão de obra rural às novas situações que a economia lhe oferece.

No caso presente, apesar da importância teórica do problema e de suas possíveis implicações no processo de desenvolvimento socioeconômico, se procurou apenas quantificar as mudanças de ocupações

ocorridas e manifestadas pelos trabalhadores no desempenho de suas atividades como mão de obra rural.

Quadro 22. Mobilidade ocupacional por tamanho de propriedade

Mobilidade ocupacional	E S T R A T O							
	Pequena		Média		Grande		Total	
	N	%	N	%	N	%	N	%
Mínimo: 1 ocupação	57	49,5	75	51,0	38	44,2	172	48,8
Máximo: 6 ocupações	1	0,9	-	-	-	-	1	0,9
\bar{X}	1,0		0,83		0,75			
σ	1,068		0,852		0,880			

A frequência do exercício de diferentes ocupações esta resumido no Quadro 18, no qual se vê que 48,8% do total sòmente exerceram uma atividade distinta; 36,4% (ver Apêndice nº 10) do total jamais tiveram qualquer exercício diferente desde que iniciaram sua vida como trabalhador rural. Êsses dois valores computados, dão uma expresiva cifra que diz ser de 85,2%, a mobilidade entre zero e uma ocupação. Sòmente um trabalhador alcançou o limite máximo (seis) das ocupações manifestadas. Com essa restrição, se vê (ver Apêndice nº 4) que 9,8% do total exerceu até duas ocupações distintas;

2,3% três ocupações e daí por diante os números relativos vão diminuindo sistematicamente, até o valor de 0,9% de trabalhadores que exerceram seis ocupações diferentes em toda sua vida. Nos estratos a tendência segue a mesma direção: a maioria se agrupa dentro de uma ocupação distinta e segue diminuindo também de modo sistemático. Ainda que só ligeiramente superior é na pequena propriedade onde vamos encontrar maior quantidade de indivíduos que em alguma situação já exerceram diferentes ocupações; nessa categoria de imóvel a média alcança uma ocupação distinta, contra 0,83 para as fazendas médias e 0,75 para as grandes. Existem pequenas variações que em certos momentos, para alguns deles, seus valores relativos chegam a ser ligeiramente superiores. Assim é que a mobilidade de frequência igual a um é maior na média propriedade; a frequência para duas ocupações é maior na pequena e a grande propriedade relativamente supera com 1,6% às demais, na intensidade de cinco mobilidades ocupacionais diferentes.

Merece um comentário aqui, o fato de existir uma razão inversa entre o tamanho da propriedade e a frequência do exercício de diferentes ocupações. Infelizmente os dados existentes não possibilitam tirar conclusões específicas e responder certas perguntas, como por exemplo: qual o motivo dos trabalhadores das pequenas fazendas possuírem, mesmo que só ligeiramente superior, maior mobilidade ocupacional? Não deveria mais bem ser o inverso, já que a grande propriedade pode exigir experiências mais diversificadas em função da própria divisão de trabalho que aí surge mais amíúde? Por

outro lado, não haverá uma possível relação entre as frequências de mobilidade espacial e ocupacional ou seja para o caso presente, quanto mais intensa a mobilidade espacial, mais diversificada é a mobilidade ocupacional? Isto se pergunta uma vez que foi na pequena propriedade, onde se apresentou trabalhadores com maior intensidade de movimentação espacial.

4.4. As aspirações da mão de obra: tipo de mudança, desejada, sua direção em relação com o tamanho da propriedade

A penetração no meio rural de meios de comunicação formais e informais tais como o rádio, a televisão, os transportes, os serviços de assistência agrícola o não, e também os chamados "efeitos demonstrativos", têm predisposto seus habitantes a uma revisão constante no que respeita às suas próprias possibilidades de melhoras. Não raras vezes a perspectiva de uma vida melhor em função de um novo "eldorado" como no caso brasileiro, a borracha no Amazonas no início dos anos 40 ou o café no Paraná mais recente, ou ainda, o simples conhecimento das visíveis vantagens do operário urbano em contraste com o estado de angústia em que vive a mão de obra rural, principalmente nas áreas de monocultura, são estímulos para reflexões em torno de novas oportunidades e perspectivas.

No caso da Bahia, comenta-se (3:77) que essas aspirações tornaram-se mais perceptíveis a partir da segunda guerra mundial, ocasião que foi enormemente incrementada a construção de rodovias, as

quais facilitaram não só o intercâmbio e aquisição de novos conhecimentos, como deram trabalho a uma grande quantidade de mão de obra proveniente da agricultura, criando assim para êstes uma nova dimensão e realidade.

O trabalhador rural da zona do cacau, diríamos que não se apresenta como uma exceção; mais bem, êle é parte de uma população que desde muito está acostumada a compartilhar esperanças e frustrações.

Com respeito à variável "desejo de mudança", o estudo mostrou que dos 348 trabalhadores rurais envolvidos na pesquisa, exatamente 60% dêles manifestaram desejo de deixar a atividade cacauceira. Por outro lado, a resposta às duas alternativas propostas, quais sejam, a de "sair só do cacau" ou a de "sair da agricultura de um modo geral", pode ser melhor visto no Quadro 23, que sumariza os resultados, para as três categorias de propriedades consideradas.

Quadro 23. Tipo de mudança desejada por tamanho de propriedade

Tipo de mudança	E S T R A T O							
	Pequena		Média		Grande		Total	
	N	%	N	%	N	%	N	%
Deseja mudar	74	64,4	80	61,2	45	52,3	209	60,0
- Sair agricultura	32	27,8	54	36,7	21	24,5	107	30,7
- Sair do cacau	38	33,1	28	19,1	22	25,5	88	25,3
- Não sabe	4	3,5	8	5,4	2	2,3	14	4,0
Não deseja mudar	41	35,5	57	38,8	41	47,7	139	40,0
Total	115	100,0	147	100,0	86	100,0	348	100,0

Vê-se, por êle, que dos 60% que desejam mudar, 30,7% tem preferência por deixar a atividade agrícola definitivamente, 25,3% pensa sòmente em "sair do cacau", seguindo como trabalhador agrícola, e, 4,0% embora desejando mudar, ainda não se decidiram se o fariam para deixar a agricultura ou sòmente a lavoura cacauqueira, especificamente.

Vejamos agora os resultados com base nos estratos. Aquêles que não desejam nenhum tipo de mudança e que totalizam 40,0% se apresentam nos estratos aumentando o seu valôr proporcional, em razão direta ao tamanho de propriedade. O imóvel médio apresenta predominância (36,7%) daqueles que preferem deixar o exercício, segue-lhe nêsse tipo de mudança, a pequena propriedade com 27,8%. "Sair só do cacau", é desejo para a maioria dos que foram estratificados na pequena propriedade, seguidos dos que pertencem a grande propriedade. Essa por sua vez foi aquela que apresentou menor número de trabalhadores com desejo de mudança. Torna-se interessante relacionar o facto dessa rejeição, com algumas variáveis analisadas anteriormente como por exemplo: a grande propriedade surgiu como aquela cuja mão de obra demanda maior tempo na agricultura e no cacau; são os mais idosos; os menos alfabetizados, apresentando a média de escolaridade mais baixa; possuem em média maior número de dependentes e detêm o melhor nível de ingresso. Vê-se assim, que a mesma reúne trabalhadores cujas características, digamos, positivas e negativas, contribuem para que à ela se afigure uma situação reacionária a qualquer processo de mudança, ainda que êste grupo não seja

exatamente a maioria.

O imóvel tamanho médio, foi aquele onde está a maioria de trabalhadores desejosos de sair da agricultura: 36,7% assim se manifestou, contra 27,8% no pequeno imóvel e 24,5% para o grande. Relacionando aquelas seis variáveis, se caracterizou este grupo: são os mais moços, ainda que só ligeiramente menos idosos que os do imóvel pequeno; possuem a mais alta média de escolarização e 1,4% deles cursou o 5º ano primário; quanto ao tempo de trabalho na agricultura, são os de mais baixa permanência, com apenas 29,9% na classe de mais de vinte anos; idêntico se registra para o tempo de trabalho em cacau, ainda que a sua média (3,0) possua o mesmo valor que para os da pequena propriedade. Possuem também menor número de dependentes (2,0 em média) e aparecem com a menor frequência na classe de maior número de dependentes (2,0%). A maioria deles (89,1%) detém o nível mínimo de renda, e são minoritários (7,5%) entre os que detém o maior nível. Restaria, para a conclusão final dessa análise a pergunta: seriam esses valores os responsáveis por uma maior predisposição à mudança total que aspiram os trabalhadores do imóvel de tamanho médio? Estariam intervindo outras variáveis? Já teriam estes trabalhadores passado pela pequena ou pela grande propriedade em alguma época e possuído então o desejo de sair "só do cacau", ou de "não mudar"?

Seguindo agora com a pequena propriedade, o Quadro 23 evidencia, como sendo esta a categoria onde estão os mais desejosos de uma mudança apenas parcial, qual seja a de "sair somente do cacau". Realizando

as mesmas considerações em torno das seis variáveis, se verifica que a sua mão de obra revela valores exatamente intermediários entre os extremos de mudança, no caso a média e a grande propriedade.

Com a finalidade de aportar algumas idéias sobre o desejo de mudança manifestado pela maioria dos trabalhadores, se fêz o exame dos motivos que os predispoem a tal ação. Essa análise pode resultar vantajosa para um melhor conhecimento dos fatores promotores da futura mudança ou migração. Um ponto importante é esclarecer que os mesmos foram mencionados em resposta a uma pergunta aberta que consistia em um "PORQUE", após o indivíduo haver manifestado o seu desejo. As razões que constam do Quadro (ver Apêndice nº 11), são resultantes de um processo de discriminação e agrupamento das razões mais importantes e frequentes.

O inquérito revelou que para ambas alternativas a maioria deseja mudar por motivos de ordem econômica, qual seja, a de "baixos salários". Percebe-se também que, das sete justificativas apresentadas, quatro são comuns à ambas: "salários baixos", "procurar melhores condições", "trabalho cansativo" e "saúde"; as demais são específicas para cada uma. Os motivos "procurar melhores condições" e "trabalho cansativo", foram maiores entre o grupo que deseja "sair somente do cacau"; razões de "saúde", são iguais para ambos, ainda que em termos absolutos, seja ligeiramente superior entre o grupo que prefere "sair da agricultura em geral".

Na grande propriedade, para as duas alternativas, vamos encontrar a maior porcentagem daqueles que mencionaram "baixo salário"

como razão porque desejam mudar apesar de ser aí onde estão os trabalhadores que detêm o maior nível de renda. "Procurar melhores condições" é dominante entre os que desejam "sair do cacau" em relação ao mesmo motivo para os que pensam em "sair da agricultura de um modo geral". Isto pode dar margem a certas suposições como: o grupo da primeira alternativa (sair do cacau), vislumbra em outra atividade agrícola as "condições" não encontradas na atividade cacauera; daí esta mais elevada frequência em relação aos que preferem a segunda alternativa de mudança (sair da agricultura). Interessante é verificar que este segundo grupo (sair da agricultura) apresenta uma elevada frequência daqueles que mencionaram "explorar outras atividades" e entre estes o imóvel tamanho médio, onde se encontram os mais desejosos da mudança total, aparece com uma maior proporção (29,6%). Viu-se também que é na fazenda pequena onde estão os que manifestaram vontade de u'a mudança apenas parcial, saindo somente do cacau. No Quadro em análise, se nota que essa categoria de imóvel, apresenta nessa alternativa uma substancial percentagem (23,7%) daqueles que manifestaram "não gostar de trabalhar com cacau".

Finalmente, se indagou das razões de saída do primeiro emprêgo como assalariado. As três razões de ordem econômica mencionadas (ver Apêndice nº 13) foram: "baixos salários", "busca de melhoras" e "falta de emprêgo". Pelo menos duas razões, coincidem com as atuais. Por outro lado Vieira (72:97), mencionando as razões da vinda do trabalhador alienígena para a Zona Cacaueira, menciona

que as principais razões apontadas por êles foram a de "busca de melhores condições" e "salário". Tais resultados refletem idênticos motivos para três situações distintas: a primeira, daqueles que começaram a trabalhar na própria região cacauzeira; a segunda, daqueles que tiveram seu primeiro emprêgo fora da zona fisiográfica em questão e finalmente, aquêles que especificamente para aí chegaram, estimulados pela vontade de alcançar "melhores condições" e "salário".

4.5. O desejo de urbanização em relação ao tamanho das propriedades

Mencionou-se que a universalização cada vez mais acentuada dos meios de comunicação, a multiplicação dos chamados "efeitos demonstrativos" e outras classes de estímulos, conduzem o trabalhador rural, a visualizar novas perspectivas com respeito a suas possibilidades de melhora.

O seu comportamento não raras vêzes é afetado pelo contraste "cidade-campo", o qual edita nêle uma extraordinária valorização do meio e do modo de vida urbano. O desejo de urbanização, pode se acentuar a partir da percepção mais nítida dos contrastes estabelecidos. Respaldado então, por uma trajetória de sequentes frustrações e não se importando com as condições ou exigências do outro meio, o rurícola transfere-se, pois o importante é viver na cidade.

Verificou-se que, de 348 trabalhadores entrevistados, 209 (60,0%) haviam manifestado desejo de mudança. Dêsses, um total de 107, ou

seja 30,7%, disseram ter vontade de deixar a atividade agrícola definitivamente.

Procurou-se então investigar se, ao deixarem a agricultura em caráter definitivo, êstes trabalhadores, estariam pensando em permanecer no meio rural, ainda que exercendo uma atividade não agrícola ou pretendiam trasladar-se à cidade.

Para chegar a essas respostas, após o trabalhador haver manifestado o desejo de "sair da agricultura de um modo geral", se perguntava: "sair da agricultura de um modo geral, quer dizer que o senhor iria fazer o quê?". Geralmente a resposta traduzia o "desejo de exercer ou apreender uma profissão", tal como pedreiro, carpinteiro, comerciário, motorista, ajudante de caminhão, etc. Voltava-se então a perguntar: "e para fazer isso, o senhor continuaria na roça ou iria para uma cidade?". Seguia-se essa sequência na tentativa de evitar possíveis influências comuns do tipo "gostaria de ir morar na cidade?".

Vejamos então que responderam os trabalhadores cuja preferência é "deixar a agricultura de um modo geral".

O Quadro 24 demonstra que há uma grande maioria que desejam se urbanizar. Somente 14,1% pensa de exercer uma atividade não agrícola no próprio meio rural.

Quadro 24. Desejo de urbanização por tamanho de propriedade

Desejo de urbanização	E S T R A T O							
	Pequena		Média		Grande		Total	
	N	%	N	%	N	%	N	%
Continuará no meio rural	6	18,7	5	9,3	4	19,0	15	14,1
Iria pra uma cidade	25	78,2	49	90,7	17	81,0	91	85,0
Indeciso	1	3,1	-	-	-	-	1	0,9
Total	32	100,0	54	100,0	28	100,0	107	100,0

Interessante é observar algumas posições relativas ao tamanho dos imóveis. A propriedade tamanho médio, cujos trabalhadores são os mais ávidos por uma mudança total, agora se apresentam em maior proporção (90,7%) entre os que desejam se urbanizar. A situação da pequena e grande propriedade inverteu-se com respeito a variável analisada anteriormente. A categoria pequena, por exemplo, cujos trabalhadores embora preferindo "sair só do cacau" apresentaram uma maior proporção de desejosos de "sair da agricultura em geral" em relação a categoria grande, surge agora, em valôr relativo, como o menor grupo que aspira a urbanização.

4.6. O conhecimento agrícola e urbano em relação ao tamanho da propriedade

A presente parte constitui uma análise dos conhecimentos que possui a mão de obra com respeito às alternativas que a situação pode oferecer. Assim pois se concebeu identificar e classificar três tipos de conhecimentos, sendo dois de natureza tecnológica: o Conhecimento de Cacau e o Conhecimento de Agronomia Diversificado, ou simplesmente Diversificado, e um tipo relativo ao Conhecimento da natureza Urbana, se assim pode ser chamado.

Os escores que constam dos Quadros 25, 26, 27 e 28, expressados em termos proporcionais, foram obtidos da relação entre a quantidade de perguntas respondidas certas e o total de perguntas para cada tipo de conhecimento.

Assim pois, o Conhecimento de Cacau, teve como denominador valor 14; o Diversificado valor 15; o Conhecimento Urbano 13; e o Conhecimento Geral, valor igual a 42.

As classes denominadas de muito baixo, baixo, alto e muito alto, foram determinadas através do procedimento de divisão quartil, segundo uma metodologia descrita por Hagood e Price (37:110), para caso de dados não agrupados.

No Conhecimento de Cacau, se procurou explorar uma série de perguntas relacionadas com a tecnologia que vem sendo implementada pelo Plano de Recuperação Econômico-Rural da Lavoura Cacaueira - CEPLAC - e divulgada pelos seus agentes de extensão agrícola. Essa

técnica e conseqüentemente as perguntas, afetaram práticas de cultivo e beneficiamento do cacau, tais como o controle da podridão parva, o combate às pragas, adubação, balisamento, fermentação e, secagem, uso de máquinas polvilhadeiras, poda, preparo de mudas, totalizando vinte e sete questões.

O Quadro 25, mostra o nível de conhecimento em cacau, por tamanho de propriedade.

Quadro 25. Nível de conhecimento em cacau por tamanho de propriedade

Nível	E S T R A T O							
	Pequena		Média		Grande		Total	
	N	%	N	%	N	%	N	%
Baixo	67	58,3	75	51,0	55	64,0	197	56,6
Médio	46	40,0	65	44,2	27	31,4	138	39,6
Alto	2	1,7	7	4,8	4	4,6	13	3,8
Total	115	100,0	147	100,0	86	100,0	348	100,0

Um pouco mais da metade dos trabalhadores possui baixo nível de conhecimento; mais de um terço tem nível médio e pouco mais de um décimo da amostra foi classificado como sendo possuidor de conhecimento alto em cacau. Com propósitos puramente comparativos, averiguou-se que a categoria de imóvel com maior proporção de trabalhadores de baixo conhecimento em cacau é a mesma que retém a maioria dos que não desejam sair da lavoura cacauceira. Essa categoria

possui ainda o menor grupo (31,4%) na classificação de nível de conhecimento médio.

O Conhecimento que se considerou como Diversificado, refere-se a outros conhecimentos de natureza agronômica.

Na Zona Fisiográfica Cacaueira, a diversificação agrícola, ainda que a longo prazo, é esperada, como meio de aproveitamento de certas áreas inadequadas ao cultivo de cacau, como fator de fortalecimento da economia regional e de melhor utilização da mão de obra; por isso em nada perde os que tentam conhecer o "know how" que essa mão de obra possui, numa tentativa, ainda que teórica, de dimensionar suas deficiências ou não, para fazer frente a esta alternativa da economia agrícola regional, ou até mesmo ao simples desejo de deixar a atividade do cacau.

A verificação foi feita com respeito a noções básicas, práticas e rotineiras de alguns cultivos perenes, anuais e de criatórios. Construíram-se 28 perguntas que abrangeram desde alguns conhecimentos sobre cereais, doenças e profilaxia de animais, a certas noções de manejo. O critério para o estabelecimento das mesmas foi o de reportar-se preferencialmente a algumas práticas, que mesmo de certo modo sumário, tenham uso na região.

O Quadro 26 nos dá o comportamento do grupo de trabalhadores com respeito ao Conhecimento Diversificado.

Quadro 26. Nível de conhecimento diversificado por tamanho de propriedade

Nível	E S T R A T O							
	Pequena		Média		Grande		Total	
	N	%	N	%	N	%	N	%
Baixo	51	44,4	82	55,8	55	63,9	188	54,0
Médio	52	45,2	55	37,4	30	34,9	137	39,4
Alto	12	10,4	10	6,8	1	1,2	23	6,6
Total	115	100,0	147	100,0	86	100,0	348	100,0

O nível baixo afeta a pouco mais de 50,0% do número total dos trabalhadores; o médio corresponde exatamente a 39,4% e somente 6,6%, são considerados possuidores de um nível alto. Destaca-se o fato de ser na pequena propriedade, onde encontrou-se menor proporção de trabalhadores com baixo nível de conhecimento e a mais elevada daqueles com nível médio e alto. É nessa categoria de imóvel que está a maioria dos que desejam apenas sair do cacau.

O Conhecimento Urbano, foi baseado nas instituições que podem prestar assistência ou mesmo dar certo tipo de informação que ajude o trabalhador rural à um mais rápido ajustamento ao novo meio. Nesse particular convém esclarecer que a literatura é escassa e a existente tem seu marco de referência em experiências vividas principalmente em países europeus. Beijer (9:42), comenta mui

superficialmente quanto ao conhecimento e informação que se deve dotar o migrante, visando facilitar seu ajustamento ao ambiente urbano-industrial. Refere-se êste autor, a informações sôbre: condições de trabalho, salários, seguro social, habitação, sindicatos. O questionário tinha 21 perguntas que buscavam saber o que conheciam os trabalhadores sôbre atuação, propósitos de instituições como o Instituto Nacional da Previdência Social (INPS), a Fundação Especial de Saúde Pública (SESP), a Comissão Executiva do Plano de Recuperação Econômico-Rural da Lavoura Cacaueira (CEPLAC), as Juntas de Trabalho do Ministério do Trabalho e Previdência Social, escolas diurnas e noturnas; perguntou-se ainda sôbre problemas relacionados a vivenda urbana e serviços públicos.

O nível de conhecimento que se está analisando, pode ser visto através do Quadro 27, que especifica os valores encontrados.

Quadro 27. Conhecimento urbano em relação ao tamanho de propriedade

Nível	E S T R A T O							
	Pequena		Média		Grande		Total	
	N	%	N	%	N	%	N	%
Muito baixo	32	27,8	37	25,2	27	31,4	96	27,5
Baixo	93	37,4	62	42,2	27	31,4	132	38,0
Alto	23	20,0	29	19,7	20	23,3	72	20,7
Muito alto	17	14,8	19	12,9	12	13,9	48	13,8
Total	115	100,0	147	100,0	86	100,0	348	100,0

Os níveis muito baixo e baixo, surgem com maior frequência de trabalhadores, superando os demais tanto em valor absoluto como relativo. Para as classificações de alto e muito alto, a primeira re- têm maior número; descarta-se portanto a dominância dos extremos.

O imóvel médio, onde está a maioria de trabalhadores querendo se urbanizar, aparece como o detentor da maior proporção de trabalha- dores no nível baixo (42,2%), e as menores nos de alto (19,7%) e muito alto (12,9%). Entretanto, o nível muito baixo, participa com o menor grupo (25,2%), em relação as proporções atribuídas a pe- quena e grande propriedade.

O Conhecimento Geral, é resultante dos três tipos de conhecimen- to específicos vistos a pouco.

Quadro 28. Nível de conhecimento geral por tamanho de Propriedade

Nível	E S T R A T O							
	Pequena		Média		Grande		Total	
	N	%	N	%	N	%	N	%
Muito baixo	40	34,8	97	32,1	36	42,0	123	42,0
Baixo	26	22,6	39	26,5	20	23,9	85	23,2
Alto	27	23,5	38	25,8	18	20,9	83	20,9
Muito alto	22	19,1	23	15,6	12	13,9	57	13,9
Total	115	100,0	197	100,0	86	100,0	348	100,0

Como se pode ver no Quadro 28 os dois valores que encerram o conceito de Conhecimento Geral baixo, perfazem 65,2% de trabalhadores e dos quais somente na classificação de muito baixo, se encontram 42,0% desse total. No conceito de alto, estão ao todo 34,8%, entre os quais 13,9% possuem muito alto nível de conhecimento geral.

Com respeito aos estratos, a categoria grande é aquela onde se encontra o maior grupo (42,0%) de pessoas com nível muito baixo; a média detém a maior proporção dos possuidores de conhecimentos baixo e alto (26,5% e 25,8%), restando a pequena propriedade ser a possuidora de uma mais elevada proporção de mão de obra com nível muito alto de conhecimento geral.

4.7. Comprovação das hipóteses com base nas observações coletadas

4.7.1. Relação entre a disposição de migrar ao meio urbano e o nível de conhecimento dos trabalhadores

Quadro 29. Disposição de migrar ao meio urbano e nível de conhecimento dos trabalhadores agrícolas, Barro Preto, Brasil

Disposição de migrar	NIVEL DE CONHECIMENTO				Total
	Muito baixo	Baixo	Alto	Muito baixo	
Continuaría na roça	4	6	2	3	15
Iria para uma cidade	20	21	23	27	91
Indeciso	1	-	-	-	1
Total	25	27	25	30	107

Como se conclui no Quadro 29, o comportamento dos trabalhadores diante das alternativas propostas foi a seguinte: para os que possuem conhecimento muito baixo, 83,4% desejam se urbanizar; no nível baixo, 74,8%; no alto 92,0% e para o conhecimento muito alto 89,9%. Se manifestou uma maior porcentagem de trabalhadores com desejo de ir à cidade, entre aqueles que estão classificados com alto e muito alto nível de conhecimento geral.

Calculado "qui" quadrado, se obteve um valor 2,77 menor que o tabular, o que permite dizer que não se percebeu nenhuma associação de importância entre as variáveis disposição de migrar e nível de conhecimento. Um nível de conhecimento mais baixo portanto, não corresponde a uma maior disposição de migrar ao meio urbano.

Não existe evidência de estudos que propuseram medir a associação entre variáveis iguais as consideradas. Existe antes aqueles que trataram de relacionar conhecimento com a adoção de práticas agrícolas ou com u'a mudança desejada. Se bem que esta pesquisa não se identifica com tais aspectos, entretanto, se assumimos ser a urbanização uma mudança, isto possibilita somente a título de teorização do problema, fazer certas considerações sobre estes estudos.

As pesquisas de Rogers (62:267) e de Sizer e Porter (67:6), realizadas nos Estados Unidos, encontraram correlação relevante entre o nível de conhecimento (inicial, vago, intermédio, detalhado) e a aceitação de práticas tecnológicas. Na zona cacaueteira da Bahia (50:93), o conhecimento do tipo recordatório, que foi o nível explorado neste estudo, não estava associado à realização das mais

importantes práticas recomendadas pelos extensionistas agrícolas para o cultivo do cacau; e em Costa Rica, Fonseca (34:49) propondo a hipótese de que a adoção de certas variedades de café estava positivamente relacionada ao nível de conhecimento sôbre as mesmas, descobriu que a um nível mais alto deste, não correspondia u'a mais alta adoção. Portanto, os resultados aquí obtidos, de que a maior disposição à migração rural-urbana independe do nível de conhecimento, contradizem com as proposições de Rogers (62:267), Sizer e Porter (67:6) e são mais similares aos resultados de Machado (50:93) em Brasil e Fonseca (34:49) em Costa Rica.

No Rio Grande do Sul, Brasil, o êxodo rural de agricultores segundo Fliegel (33:91) não estava correlacionado com a receptividade a novas idéias. Levantou o autor a hipótese de que os agricultores mais receptivos a idéias novas acolheriam também com mais facilidade outros tipos de mudança, tal como conseguir um emprêgo urbano. Observou-se, entretanto, uma preferência mui pronunciada entre os mais receptivos, de permanecer na agricultura.

Nêsse estudo, a associação não relevante encontrada, indica que a maior disposição do trabalhador rural migrar à cidade, independe do maior ou menor conhecimento que êle possua de tecnologia agrícola ou das instituições e serviços urbanos. Contudo não se deve generalizar que em todos os casos assim suceda. É possível que no caso específico da migração, outros fatôres atuam com mais importância que o sucesso de ter ou não ter conhecimento. Assim sendo, o maior ou menor conhecimento que se dê ao trabalhador rural do

cacau, não afetará a sua disposição de deixar a área rural; e como esta disposição aparece em geral, mais interessante seria dotar a todos os componentes da mão de obra agrícola, dos conhecimentos, sobretudo urbanos, necessários a um menos doloroso ajustamento àquele meio.

4.7.2. Relação entre a disposição de migrar ao meio urbano e o grau de urbanização de origem dos trabalhadores.

Quadro 30. Disposição de migrar ao meio urbano e o grau de urbanização de origem dos trabalhadores agrícolas, Barro Preto, Brasil

Disposição de migrar	Grau de Urbanização de Origem			Total
	Menos urbano	Semi urbano	Urbano	
Continuaria na roça	11	1	3	15
Iria para uma cidade	60	9	22	91
Indeciso	1	-	-	1
Total	72	10	25	107

Entre os de origem menos urbana (fazendas), os que manifestaram por continuar no meio rural, perfazem apenas 15,5% do total, já que 84,5% dessa categoria de origem, preferem trasladar-se a cidade.

Os de origem mais urbana (cidade), também se apresentam ligeiramente mais desejosos de trasladar-se àquela; sua proporção para os que preferem seguir no meio rural, não só é menor (12,0%) em relação aos de mesma origem, como também é ligeiramente superior (88,0%) para os que desejam se urbanizar.

Fazendo-se a prova de dependência entre estas duas variáveis, mediante o cálculo de "qui" quadrado, se encontrou 0,342 menor que o valor tabular, para $P = 0,05$, o que evidencia não haver compatibilidade relevante entre a variável dependente e o "grau de urbanização de origem", do trabalhador, concluindo-se que a um menor grau de urbanização de origem não corresponde a uma maior disposição à migração rural-urbana.

Cruz (26:68), em seu estudo sobre as migrações para o Recife, já citado anteriormente, descobriu que 75,1% dos migrantes que demandaram àquela cidade, eram nascidos em cidades, 8,6% em vilas e 15,4% declarou ser de origem rural. Comentando sobre o resultado encontrado, o autor se refere textualmente: "a expectativa seria de que a grande maioria de migrantes para o Recife fôsse originalmente nascido na zona rural".

Procurando buscar uma interpretação para a ocorrência, o mesmo admitiu que a cidade do Recife, importante polo de absorção de mão de obra no Nordeste brasileiro, atraísse mais aquelas pessoas de origem urbana, enquanto que as da zona rural, teriam preferência por mover-se em direção a São Paulo, no Sul do país, entretanto Hutchinson (42:43), também citado anteriormente, em seu trabalho

sobre a população migrante do Brasil urbano, faz uma referência a origem do nascimento dos mesmos, dizendo que 36,2% dos migrantes entrevistados são nascidos em "small cit township"; 14,4% tem origens em "other large city"; 13,4% em fazendas e vilas. Ainda que usando uma classificação distinta da de Cruz (26:68) e da usada nesse trabalho, se nota uma maior frequência daqueles cuja origem demonstra um maior grau de urbanização, principalmente pelo fato de que o mesmo parece haver agrupado em uma só classificação, tanto os nascidos em fazendas como em vilas. Ao contrário dos dois autores citados, Pastore et al (55:30), em suas notas preliminares sobre um projeto de uma pesquisa sociológica, para o Distrito Federal, Brasil, cujo sujeito foi o migrante chegado àquela área recém ocupada, indagando do grau de urbanização das áreas em que foram socializados durante a infância e, em seguida dos lugares que passaram a adolescência, informam que 75,0% dos entrevistados viveram sua infância em fazendas e, portanto no meio rural; apenas 4,0%, passaram sua infância em cidades. Embora se trate do lugar onde foi socializado e não do lugar onde nasceram, é bem possível que um expressivo número dos 75,0% socializados no meio rural, aí mesmo tenham nascido.

Em 1962, estudando os migrantes da Grande Santiago, Chile, Elizaga (30:362), diz que a maior parte dos mesmos eram provenientes de lugares urbanos (núcleos de 5,000 habitantes e mais, em 1962) 2/3 aproximadamente; da zona tipicamente rural, o aporte foi de 13,0% apenas, apesar de que nesse ano, a população rural se

constituia na metade da população do país e, como anteriormente o autor menciona, que a maioria destes migrantes veio diretamente do seu lugar de origem, estes resultados de Chile, são mais concordantes com os trabalhos de Cruz (26:68) e Hutchinson (42:43).

A estas alturas é conveniente aclarar que embora se saiba serem as evidências aqui expressas, resultados de pesquisas como o migrante no seu ponto de chegada, em nada se perde em fazer certos relacionamentos, sem contudo deixar de considerar alguns aspectos como:

1. a natureza do presente estudo, qual seja um estudo de caso, no lugar de origem do migrante
2. do sujeito ser o trabalhador rural de fazendas de cacau
3. o contexto socio-geográfico e a época

Feita esta ressalva é interessante notar que nessa pesquisa, igual que na de Cruz (26:68), uma menor frequência de migrantes era de nascidos em lugares do tipo "vila", ou seja, semi-urbano, donde aparecem numa proporção de 9,8% e 8,6% dos totais, respectivamente. Se viu, por outro lado, que a variável menor grau de urbanização de origem mostrou uma baixa associação com a disposição de migrar ao meio urbano. Cruz (26:68) e Hutchinson (42:43), encontraram em seus estudos realizados em épocas e áreas diferentes*, que a maioria

* O estudo de Hutchinson foi realizado nas cidades do Rio de Janeiro, São Paulo, Belo Horizonte, Volta Redonda, Juiz de Fora e Americana, no ano de 1963.

das pessoas por êles entrevistadas eram nascidas em cidade, o que vem em favor da conclusão chegada, entretanto o estudo de Pastore et al (55:30) embora seja com relação a lugar de socialização, permite algumas inferências, que leva a concluir pela falta de evidências mais claras para uma posição definitiva.

4.7.3. Relação entre disposição de migrar ao meio urbano e o número de dependentes dos trabalhadores

Quadro 31. Disposição de migrar ao meio urbano e o número de dependentes dos trabalhadores agrícolas, Barro Preto, Brasil

Disposição de migrar	Número de Dependentes									Total	
	zero	um	dois	três	quatro	cinco	seis	sete	oito		nove
Continuaria na roça	4	2	3	1	1	0	0	3	0	1	15
Iria para uma cidade	53	11	8	6	6	2	2	3	0	0	91
Indeciso			1								1
Total	57	13	12	7	7	2	2	6	0	1	107

Entre os que não tem nenhum dependente, 92,9% manifestaram-se por ir à cidade e apenas 7,0% deseja continuar no meio rural. Os que possuem um só dependente, 84,6% esperam se transferir a cidade, enquanto que 15,4% tem preferência por seguir no meio rural e entre os de dois dependentes, 72,7% preferem se urbanizar, o restante 27,3% seguiria no meio rural. Dos que possuem três e quatro

dependentes, apenas um trabalhador em cada categoria, prefere continuar rural. Os que possuem cinco e seis, todos manifestaram desejo de se urbanizar e aquêles que tem sete dependentes, se repartem ao meio, quanto as alternativas consideradas.

Se realizou a prova de hipótese mediante o cálculo de "qui" quadrado, encontrando valor menor que o tabulado 18,3, podendo-se afirmar que não se percebeu nenhuma associação de importância entre as variáveis consideradas. Portanto, a maior disposição à migração rural-urbana, no presente caso, não depende do maior número de dependentes que possua o trabalhador.

Os estudos que quantificam o número de dependentes do migrante parecem ser raros. Por esta circunstância, não foi possível dispor de outros dados que pudessem servir para análise comparativa com os resultados aqui encontrados. Existem contudo, referências medidas no lugar de chegada do migrante, que levam a uma idéia de migrar com preferência aquêles que aparentam ter maior responsabilidades com terceiros. Assim, Brandão Lopes (49:379), em seu trabalho sobre o ajustamento do trabalhador à indústria, referindo-se a migração, diz que o migrante do interior de São Paulo, mais frequente que os nordestinos, se transfere com toda a família. Cruz (26:61) refere-se somente ao estado civil dos migrantes, dizendo que é mais frequente (57,5%) os mesmos migrarem para o Recife casados.

Wilkening (73:10) mais recentemente, comparando migrantes das áreas rurais e urbana no Brasil Central, refere-se ao fato de que o migrante tende a mover-se com sua família. Aquêles que migraram

para as áreas rurais do Brasil Central, diz o autor, o fizeram acompanhado com sua esposa e filhos, enquanto os que se trasladaram a parte urbana de Brasília, 35,4% o fizeram só, seguindo a família depois e 32,0% migraram acompanhados. Segundo Pastore et al (55:27) referindo-se a essa mesma migração para o Distrito Federal, Brasil, dizem que uns 60,0% mudaram para área com esposa e filhos; 23,0% eram solteiros e apenas 12,0% foram sòzinhos e depois trouxeram esposa e filhos.

Os estudos de caracterização dos migrantes da Grande Santiago, Chile (30:371), evidenciaram que o tamanho da família recém migradas, era um pouco superior a 4,4 pessoas; cêrca de 55,0% das famílias estavam formadas de 3,4 a 5 membros. Os resultados dessa pesquisa de Barro Prêto apontam o trabalhador desejoso de migrar com 2,5 dependentes em média, por indivíduo, e cêrca de 58,3% como não possuindo nenhum dependente. Entre aquêles que possuem 27,5% têm entre 1,2 e 3 pessoas e o restante, 14,3% possuem entre 4 e 7 dependentes.

Para os Estados Unidos, Bowles (11:11), estudou os padrões de migração entre a população de fazendeiros de 30 regiões econômicas e descobriu que as taxas de migração dos grupos familiares estavam associadas à produção e os ingressos que geravam a área. Assim, a migração dêsse grupos eram altas nas áreas de baixo ingresso e pouca produção. Na Jamaica, por outro lado (40:405-406), o tamanho da família teve efeito significativo sôbre a migração. Se pensou primeiro que as famílias grandes que viviam em fazendas

pequenas, fôsem as mais predispostas à migração, porém paradoxalmente, as famílias grandes e de grandes propriedades, exibiam maiores taxas de migração.

Ainda que nenhum dos casos comentados mostre pelo menos o tamanho médio da família do migrante, parece poder se anunciar como verdade aparente, a preferência daqueles que são casados pela migração, os quais sem dúvida alguma estão mais próximos da responsabilidade com maior número de terceiros, já que a família nuclear como cita Pearse (36:199), é a unidade mais frequente no meio rural brasileiro. Restaria pois, diante dos fatos evidenciados, verificar se o simples efeito de ser casado, independente do número de dependentes, esta mais associado à disposição com a migração rural-urbana.

4.7.4. Relação entre a disposição de migrar ao meio urbano e o nível de instrução dos trabalhadores

Quadro 32. Disposição de migrar ao meio urbano e o nível educacional dos trabalhadores agrícolas, Barro Preto, Brasil

Disposição de migrar	Nível Educacional							Total
	Analfabeto	Alfab. sem escola	P r i m á r i o					
			1 an.	2 an.	3 an.	4 an.	5 an.	
Continuaria na roça	9	4	0	0	2	0	0	15
Iria pra uma cidade	34	22	12	8	8	4	3	91
Indeciso	1	-	-	-	-	-	-	1
Total	44	26	12	8	10	4	3	107

Entre os analfabetos, 79,0% preferem seguir para o meio urbano; 20,9% pretende continuar no meio rural. Dos alfabetizados sem escola, 84,6% desejam se urbanizar e 15,4% deseja continuar rural. Entre os que frequentaram a escola primária, com exceção daqueles que concluíram três anos, onde 20,0% pretende continuar no meio rural, todos os demais desejam se transferir para a cidade em sua totalidade.

Calculado "qui" quadrado, se encontrou 6,39, menor que o tabular, que, como seria de esperar, conduz a não identificar associação relevante entre menor grau de alfabetização e disposição de migrar ao meio urbano. Na verdade, a conclusão a tirar é a de que existe uma disposição generalizada para migrar, independente do nível de instrução formal. Se o campo perde assim o pouco dos seus "intelectuais", a cidade ganha um contingente, cujos requerimentos formais estão muito aquém de suas exigências.

Quanto ao nível de instrução dos migrantes por ocasião da chegada ao Recife, Cruz (26:63), encontrou que 37,3% eram analfabetos; 6,3% apenas assinavam o nome, valor igual para aqueles que apesar de ler e escrever não haviam frequentado escola. Com curso primário incompleto apareceu 20,4% e com completo 16,2% e por isso mesmo frente aos "migrantes potenciais" de Barro Preto, os do Recife se vê como "mais bem preparados". Apesar de as proporções de analfabetos serem iguais (37,4% e 37,3%) considerando as classificações de "apenas assina o nome", "lê e escreve sem ter frequentado escola" compatíveis com a nossa de "alfabetizado sem escola" e

comparamo-las, a nossa categoria, surge duas vêzes maior, com 24,2% contra apenas 12,6% do migrante no Recife. A medida que se avança na escala de instrução, o desnível entre o migrante potencial aqui considerado e o migrante de fato estudado por Cruz, aumenta. Assim é que os de primário incompleto em Barro Preto perfazem 35,2%, enquanto que lá eram 20,4% e os que concluíram o primário foi de 3,3% e 16,2% respectivamente. Estas diferenças em parte são explicadas pelos sujeitos considerados nas pesquisas. Apesar de ambos serem portadores de características migratórias, na verdade o sujeito do Recife pode ser descrito como um tipo mais dotado, em relação ao trabalhador rural do cacau, pois 87,7% informou não ter exercido atividades agrícolas antes de ir para o Recife (26:63) e se registrou entre os mesmos indivíduos que inclusive haviam passado pelo curso médio.

Os migrantes que foram para a área urbana do Distrito Federal, Brasil (55:30), também apresentaram um melhor perfil educacional em relação aos trabalhadores de Barro Preto. Apenas 15,5% foram classificados como analfabetos, cifra que representa evidentemente uma melhor situação; 22,7% possuíam de um a três anos de escolaridade, classe que, aqui é superior, preenchida por 30,8% dos trabalhadores entrevistados; entretanto na classe de quatro a cinco anos de escolaridade, aqueles que foram para a zona urbana de Brasília, são 23,7%, enquanto que aqui esta classe possui uma frequência de apenas 7,7%. Ainda que os trabalhadores aqui tenham sido superiores na classe de um a três anos, em geral há uma melhor situação para os

"urbanitas" de Brasília. Esse fator pode ser justificado levando-se em conta a residência anterior, ainda que essa seja evidenciada somente genericamente. Embora a maioria (41,7%) dos que para lá migraram tenha manifestado ser a região Nordeste o lugar de seu nascimento (55:6), entretanto as regiões Sul e Leste foram citadas por 50,2% como sendo o último lugar de residência por mais de um ano (55:7). O Nordeste apareceu apenas com 21,9%, ou seja, uma redução em cerca da metade em relação ao número de nascimentos. É possível pois, que o migrante nordestino ao ir-se cumprindo o fenômeno da "step migration", fôsse adquirindo alguma escolarização, antes de mover-se em direção a zona urbana do Distrito Federal, Brasil, e daí refletir-se uma situação aparentemente melhor desse migrante em relação ao trabalhador aqui considerado.

Na migração para Bombay, Índia, o nível de educação foi considerado por Zachariah (77:383) como superior ao da população de origem, porém inferior aos não migrantes de Bombay. Existe assim evidências de seletividade em relação ao grupo de origem. Igual situação foi encontrada em Santiago de Chile por Elizaga (30:364), que descreveu o nível de educação dos migrantes como sendo em geral mais baixa que a da população nativa: entre os homens 14,6 possuíam de 1 a 3 anos de escolaridade; 37,9 de 4 a 6 anos; 19,7 de 7 a 9 e 20,1 mais de 10 anos de ensino formal, sendo que para as mulheres a diferença era mais acentuada.

A baixa associação evidenciada no estudo aqui realizado, não permitiu aceitar a hipótese formulada. Mesmo assim não se deve

perder de vista o fato de que a população se caracteriza por um baixo nível de instrução formal, com uma média de 1,8 anos de escolaridade. Isto nos faz supor que a baixa associação identificada pode ser decorrente desse fator, acrescido ainda, pela pouca variação existente no grupo. Estudos de incorporação de idéias novas, realizados em áreas com população de baixo nível de escolaridade (32:26; 50:93; 34:53) também encontraram uma baixa correlação entre as duas variáveis em jôgo.

Ao que todo parece indicar, a migração não seria em verdade afetada por essa característica. Resultados experimentais anotados por Schwarzweller (64:165) em Kentucky, Estados Unidos, revelou não haver ocorrido uma seletividade entre jovens que estavam entrando na força laboral e eram provenientes de áreas rurais de baixos ingressos. Procurou-se então medir a associação de um grupo composto de seis variáveis com a migração. O teste de "qui" quadrado aplicado, revelou não existir diferenças significativas. O nível de escolaridade completado pelos entrevistados, era a variável mais importante do grupo considerado.

Seguindo com o Quadro 32, entre os trabalhadores que desejam ir à cidade, 37,4% são analfabetos; 24,2% sabem ler e escrever porém nunca frequentaram escola. Dos que frequentaram escola, 13,2% apenas cumpriu um ano de estudo; 8,8% chegaram a concluir o segundo e terceiro ano primário respectivamente; 4,4% alcançou o quarto ano e 3,3% chegou a concluir seus estudos primários.

No conceito de Briones e Waiseman (16:19), já citado

anteriormente, apenas 3,3% dêesses trabalhadores rurais com desejo de se urbanizar, estariam em condições de realizar o "despegue actitudinal", já que apenas três lograram terminar o quinto ano do ensino primário. Apenas êstes 3,3% estariam também aptos para o exercício de atividades primárias, segundo Charleson, Davis (23:29) e Moreira (52:49), que falam da formação primária como requisito mínimo.

Para Harbinson e Myers (39:95), que levam em consideração inclusive a qualidade do ensino ministrado na maioria dos países em vias de desenvolvimento, somente cêrca de 0,8% dêestes entrevistados seriam considerados como alfabetizados, já que quatro anos completos de escola primária, seria o tempo mínimo exigido para que se logre a alfabetização. Já para Shultz (65:172) que exige cinco anos como mínimo para completar essa alfabetização, apenas 3,3% satisfariam tais condições.

Procurando agora, ainda com base em estudos realizados, qualificar essa provável mão de obra urbana, vê-se que 61,6% dos trabalhadores jamais frequentaram uma escola. Tomando-se o conceito de "analfabetos potenciais" de Briones (17:15) e considerando como limite inferior os que sabem ler e escrever sem ter frequentado escola (24,2%), e superior o grupo que logrou chegar ao terceiro ano, ou seja, aquêles que concluíram o segundo ano primário (8,8%), cêrca de 46,2% podem ser chamados de "analfabetos potenciais". Por outro lado, levando-se em conta a classificação proposta pela UNESCO (citada por Briones) na qual para o nível não qualificado

é necessário o curso primário completo, vê-se que com exceção de 3,3%, todos os demais estariam abaixo dessa classificação, chamada de não qualificado. Entretanto, com base em uma classificação proposta por Araújo (6:430) para as condições brasileiras, estes 3,3% de trabalhadores que desejam se urbanizar, seriam considerados como trabalhadores qualificados ou semi-qualificados, em função do número de horas de treinamento que recebessem, já que eles possuem o requisito mínimo para tais classificações, qual seja, o curso primário completo.

4.7.5. Relação entre a disposição de migrar ao meio urbano e a mobilidade espacial dos trabalhadores

Quadro 33. Disposição de migrar ao meio urbano e a mobilidade espacial dos trabalhadores agrícolas, Barro Preto, Brasil

Disposição de Migrar	Mobilidade Espacial												Total	
	Nenhum municip.	1	2	3	4	5	6	7	8	9	10	11		12
Continuaria na roça	5	4	3	-	-	1	2	-	-	-	-	-	-	15
Iria para uma cidade	29	23	17	9	6	3	-	2	-	-	-	1	1	91
Indeciso	-	-	1	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	1
Total	34	27	21	9	6	4	2	2	-	-	-	1	1	107

Em base aos resultados apresentados no Quadro 33, verificou-se existir, com uma única exceção marcante, ligeira tendência de aumentar a preferência por ir-se à cidade, entre a mão de obra possuidora de maior mobilidade geográfica. Assim, 85,3% dos que nunca se moveram, desejam se mudar para a cidade; 85,2% dos que apenas se deslocaram uma só vez manifestaram o mesmo desejo e assim sucessivamente: 85,0% para os de mobilidade dois; 100,0% para os de mobilidade três; 75,0% para os de quatro. Entre os que se moveram por seis vezes, todos eles manifestaram desejo de continuar no meio rural, sendo a exceção atrás mencionada. Entre os que possuem mobilidade igual a sete, todos desejam se urbanizar e finalmente 100,0% para aqueles que apresentam o maior índice de mobilidade espacial.

Pelo observado percebeu-se existir mais bem uma tendência generalizada de urbanização, ainda que os trabalhadores manifestantes, não deixem de ser possuidores de uma baixa mobilidade geográfica.

Calculado "qui" quadrado se encontrou 0,338 menor que o valor tabulado o que permite dizer que não se percebeu nenhum efeito significativo quanto a associação das variáveis disposição de migrar ao meio urbano e mobilidade espacial; portanto quanto a hipótese formulada, a disposição de migrar para a cidade, no caso estudado, não depende de uma menor mobilidade geográfica.

Dos autores consultados na revisão de literatura, apenas Cruz (26) e Wilkenning (73) se referem à mobilidade, sumarizando dados capazes de comparações.

Descrevendo o número de municípios em que os migrantes moraram

antes de chegar ao Recife, Cruz (26:65), descobriu que a metade (49,4%), residiu em dois municípios; cêrca de um quarto (26,3%) residiu em três municípios; 13,0% residiu em quatro; 4,4% em cinco; 2,4% em seis e 1,5% em sete municípios, seguindo diminuindo até alcançar 0,6% e 0,3% para onze e doze municípios, respectivamente.

Ao compararmos êsses resultados com a mobilidade manifestada pelo trabalhador do município cacaueiro estudado, é necessário esclarecer que o conceito de mobilidade tomado por Cruz (26:66), refere-se a municípios distintos e não todas as moradas que o indivíduo têve; se aclara êsta definição, vez que para se medir a mobilidade resumida no Quadro 34, procedeu-se de outra forma, qual seja a de considerar tôdas as residências que teve o trabalhador, independente de serem distintas ou não.

E interessante, então, notar que em ambos estudos a maior mobilidade alcançada pelos entrevistados foi de doze municípios e isto desde agora pode evidenciar que entre os migrantes que foram para o Recife, a mobilidade em geral foi muito mais intensa que a encontrada no momento para a mão de obra do município baiano. Seguindo êste mesmo raciocínio, sômente para os índices maiores de mobilidade, o trabalhador rural aqui considerado, supera ligeiramente o grupo do Recife.

No trabalho comparativo de Wilkenning (73:9), êle estudou a mobilidade de duas maneiras: entre municípios ("across county lines") e entre Estados. Para estabelecermos certas comparações, julgou-se ser necessário considerar apenas o primeiro tipo de mobilidade, já

que essa é mais compatível com a que se verificou. A semelhança do autor e para facilidade de interpretação, agrupou-se também a mobilidade em seis classes, a saber: nenhuma ; uma; duas; três; de quatro a cinco e de seis ou mais de seis, as quais estão comparadas no Quadro 34.

Quadro 34. Mobilidade geográfica alcançada pelos migrantes urbanos de Brasília, Brasil, e pelos trabalhadores rurais de Barro Prêto, Brasil

Movimentos entre Municípios	Migrantes Urbanos de Brasília (%)	Trabalhadores Rurais de Barro Prêto (%)
Nenhum	1,8	31,9
Um	20,5	25,3
Dois	23,1	18,7
Três	21,4	9,9
Quatro, cinco	17,9	9,9
Seis ou mais	14,4	4,4
Não responde	0,8	-
Total	100,0	100,1

Ainda que seguindo aquela mesma tendência das frequências se disporem em razão contrária ao do aumento da mobilidade, êste fenômeno parece ser mais comum também para o grupo de Brasília. Nota-se que a classe de nenhum movimento, é alcançada por apenas 1,8% do total, contra 31,9% para os trabalhadores rurais de Barro Prêto,

que aparentam assim ser umas 30 vezes mais estáticos em relação aquêles. Entretanto mesmo assim essa mobilidade pode ser interpretada como baixa, haja visto que 67,1% movimentaram-se até três vezes.

Elizaga (30:361, 363) já citado anteriormente, comenta que de um modo geral os migrantes haviam se movido muito pouco. Entre os homens, por exemplo, 82,5% nunca haviam previamente mudado de lugar; 82,0% apenas havia feito uma vez e 70,1% duas vezes. Ao contrário do que se concluiu nesse estudo, o autor destaca que a mobilidade foi ligeiramente mais alta entre aquêles nascidos em lugares semi-urbanos ou rurais, que entre os de procedência urbana. Por exemplo, entre os migrantes do sexo masculino que procederam de áreas urbanas e tinham efetuada previamente uma só mudança, 85,8% eram nascidos no próprio meio urbano; 46,3% nascido em lugares semi-urbanos e 37,1% no meio rural. Entre as mulheres, seguindo a ordem anterior de exposição, 54,4% eram de origem urbana; 53,1% semi-urbana e 34,2% rurais.

Entre homens provenientes do meio rural e com dois ou mais movimentos espaciais prévios a chegada em Santiago, 14,5% nasceram no meio urbano; 16,0% no semi-urbano e 43,5% no próprio meio rural. Entre as mulheres para igual proveniência e mesma ordem de exposição, 13,7% eram nascidas em cidades; 21,0% em lugares semi-urbanos e 40,6% em lugares rurais.

4.7.6. Relação entre a disposição de migrar ao meio urbano e a mobilidade ocupacional dos trabalhadores

Quadro 35. Disposição de migrar ao meio urbano e a mobilidade ocupacional rural dos trabalhadores agrícolas, Barro Preto, Brasil.

Disposição de migrar	Mobilidade Ocupacional					Total
	Sempre a mesma	Uma ocup.	Dois ocup.	Três ocup.	Quatro ocup.	
Continuaria na roça	5	7	2	-	1	15
Iria para uma cidade	29	45	13	4	-	91
Indeciso	1	-	-	-	-	1
Total	35	52	15	4	1	107

Verificou-se que a mobilidade ocupacional entre os que preferem continuar na roça e os que desejam ir para a cidade, manifestou uma tendência, em termos relativos, de aumentar ligeiramente o número de trabalhadores, a medida que aumentava o exercício de ocupações diferentes. Entre os que sempre exerceram a mesma atividade, cerca de 85,3% preferem mudar para a cidade; entre os de uma só ocupação distinta, 86,5% sentem o mesmo desejo; para os de duas 86,6% e finalmente, 100,0% dos que exerceram três ocupações distintas.

É interessante ressaltar que o único trabalhador cuja mobilidade ocupacional foi igual a quatro, manifestou preferir continuar no meio rural.

Realizado o cálculo para o valôr de "qui" quadrado, encontrou-se 0,008 menor que o calculado (18,3), indicando assim não existir associação significativa a um nível de 0,05 entre as variáveis consideradas. Isto conduz a não aceitar de que a uma menor mobilidade ocupacional corresponda u'a maior disposição de migrar ao meio urbano.

Embora os trabalhos revisados não favoreçam ao estabelecimento de comparações, alguns servem contudo a um melhor juízo sôbre a mobilidade ocupacional manifestada pelo trabalhador rural aqui considerado.

A baixa mobilidade evidenciada contrasta com a encontrada por Almeida e Sobrinho (4:61) entre migrantes da cidade de São Paulo, Brasil, onde o índice de mobilidade ocupacional foi de 64,60% e onde apenas 35,40% continuaram com as mesmas ocupações que exerciam antes de migrar à capital paulista. Sabe-se porém, que daqueles migrantes, sômente 39,20% se dedicavam a atividades agrícolas.

A mobilidade encontrada por Bruz (26:73) e comparada com a encontrada em Barro Prêto, pode ser vista no Quadro 36, no qual se percebe para o grupo do Recife, uma mobilidade superior à apresentada até o momento pelos trabalhadores dêsse estudo que desejam mudar para a cidade. A mobilidade entre aquêles foi não só maior como aparenta também uma maior diversificação, talvez reflexo de

que aí, como em São Paulo (4:61), 78,9% dos migrantes, informaram não ter exercido atividades agrícolas ou pecuária antes de vir para o Recife (26:71).

Quadro 36. Mobilidade ocupacional alcançada pelos migrantes urbanos do Recife, Brasil e pelos trabalhadores agrícolas, Barro Preto, Brasil

Ocupações	Migrantes do Recife %	Trabalhadores Rurais de Barro Preto - %
Sempre a mesma	14,5	31,9
Uma	46,2	49,5
Duas	23,1	14,3
Três	10,2	4,4
Quatro	1,7	0,0
Nove	0,3	0,0
Não sabe	0,3	-
Total	100,0	100,1

O trabalho sôbre a caracterização do operário industrial na Bahia, realizado em nove centros de absorção de mão de obra, identifica Ilhéus-Itabuna como sendo o núcleo donde existe maior número de mão de obra migrante proveniente do setor primário (16:115). Referindo-se a todos os entrevistados, a maioria teve antes do

emprego em que foram encontrados, um ou dois trabalhos assalariados, com exceção para dois municípios, um deles Itabuna, onde a mobilidade foi maior: mais de três ou quatro. Se a expressão "antes do emprego em que foi encontrado" se refere a todos empregos que a mão de obra teve em sua vida como assalariado rural e urbana e considerando que 69,1% dos entrevistados de Itabuna mencionaram ter somente até quatro anos no local em que foram encontrados; e assumindo, face à inexistência de informações mais específicas, que este é o primeiro emprego urbano dessa mão de obra, teríamos uma situação compatível com o resultado da conclusão chegada, através da hipótese proposta.

4.7.7. Relação entre a disposição de migrar ao meio urbano e o nível de renda dos trabalhadores

Quadro 37. Disposição de migrar ao meio urbano e o nível de renda dos trabalhadores agrícolas de Barro Preto, Brasil

Disposição de migrar	Nível de Renda			Total
	Menos do SM	1 SM	1 a 2 SM	
Continuaria na roça	13	0	2	15
Iria para uma cidade	74	5	12	91
Indeciso	-	1	-	1
Total	87	6	14	107

Entre o grupo de rendimento inferior ao salário-lei, 85,1% deseja ir para a cidade e a quase totalidade (99,1%) dos que correspondem uma renda equivalente a 1 salário mínimo. Dos de valor entre 1 e 2 salários, 85,7% preferem urbanizar-se.

A grande maioria (81,4%) dos trabalhadores rurais que desejam migrar ao meio urbano, são detentores de renda financeira, equivalente a menos que um salário mínimo regional pago no município estudado na época do estudo; 13,2% apresentam renda equivalente de um a dois salários mínimos e a renda igual a um salário, corresponde a 56,0% do total daqueles que desejam sair do meio rural.

O valor para "qui" quadrado, foi de 0,869 menor que o tabular, concluindo-se haver uma baixa associação entre as variáveis consideradas.

Não se encontrou nenhum estudo ou referência que possibilitasse alguma comparação. Vários trabalhos mencionam os baixos salários como uma das razões mais fortes da migração rural-urbana. Outros se referem a rendimentos auferidos pelos migrantes já no lugar de chegada e comparam com o grupo não migrante, nenhum entretanto se refere ao nível de rendimento ou mesmo salário possuído pelo migrante no lugar de origem.

A falta de uma associação relevante percebida indica que tanto desejam migrar aqueles de mais baixos rendimentos, como os de médio e alto indistintamente. Pode-se entretanto considerar que, todos os níveis de rendimento aqui anotados, sejam baixos, em relação aos do meio urbano.

Finalmente o Quadro 38 expressa os valores de "qui" quadrado, os graus de liberdade considerados, a direção da associação das variáveis consideradas, a uma probabilidade de 0,05.

Quadro 38. "qui" quadrado, graus de liberdade e direção da associação, entre a variável dependente e as independentes, a probabilidade de 0,05

Tendência a urbanização	"qui" quadrado calculado	"qui" quadrado tabular	Grau de liberdade (gl)	Direção da associação (+ ou -)
Nível de conhecimento geral	2,77	7,81	4	-
Grau de urbanização de origem	0,42	5,99	3	-
Número de dependentes	8,45	16,9	9	-
Nível educacional	6,93	12,6	6	-
Mobilidade espacial	0,33	21,0	12	-
Mobilidade ocupacional	0,008	9,49	2	-
Nível de ingresso	0,86	5,99	2	-

5. CONSIDERAÇÕES FINAIS

Das características apresentadas pelos trabalhadores agrícolas do cacau, somente três (lugar de nascimento, número de anos no cacau, conhecimento de agricultura diversificado) manifestaram significância (a nível de 0,05) quando dispostas por tamanho das propriedades que foram estratificadas, segundo um critério de produção.

Embora algumas variáveis evidenciassem certa tendência de se diferenciar em função das categorias de imóveis, o fator produção, estatisticamente, não afetou o comportamento da mão de obra no que respeita a suas características, aspirações e perspectivas futuras.

Poder-se-ia também pensar de que uma seletividade ocorresse em função da propriedade expressar um maior ou menor volume de produção, entretanto tal não foi percebido. Mas bem diríamos que o recrutamento e a seleção de pessoal pelas fazendas de cacau, independem da sua produção e das qualidades que possui a mão de obra oferecida ou disponível.

Isto por sua vez, pode ser resultante de três fatores: primeiro o fato da tecnologia normalmente usada no imóvel e a que está sendo introduzida, não exigir seleção de mão de obra quanto a idade, nível de instrução, experiência, etc.; o segundo, pelo fato do imóvel cacauero, em sua maioria seguir numa atividade puramente recolectadora, não havendo por isso necessidade de ser recrutado pessoal com critério seletivo; e, finalmente, o terceiro, a existência de um desequilíbrio no mercado da oferta de mão de obra, em que a maior

procura obrigue a empresa a aceitar qualquer indivíduo.

As três variáveis que se anotaram como associadas ao tamanho do imóvel, seriam mais produto de fatores casualizados, que intencionais, talvez com exceção da variável origem, já que sem dúvida alguma, as grandes propriedades são dotadas de recursos que as predispõem a um recrutamento de mão de obra fora da zona, como se viu e comentou anteriormente.

Na análise das hipóteses apresentadas, verificou-se que também não existe estatisticamente nenhuma associação significativa a um nível de 5% de probabilidade. A urbanização dos trabalhadores rurais, no caso estudado, poderá vir a se processar independente dos níveis de conhecimento e instrução que tenham os mesmos, bem como do maior ou menor grau de urbanização de origem, do número de dependentes, da sua renda bruta e mobilidade espacial e ocupacional.

Seria de esperar que fôsse ocorrer um desejo de urbanização, compatível com a teoria de "migração dos extremos", ou quando nada fôsse seletiva. Existe, entretanto, uma vontade generalizada dos trabalhadores de mudar para a cidade, independente de suas características sociais, econômicas e demográficas.

Esta atitude por um lado é crítica em relação a certos conhecimentos que se tem da área cacauceira onde uma topografia movimentada, o sistema de cultivo existente e a tecnologia que vem sendo executada pela CEPLAC, são mais bem fatores favoráveis a u'a maior absorção de mão de obra e nunca de liberação.

No trabalho de Vieira (72:124) ficou evidenciado que aplicando-se

técnicas de manutenção vigentes na zona, existe uma escassez de 58.227,⁴ dias/homens/ano, para trabalhos de renovação de cacauais decadentes, levado a cabo pela CEPLAC.

Necessitaria, pois, pensar em estímulos e dispositivos que aplicados, pudessem evitar uma provável carência de mão de obra no futuro. Um desses possivelmente se constituiria no melhoramento das condições da própria fazenda, como já ficou evidenciado para um município cacauero (72:106), no qual se notou uma forte associação entre as variáveis Condições de vida e Mobilidade espacial. Foi então aceita uma hipótese de que quanto mais deficiente as condições de vida (habitação, salário, escola, assistência médica, área para plantio, seguro contra acidentes, armazém, recreação) maior mobilidade dos trabalhadores rurais.

A mobilidade foi assim uma decorrência da falta dessas condições, que por sua vez provavelmente se generalizem ao nível de Zona Cacauera, não sendo estranho portanto que o trabalhador tente buscar no meio urbano, aquilo que lhe faltou no rural.

Finalmente, os dados levantados e analisados neste estudo, orientam a formulação de algumas idéias, possíveis de serem teorizadas e investigadas para conclusões mais definitivas.

A primeira delas seria de que para se compreender melhor o mecanismo das migrações em seu lugar de origem, não é suficiente pesquisar aqueles fatos que se relacionam diretamente com as motivações que impõe o trabalhador a migrar; também devem ser considerados outros fatores que se relacionam de modo indireto. Seria importante

conhecer, paralelamente a êstes motivos mais diretos ou aparentes, as condições gerais, econômicas e sociais da região como conętexto geográfico e cultural, inclusive conhecendo á própria história das migrações aí ocorridas, a fim de melhor poder caracterizá-la quanto a êste aspecto. A reunião de todos êstes conhecimentos permitiria não só uma melhor compreensão do meio onde se desencadeia o processo migratório, como também aportaria elementos para estudar a provável conduta dos migrantes na sua adaptação à sociedade urbana.

A segunda seria de melhorar os conhecimentos sôbre o próprio imóvel cacauero no que diz respeito à sua estrutura interna: organização; mecanismos de decisão; recrutamento de mão de obra; hierarquização do poder institucional e da liderança informal existente; existência de grupos formais, etc., que possam conduzir a um conhecimento mais profundo (vertical) dessa unidade com o propósito de verificar sua importância como centro dinâmico de produção e formação de indivíduos de uma sociedade.

6. RESUMO

O problema específico do estudo está relacionado com a necessidade de conhecer certas características sociais, econômicas e demográficas da população de trabalhadores de um município cacaueiro do Brasil e identificar as relações existentes entre algumas destas características com a disposição de migrar ao meio urbano.

Os objetivos foram: 1) inventariar os recursos humanos, caracterizando-os nos seus aspectos sociais, econômicos e demográficos; 2) verificar o comportamento dos mesmos frente a alguns aspectos da migração rural-urbana; c) dar subsídios para uma avaliação quanto a seus aspectos qualitativos, como ponto de partida para uma política de melhor utilização ou capacitação dos mesmos.

A população selecionada foi a de trabalhadores agrícolas do sexo masculino, que vivem e exercem atividades na propriedade cacaueira, estando diretamente ligado ao cultivo e à produção do cacau. Se estimou ser de 1.061 a população de trabalhadores existentes. A amostragem usada foi estritamente aleatória, em duas etapas, incluindo-se 348 indivíduos na amostra.

Agruparam-se as propriedades em três estratos, segundo um critério de produção e se procedeu a uma caracterização dos trabalhadores aí existentes quanto às variáveis consideradas.

A variável dependente - migração rural-urbana - foi medida através da pergunta Nº 22 do questionário, que propunha duas alternativas aos indivíduos que manifestavam desejo de "sair da agricultura".

As variáveis independentes foram: a) Conhecimento, medido por perguntas que determinavam, a um nível recordatório, conhecimento de práticas tecnológicas e de "coisas" urbanas, segundo o sistema de Bloom et al (10); b) Grau de Urbanização de Origem, foi medido em função do entrevistado ter nascido em uma fazenda (menos urbano), em uma vila ou povoado (semi-urbano) ou em uma cidade (mais urbano); c) Número de Dependentes. Esta variável foi medida pela quantidade de pessoas que dependendo do entrevistado viviam e residiam em sua casa; d) Nível Educacional, foi medido pelos anos de escola completados pelo trabalhador. e) Mobilidade Ocupacional. Essa mobilidade se mediu pelo número de vezes que o entrevistado exerceu no meio rural, ocupações distintas. f) Mobilidade Espacial, foi medida pelo número de municípios diferentes ou não em que o trabalhador manifestou já ter trabalhado desde o início de sua vida ocupacional; g) O Nível de Renda foi estimado pelo total de receitas mensais, independentes da fonte onde percebeu, correspondente aos valores de menos de um salário mínimo até mais de quatro salários mínimos.

As análises estatísticas usadas foram: porcentagens, média ponderada, desvio padrão, variância, "qui" quadrado e análise fatorial.

A maioria dos trabalhadores possui idade compreendida entre 25 e 34 anos, baixo nível educacional e está vinculada à agricultura e ao cacau por tempo superior a dez anos. Possuem até nove dependentes, ainda que a maioria possua em média três dependentes.

O nível de renda também baixo; os indivíduos que ganham mais

alcançam o valor correspondente de um a dois salários mínimos. Mais da metade teve entre um a quatro filhos nascidos vivos.

São em maioria nativos da própria Zona Cácaueira e nasceram em fazendas, cidades e vilas, segundo a ordem de frequência. Cerca de 62% começou sua vida ocupacional fora do município estudado, porém dentro da mesma zona fisiográfica. A mobilidade espacial não é intensa e um só trabalhador manifestou já haver-se movimentado durante doze vezes; apenas 13% deles se transferiram de quatro a mais municípios. A mobilidade ocupacional variou de uma ocupação a um máximo de seis, o qual só foi manifestado por um trabalhador; 36% jamais exerceram uma outra ocupação em toda sua vida e 49% exerceram somente uma atividade distinta.

Apresentam de um modo geral um baixo nível de conhecimento no que se refere a técnicas de cacau e de outras atividades agrícolas; o conhecimento das condições urbanas de vida, ainda que baixo, está acima dos outros dois tipos mencionados.

Deixar a atividade cacauera foi manifestada pela maioria (60%) dos trabalhadores e o desejo de trocar o campo pela cidade era também o da maioria deles.

No presente estudo aparentemente a variável migração rural-urbana atua independente dos níveis de conhecimento e educação formal; de um maior número de dependentes e de um menor grau de urbanização de origem, mobilidade espacial, ocupacional e renda. Os testes de "qui" quadrado indicaram que as associações percebidas entre as variáveis consideradas foram baixas.

A análise fatorial caracterizou a homogeneidade do grupo.

SUMMARY

The specific problem of this study is related to the necessity of knowing some social, economic and demographic characteristics of a group of laborers in a Brazilian municipality working in cocoa farms, and to identify existing relationships among persons who show a tendency to migrate to urban areas with some of those characteristics.

The objectives of this study were:

1. To inventory human resources having their social, economic and demographic aspects;
2. To verify their behavior in relation to some aspects of the rural-urban migration;
3. To provide data for evaluating their qualitative aspects as a first step in establishing a policy to set up better programs for utilizing their services or for training them.

Agricultural male laborers who work and live on cocoa farms very closely related to the culture and production of that crop were selected. It was estimated that the existing labor population was 1,061. A two-stage random sample was used, with 348 persons in the sample.

The farms were grouped into three strata according to a production criterion and a characterization of the workers was established

taking into consideration a number of variables.

A dependent variable - rural-urban migration - was evaluated based on their reply to question Nº 22 (questionnaire) which permitted two alternatives to workers who wished to "get out of agriculture".

The independent variables were:

- a) Knowledge: measured by questions which determined their knowledge on technological practices and urban conditions, according to Bloom's system;
- b) Degree of urban origin, measured by place of birth: on a farm (less urban); in a village (semi-urban) or in a town or city (more urban).
- c) Number of dependents: according to the number of persons who lived in the house.
- d) Educational level: Number of school years completed by the worker.
- e) Occupational mobility: how many times the worker had different occupations in the rural area.
- f) Spatial mobility: number of different municipalities in which the worker had worked since the beginning of his professional life.

g) Income level: total monthly income.

The statistical analysis done includes: percentages, weighted averages, standard deviation, variance, chi square, and factor analysis.

Most of the workers are between 25 and 34 years old; they present a low educational level and have been working in agriculture and in cocoa production for more than 10 years. They have from one to nine dependents but the average is 3. More than a half of the workers declared they had between 1 and 4 children born alive. Income level is low, too. The ones who get more money reach a value corresponding to 1 or 2 local minimum salaries. Most of them are native to the Cocoa Zone and were born on farms, in cities or in villages, in that order of frequency. Around 62% started working outside of the municipality studied, but within the same physiographic area. Spatial mobility is not strong and just one worker had moved twelve times; 13 of them had worked in 4 or more municipalities. Occupational mobility varies from one to six occupations. The higher number of occupations was declared by just one worker; 36% never carried out another occupation and 49% had carried out just one different occupation.

In general they show a low level of knowledge related to techniques in cocoa crops and other agricultural activities; knowledge of urban living conditions, though low, is above the other types of knowledge.

To leave the cocoa farms and to exchange the countryside for the cities was the wish of most of them (60%).

According to this study, apparently the variable rural-urban migration acts independently of the knowledge and educational levels, of the number of dependents; of the degree of urban origin; of spatial and occupational mobility; and of income. The chi square test pointed out that the associations among the variables were low.

The factor analysis characterized the great homogeneity of the group.

LITERATURA CITADA

1. ADAMS, R. N. El trabajador rural. In Johnson, J.J., ed. Continuidad y cambio en la América Latina. México, D.F., UTEHA, 1967. pp. 49-83.
2. ALENCAR, M. H. Aspectos da concentração da produção de cacau e da estrutura fundiária na região cacauceira do estado da Bahia. Ilhéus-Itabuna, Centro de Estudos Regionais, 1968. 30 p. (datilografado)
3. ALMEIDA, A. B. Estrutura e perspectiva da agricultura baiana. Salvador, Bahia, Comissão de Planejamento Econômico, 1968. 294 p.
4. ALMEIDA, V. U. e MENDES SOBRINHO, O. T. Migração rural-urbana. São Paulo, Secretaria de Agricultura, 1951. 143 p.
5. ALVARES-AFONSO, F. M. Critérios para estratificação das propriedades cacauceiras, segundo a produção. Ilhéus-Itabuna, Centro de Estudos Regionais, 1968. 4 p. (datilografado)
6. ARAOZ, A. B. Mano de obra y empleo en el Brasil. Revista Internacional del Trabajo 73(4):407-430. 1966.
7. AREAS DEMOSTRATIVAS para la aplicación de un nuevo enfoque integrado para acelerar el desarrollo agrícola. s.n.t. 1965. 14 p.
8. BAZZANELLA, W. Industrialização e urbanização no Brasil. América Latina 66(1):3-27. 1963.
9. BEIJER, G. National rural manpower; adjustment to industry. Paris, Organization for Economic Cooperation and Development, 1965. 116 p.
10. BLOOM, B. S. et al. Taxonomy of educational objectives; cognitive domain, hand book I. New York, MacKay, 1965. 207 p.
11. BOWLES, G. K. Migration patterns of the rural-farm population thirteen economics regions of the United States, 1940-1950. Rural Sociology 22(1):1-11. 1957.
12. BRASIL, COMISSAO EXECUTIVA DO PLANO DE RECUPERAÇÃO ECONOMICO-RURAL DA LAVOURA CACAUEIRA. Orçamento-programa, 1970. Rio de Janeiro, 1969. 267 p.

13. BRASIL, COMISSÃO DE ESTUDOS DA POLÍTICA DO CACAU. Relatório. Rio de Janeiro, Comissão Executiva do Plano de Recuperação Econômico-Rural da Lavoura Cacaueira, 1966. 190 p.
14. _____. DEPARTAMENTO ESTADUAL DE ESTATÍSTICA. Divisão territorial da Bahia. Salvador, Bahia, 1968. 37 p.
15. _____. INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA. Censo Agrícola de 1960 - Bahia. Rio de Janeiro, 1967. 105 p.
16. _____. SECRETARIA DO TRABALHO E BEM ESTAR SOCIAL. Mão de obra operário-industrial na Bahia. Salvador, Bahia, Comissão de Planejamento Econômico. s.d. 211 p.
17. BRIONES, G. La calificación y adaptación de la fuerza de trabajo en las primeras etapas de la industrialización; un estudio en Lima, Perú. América Latina 6(4):13-25. 1963
18. _____ e WAISANEM, F. B. Aspiraciones educacionales, modernización e integración urbana. América Latina 10(4):3-21. 1967.
19. CAIRNCROSS, A. Factores del desarrollo económico. Madrid, Editorial Revista de Derecho Privado, 1964. 488 p.
20. CAMARGO, J. F. Êxodo rural no Brasil; ensaio sobre suas formas, causas e consequências econômicas principais. São Paulo, Universidade de São Paulo, 1957. 233 p.
21. CAMUES, F. L. et al. Recursos humanos en el área de Maipú. Santiago, Programa de Desarrollo Area Maipú, 1968. 162 p.
22. CENTRO LATINO AMERICANO DE PESQUISAS EM CIENCIAS SOCIAIS. Situação social da América Latina. Rio de Janeiro, 1965. 467 p.
23. CHARLESON, W. R. e DAVIS, R. G. Desarrollo de los recursos humanos. Desarrollo Económico 2(2):28-31. 1965.
24. COMITE INTERAMERICANO DE DESENVOLVIMENTO AGRICOLA. Pose e uso da terra e desenvolvimento sócio-econômico do setor agrícola, Brasil. Washington, União Panamericana, 1966. 694 p.
25. CONFERENCIA MUNDIAL DE POBLACION, ROMA, 1954. Trabajos - informes resumidos. New York, Naciones Unidas, 1954. 219 p.

26. CRUZ, L. As migrações para o Recife. IV. Caracterização social. Recife, Brasil, Instituto Joaquim Nabuco de Pesquisas Sociais, 1961. 158 p.
27. DANNEMANN, R. N. Problemas de recursos humanos en el Brasil. Revista Internacional del Trabajo 74(6):657-678. 1966.
28. DIEGUES, M., Jr. El empleo urbano en el Brasil. Revista Internacional del Trabajo 73(6):730-746. 1966.
29. DUCOFF, L. Los recursos humanos de Centroamérica, Panamá y México en 1950-1980 y sus relaciones con algún aspecto del desarrollo económico. s.l. Naciones Unidas, 1960. 159 p.
30. ELIZAGA, J. C. A study of migration to great Santiago, Chile. Demography 3(2):352-377. 1966.
31. FALETTO, E. Incorporación de los sectores obreros al proceso del desarrollo; imágenes sociales de la clase obrera. Revista Mexicana de Sociología 28(3):639-741. 1966.
32. FLIGEL, F. C. Literacy and exposure to instrumental information among farmers in southern Brasil. Rural Sociology 31(1):15-28. 1966.
33. _____ e OLIVEIRA, F. C. Receptividad a las ideas nuevas y éxodo rural en una zona de pequeñas fincas agrícolas de Río Grande del Sur. Revista Interamericana de Ciencias Sociales 3(1):79-103. 1965.
34. FONSECA, D. M. Relación de algunos factores socio-económicos con la adopción de una práctica agrícola. Tesis Mag. Sc., Turrialba, Costa Rica, Instituto Interamericano de Ciencias Agrícolas, 1969. 79 p.
35. GERMANI, G. Asimilación de inmigrantes en el medio urbano; notas metodológicas. Revista Latinoamericana de Sociología 65(2):158-175. 1965.
36. _____. Investigación sobre los efectos sociales de la urbanización en un área del gran Buenos Aires. In Hauser, P.M., ed. La urbanización en América Latina. Liège, UNESCO, 1962. pp. 208-235.
37. HAGOOD, M. J. e PRICE, D. O. Statistics for sociologist. New York, Holt, 1952. 572 p.

38. HARBINSON, F. Los recursos humanos y el desarrollo. In UNESCO, Aspectos sociales y económicos del planeamiento de la educación. Paris, 1965. pp. 60-69.
39. _____ e MYERS, C. A. Educação, mão de obra e crescimento econômico; estratégia do desenvolvimento dos recursos humanos. Trad. do inglês por Ricardo Wernéck Aguiar. Rio de Janeiro, Fundo de Cultura, 1965. 258 p.
40. HARRIS, R. N. S. e STEER, E. S. Demographic resource push in rural migration; an jamaican case study. Social and Economics Studies 17(4)398-406. 1968.
41. HERNAN, M. Migración y la capacitación de la mano de obra. In Dobyms, H. e Vásquez, M., eds. Migración e integración en el Perú. Lima, Estudios Andinos, 1963. pp. 21-23.
42. HUTCHINSON, B. The migrant population of urban Brazil. América Latina 6(2):41-71. 1963.
43. INTERAMERICAN DEVELOPMENT BANK. Socio-economic progress in Latin America; social progress trust fund ninth annual report, 1969. Washington, D.C., 1970. 529 p.
44. JIMENEZ, W. C. Migraciones internas en Costa Rica. Washington, D.C., Unión Panamericana, 1956. 163 p.
45. LAMBERT, J. Os dois brasís. Rio de Janeiro, Centro Brasileiro de Pesquisas Educacionais, 1959. 288 p.
46. LIOMBERGER, H. F. Adoption of new ideas and practices. Ames, Iowa State University, 1960. 164 p.
47. LOPES, J. R. B. Aspecto de la adaptación de los migrantes rurales a las concentraciones urbano-industriales de São Paulo, Brasil. In Hauser, P.M., ed. La urbanización en América Latina. Liège, Bélgica, UNESCO, 1962. pp. 236-251.
48. _____. Desenvolvimento e mudança social. São Paulo, Editora Nacional, 1968. 213 p.
49. LOPES, J. R. B. O ajustamento do trabalhador à indústria: mobilidade social e motivação. In Hutchinson, B., ed. Mobilidade e trabalho. Rio de Janeiro, Centro Brasileiro de Pesquisas Educacionais, 1960. pp. 360-440.
50. MACHADO, U. D. Identificação de variáveis associadas para novos possíveis enfoques à metodologia de extensão agrícola. Tese Mag. Sc. Turrialba, Costa Rica, Instituto Interamericano de Ciencias Agrícolas, 1969. 102 p.

51. MAR, J. M. Migración y urbanización; las barriadas limeñas, un caso de integración urbana. In Hauser, P.M., ed. La urbanización en América Latina. Liège, Bélgica, UNESCO, 1962. pp. 173-193.
52. MOREIRA, J. R. População economicamente ativa e necessidades educacionais. Boletín Latinoamericano de Investigaciones en Ciencias Sociales 3(2):29-50. 1960.
53. NACIONES UNIDAS, COMISION ECONOMICA PARA AMERICA LATINA. Educación, recursos humanos y desarrollo en América Latina. New York, 1968. 250 p.
54. _____. Factores determinantes y consecuencias de las tendencias demográficas; resumen de estudios sobre la relación entre movimientos demográficos y las condiciones sociales. New York, Departamento de Asuntos Económicos y Sociales, 1953. 392 p.
55. PASTORE, J. et al. Agricultural and man in the Federal District, Brazil; preliminary report of sociological research proyect. Wisconsin, Land Tenure Center. Research Paper Nº 28-P. 1968. 44 p.
56. PERU, PLAN REGIONAL PARA EL DESARROLLO DEL SUR DEL PERU. Los recursos humanos del Departamento de Cuzco, Apurímac. Lima, 1959. v. 5. 99 p.
57. _____. PLAN REGIONAL PARA EL DESARROLLO DEL SUR DEL PERU. Los recursos humanos del Departamento de Puno. Lima, 1959. v. 5. 179 p.
58. PETERSEN, W. Population. New York, Macmillan, 1965. 652 p.
59. POZAS, R. A. Los recursos humanos marginalizados y el desarrollo agrícola de México. Washington, D.C., Banco Interamericano de Desarrollo, 1965. 16 p.
60. PRIETO, L. B. Una educación para América Latina. América Latina 5(3):17-33. 1962.
61. RAMIREZ, M. El programa de recursos humanos de la OEA. Ciencia Interamericana 8(4-5):4-6. 1967.
62. ROGERS, E. Personality correlate of the adoption of technological practices. Rural Sociology 22:267-268. 1957.

63. SAMPER, A. Factores esenciales para promover el desarrollo agrícola de América Latina. In Banco Interamericano de Desarrollo Agrícola. El desarrollo agrícola de América Latina en la próxima década. Washington, D.C. 1967. pp. 205-213.
64. SCHWARZWELLER, H. K. Education, migration and economic life chances of male entrants to the labor force farm a low-income rural area. Rural Sociology 29(1-4)153-167. 1964.
65. SHULTZ, T. W. Modernización de la agricultura. Trad. do inglês por J. L. Balmaga. Madrid, Aguilar, 1968. 154 p.
66. SILVA, L. F. et al. Características dos principais solos de cacau da Bahia. In Conferência Internacional de Pesquisas em Cacau, 2ª. Itabuna, Salvador, Bahia, Brasil, Nov. 19 - 26, 1967. Memórias. São Paulo, Impres, 1969. pp. 412-416.
67. SIZER, L. M. e PORTER, W. F. The relation of knowledge to adoption of recommended practices. West Virginia Agricultural Experiment Station. Bulletin 446. 1964. 11 p.
68. STEEL, R. D. e TORRIE, J. A. Principles and procedures of statistics; with special reference to the biological sciences. New York, McGraw-Hill, 1960. 481 p.
69. TORRES, V. Movimentos migratórios das populações rurais brasileiras. Rio de Janeiro, Livraria Freitas Bastos, 1957. 180 p.
70. UNIAO PANAMERICANA. COMITE INTERAMERICANO DE DESENVOLVIMENTO. Inventário de informação básica para programação do desenvolvimento agrícola na América Latina; Brasil. Washington, D.C., 1964. 157 p.
71. _____. Aspectos sociales de la población en América Latina. Revista Interamericana de Ciencias Sociales 3(3):31. 1965.
72. VIEIRA, J. R. Alguns aspectos socioeconômicos relacionados com a mão de obra em fazendas de cacau, Ibirapitanga, Bahia, Brasil. Tese Mag. Sc., Turrialba, Costa Rica, Instituto Interamericano de Ciencias Agrícolas, 1969. 136 p. (multigrafado)
73. WILKENING, E. A. Comparasion of migrants in two rural and urban area of central Brazil. Wisconsin, Land Tenure Center. Research Paper nº 35. 1968. 36 p.

74. WILSON, M. C. e GALLUP, B. Métodos de enseñanza en extensión.
4^a ed. México, D.F., Centro Regional de Ayuda Técnica,
1965. 103 p.
75. WOLF, M. Educación, estructuras sociales y desarrollo en América
Latina. América Latina 10(3):15-42. 1967.
76. WRONG, D. W. La población, Buenos Aires, Paidós, 1961. 168 p.
77. ZACHARIAH, K. C. Bombay migration study; a pilot analysis of
migration to an asian metropolis. Demography 3(2):378-392.
1966.

A P Ê N D I C E S

INSTITUTO INTERAMERICANO DE CIÊNCIAS AGRÍCOLAS DA OEA
Centro de Ensino e Investigação
Turrialba, Costa Rica

ESTUDO SOBRE RECURSOS HUMANOS NA REGIÃO CACAUEIRA

Questionário

Sou da CEPLAC e estamos fazendo um trabalho para conhecer alguns problemas da mão de obra na região.

O senhor foi escolhido entre muitos trabalhadores e gostaria que me respondesse algumas perguntas.

O senhor não necessita ter pressa em responder. O que desejo é obter informações que possam ser utilizadas em seu próprio benefício. Tôdas as informações que o senhor der serão estritamente confidenciais. Muito obrigado.

Nome do entrevistado _____

Entrevista Nº _____ Município _____

Data _____, 1970. Distrito _____

Início da entrevista _____ hs. Zona _____

Fim da entrevista _____ hs. Fazenda _____

Entrevistador _____

Revisor _____

I. Caracterização pessoal

1. Quem são as pessoas que vivem em sua casa?

Nomes	Parentesco	Idade		Ocupação	Sabe ler e escrever		Grau de instrução *					
		meses	anos		Sim	Não	Pm	Sc	Pf	Uv		
1)												
2)												
3)												
4)												
5)												
6)												
7)												
8)												
9)												
10)												
11)												
12)												

* Pm = primário
 Sc = secundário
 Pf = profissional
 Uv = universitário

(o entrevistador deve colocar nas colunas respectivas, quantos anos de escola frequentou nos diversos níveis)

2. Onde o senhor nasceu? _____
3. O lugar onde o senhor nasceu é:
uma cidade () uma vila () ou uma fazenda ()
4. É casado () Solteiro () Viúvo () Separado ()
5. Tem filhos? SIM () NÃO ()
- SE SIM FAZER A PERGUNTA 6 e 7; SE NÃO PASSAR A PERGUNTA 8.
6. Quantos teve nascidos vivos? _____
7. Quantos permanecem vivos? _____
8. Quanto tempo tem trabalhando na lavoura? _____
9. Quanto tempo tem trabalhando no cacau? _____
10. Que faz o senhor aqui na fazenda?
Barcaceiro () Tropeiro ()
Trabalhador de campo () Estufeiro ()
11. O senhor gasta mais com:
educação dos filhos () alimentação () ou
saúde da família ()

Mobilidade espacial e ocupacional

12. Quantos anos viveu no lugar onde nasceu? _____
13. Onde começou a trabalhar como empregado? _____
14. Quanto tempo trabalhou ai? _____
15. Por que o senhor saiu desse lugar? _____
- _____
16. E depois, em que outros municípios o senhor trabalhou?

EM ORDEM CRONOLOGICA; DEPOIS DO ENTREVISTADO MENCIONAR O NOME DOS MUNICIPIOS, FAZER A PERGUNTA NUMERO 17.

Municípios

17. Qual era sua ocupação?

_____	_____
_____	_____
_____	_____
_____	_____
_____	_____
_____	_____
_____	_____
_____	_____
_____	_____
_____	_____

Nenhum outro ()

18. O senhor já teve vontade de mudar de trabalho?

SIM ()

NÃO ()

SE SIM FAZER A PERGUNTA 19 e 20; SE NÃO PASSAR A PERGUNTA 23.

19. Essa mudança faria o senhor:

sair da lavoura de um modo geral ()

ou sair só do cacau? ()

20. Por que? _____

SE RESPONDEU "SAIR DA LAVOURA", FAZER A PERGUNTA 21 e 22;
SE NÃO PASSAR A PERGUNTA NUMERO 23.

21. "Sair da lavoura" quer dizer que o senhor iria fazer o que?

22. E o senhor para fazer isso:

continuará na roça ()

ou iria para uma cidade? ()

Conhecimento Agronômico

23. O senhor já ouviu falar de "mela"?

SIM ()

NÃO ()

SE SIM FAZER A PERGUNTA 24; SE NÃO PASSAR A PERGUNTA 25.

24. O que é mela?

um inseto () uma doença () ou uma fruta? ()

25. O senhor já ouviu falar da "bexiga" que dá no cacau?

SIM ()

NÃO ()

SE SIM FAZER A PERGUNTA 26; SE NÃO PASSAR A PERGUNTA 27.

26. A "bexiga" é causada:

pelo sol () ou pelo inseto? ()

27. O senhor já ouviu falar de Cobre Sandoz?

SIM ()

NÃO ()

SE SIM FAZER A PERGUNTA 28; SE NÃO PASSAR A PERGUNTA 29.

28. O senhor joga cobre sandoz para acabar com que:

com a bexiga () com a mela () ou com o pêco? ()

29. O senhor já ouviu falar de BHC?

SIM ()

NÃO ()

SE SIM FAZER A PERGUNTA 30; SE NÃO PASSAR A PERGUNTA 31.

30. O BHC é utilizado:

no combate aos insetos ()

ou para matar as árvores de sombra? ()

31. O senhor já ouviu falar de adubo?

SIM ()

NÃO ()

SE SIM FAZER A PERGUNTA 32; SE NÃO PASSAR A PERGUNTA 33.

32. Para que serve o adubo:

para alimentar as plantas ()

ou para combater o limo? ()

33. O senhor já ouviu falar de balisamento para plantar cacau?

SIM ()

NÃO ()

SE SIM FAZER A PERGUNTA 34; SE NÃO PASSAR A PERGUNTA 35.

34. O balisamento é feito:

antes do plantio das árvores de sombra ()

ou depois do plantio das árvores de sombra? ()

35. O senhor já ouviu falar de fermentação de cacau?

SIM ()

NÃO ()

SE SIM FAZER A PERGUNTA 36; SE NÃO PASSAR A PERGUNTA 37.

36. Quantos dias o senhor crê que o cacau mole deve permanecer no côcho?

1 dia () 2 dias () 3 dias () 4 dias ()

5 dias () 6 dias () 7 dias ()

37. O senhor já ouviu falar das viradas do cacau no côcho?

SIM ()

NÃO ()

SE SIM FAZER A PERGUNTA 38; SE NÃO PASSAR A PERGUNTA 39.

38. Com quantos dias deve ser feita a primeira virada do cacau no côcho:

depois de meio dia de colocado o cacau mole ()

depois de um dia de colocado o cacau mole ()

ou depois de dois dias de colocado o cacau mole? ()

39. O senhor já ouviu falar de jogar pó no cacau usando motor?

SIM ()

NÃO ()

SE SIM FAZER A PERGUNTA 40; SE NÃO PASSAR A PERGUNTA 41.

40. Quando se joga pó com o motor, primeiro:

se liga o motor ()

ou se coloca o pó? ()

41. O senhor já ouviu falar das quantidades de remédio para controlar a "mela"?

SIM ()

NÃO ()

SE SIM FAZER A PERGUNTA 42; SE NÃO PASSAR A PERGUNTA 43.

42. Quantas vezes se recomenda jogar o remédio para controlar a "mela" no mês de maio a junho:

1 vez () 2 vezes () ou 5 vezes? ()

43. O senhor já ouviu falar de adubação de cacauero?

SIM ()

NÃO ()

SE SIM FAZER A PERGUNTA 44; SE NÃO PASSAR A PERGUNTA 45.

44. Qual a época para adubar a roça de cacau safreiro:

janeiro a fevereiro ()

junho a julho ()

ou agosto a outubro? ()

45. O senhor já ouviu falar de poda de cacaueros?

SIM ()

NÃO ()

SE SIM FAZER A PERGUNTA 46; SE NÃO PASSAR A PERGUNTA 47.

46. Quando é que se faz a poda de limpeza na região:

dezembro/janeiro/fevereiro ()

ou agosto/setembro/outubro? ()

47. O senhor já ouviu falar de cacau branco?

SIM ()

NÃO ()

SE SIM FAZER A PERGUNTA 48; SE NÃO PASSAR A PERGUNTA 49.

48. Por que se recomenda plantar cacau branco:

porque resiste melhor a "mela" ()

ou porque produz mais amêndoas por planta? ()

49. O senhor já ouviu falar sobre mudas de cacau preparadas no saquinho preto?

SIM ()

NÃO ()

SE SIM FAZER A PERGUNTA 50; SE NÃO PASSAR A PERGUNTA 51.

50. Por ocasião do plantio dessas mudas:
deve-se tirar as mudas do saquinho preto ()
ou deve-se plantar as mudas dentro do saquinho preto? ()

51. O senhor já ouviu falar de FX e IAN?
SIM () NÃO ()

SE SIM FAZER A PERGUNTA 52; SE NÃO PASSAR A PERGUNTA 53.

52. A palavra Fx 25, IAN 717, lhe recorda:
um clone de cacau ()
ou um clone de seringueira? ()

53. O senhor já ouviu falar do plantio da seringueira?
SIM () NÃO ()

SE SIM FAZER A PERGUNTA 54; SE NÃO PASSAR A PERGUNTA 55.

54. A seringueira se planta:
no mesmo espaçamento do cacau ()
a um maior espaçamento que o cacau ()
ou a um menor espaçamento que o cacau? ()

55. O senhor já ouviu falar da plantação de milho?
SIM () NÃO ()

SE SIM FAZER A PERGUNTA 56; SE NÃO PASSAR A PERGUNTA 57.

56. O milho se planta:
no mesmo espaçamento que se planta a mandioca ()
a um maior espaçamento que se planta a mandioca ()
ou a um menor espaçamento que se planta a mandioca? ()

57. O senhor já ouviu falar do plantio do feijão?

SIM ()

NÃO ()

SE SIM FAZER A PERGUNTA 58; SE NÃO PASSAR A PERGUNTA 59.

58. Quantas sementes de feijão se planta por cova?

1 semente () 2 a 3 sementes ()

4 a 5 sementes () ou mais de 5 sementes ()

59. O senhor já ouviu falar de "agulha"?

SIM ()

NÃO ()

SE SIM FAZER A PERGUNTA 60; SE NÃO PASSAR A PERGUNTA 61.

60. A palavra "agulha" lhe recorda:

um tipo de milho ()

ou um tipo de arroz? ()

61. O senhor já ouviu falar de colheita de mandioca?

SIM ()

NÃO ()

SE SIM FAZER A PERGUNTA 62; SE NÃO PASSAR A PERGUNTA 63.

62. A mandioca deve ser colhida :

com 4 meses de idade ()

de 4 meses a 1 ano de idade ()

ou com mais de um ano de idade? ()

63. O senhor já ouviu falar de febre aftosa?

SIM ()

NÃO ()

SE SIM FAZER A PERGUNTA 64; SE NÃO PASSAR A PERGUNTA 65.

64. Quando existe ameaça de febre aftosa no gado, se deve:

prender o gado ()

alimentá-lo com ração ()

ou somente vacinar o gado? ()

65. O senhor já ouviu falar em brucelose?

SIM ()

NÃO ()

SE SIM FAZER A PERGUNTA 66; SE NÃO PASSAR A PERGUNTA 67.

66. A palavra brucelose lhe recorda:

um pássaro () uma vaca () ou um peixe? ()

67. O senhor já ouviu falar de aplicação de injeção no gado?

SIM ()

NÃO ()

SE SIM FAZER A PERGUNTA 68; SE NÃO PASSAR A PERGUNTA 69.

68. A injeção na perna traseira do gado é feita:

na parte de cima () ou na parte média? ()

69. O senhor já ouviu falar de Nelore?

SIM ()

NÃO ()

SE SIM FAZER A PERGUNTA 70; SE NÃO PASSAR A PERGUNTA 71

70. A palavra Nelore lhe recorda:

um tipo de banana ()

ou uma raça de gado? ()

71. O senhor já ouviu falar de "Piau"?

SIM ()

NÃO ()

SE SIM FAZER A PERGUNTA 72; SE NÃO PASSAR A PERGUNTA 73.

72. O nome Piau é atribuído a uma raça:
de galinhas () de porcos () ou de cavalos? ()

73. O senhor já ouviu falar de castração de porcos?

SIM () NÃO ()

SE SIM FAZER AS PERGUNTAS 74 e 75; SE NÃO PASSAR A PERGUNTA 76.

74. Para que serve a castração dos "bacuris":

evitar doenças contagiosas ()

melhorar a qualidade da carne e favorecer a engorda ()

ou diminuir a quantidade de alimentos que o animal
come? ()

75. Com que idade se deve castrar os "bacuris" machos?

1 a 2 meses () 3 a 6 meses ()

6 a 12 meses () ou mais de um ano ()

76. O senhor já ouviu falar de Newcastle?

SIM () NÃO ()

SE SIM FAZER A PERGUNTA 77; SE NÃO PASSAR A PERGUNTA 78.

77. Para prevenir os pintos recém-nascidos contra o "Newcastle",
devemos vaciná-los:

na primeira semana de nascidos ()

no primeiro mês de nascidos ()

ou depois do primeiro ano de nascidos? ()

78. O senhor já ouviu falar de galinhas que comem ovos?

SIM ()

NÃO ()

SE SIM FAZER A PERGUNTA 79; SE NÃO PASSAR A PERGUNTA 80.

79. Esse costume é:

da raça da galinha ()

ou falta de cal na sua comida? ()

Conhecimento urbano

80. Quando se fala de cidade, em que é que o senhor pensa?

81. O senhor já ouviu falar do INPS?

SIM ()

NÃO ()

SE SIM FAZER AS PERGUNTAS 82 a 85; SE NÃO PASSAR A PERGUNTA 86.

82. O INPS é um instituto que presta assistência:

a tôdas pessoas ()

ou a tôdas as pessoas que pagam? ()

83. O INPS ajuda:

quando se precisa de advogado ()

quando se precisa de médico e hospital ()

ou quando se precisa de escola? ()

84. O INPS trata:

sòmente os que vivem na roça ()

sòmente os que vivem nas cidades ()

ou aos que vivem na roça e na cidade? ()

85. Para que uma pessoa seja tratada pelo INPS, é preciso que:

seja empregada ()

que pague ()

ou que seja patrão? ()

86. O senhor já ouviu falar do SESP?

SIM ()

NÃO ()

SE SIM FAZER AS PERGUNTAS 87 a 89; SE NÃO PASSAR A PERGUNTA 90.

87. Que tipo de auxílio presta o SESP às pessoas:

financeiro ()

de saúde pública ()

ou religioso? ()

88. Quem o senhor acha que tem direito a ser beneficiado pelo SESP:

sòmente o trabalhador rural ()

sòmente o trabalhador da cidade ()

sòmente as pessoas pobres ()

ou tôdas as pessoas têm direito? ()

89. Para que uma pessoa seja atendida no SESP:

precisa pagar ao SESP ()

ou não precisa pagar ao SESP? ()

90. O senhor já ouviu falar da CEPLAC?

SIM ()

NÃO ()

SE SIM FAZER AS PERGUNTAS 91 e 92; SE NÃO PASSAR A PERGUNTA 93.

91. A CEPLAC foi criada para beneficiar:

o produtor de borracha ()

o produtor de cacau ()

ou o criador de gado? ()

92. Qual o benefício que a CEPLAC faz ao trabalhador rural:

empresta dinheiro para comprar terras ()

facilita a compra de material agrícola ()

ou promove a educação de sua família? ()

93. O senhor já ouviu falar alguma coisa sôbre as diferenças existentes entre as casas da cidade e as casas das fazendas?

SIM ()

NÃO ()

SE SIM FAZER AS PERGUNTAS 94 e 95; SE NÃO PASSAR A PERGUNTA 96.

94. Em uma casa na cidade o senhor pode criar e plantar:

menos do que uma casa na fazenda ()

igual que numa casa da fazenda ()

ou mais do que numa casa da fazenda? ()

95. Como o senhor acha que seja fornecida a luz elétrica para as casas na cidade:

paga por mês ()

ou de graça? ()

96. O senhor já ouviu falar de "Jardim de Infância"?

SIM ()

NÃO ()

SE SIM FAZER A PERGUNTA 97; SE NÃO PASSAR A PERGUNTA 98.

97. Para o senhor o que é um "Jardim de Infância":

um hospital ()

um cinema ()

uma escola ()

ou um clube? ()

98. O senhor já ouviu falar das escolas noturnas na cidade?

SIM ()

NÃO ()

SE SIM FAZER A PERGUNTA 99; SE NÃO PASSAR A PERGUNTA 100.

99. Na sua opinião quem vai mais às escolas noturnas das cidades?

100. O senhor já ouviu falar nas "Juntas do Trabalho"?

SIM ()

NÃO ()

SE SIM FAZER A PERGUNTA 101; SE NÃO PASSAR A PERGUNTA 102.

101. Para que servem as "Juntas do Trabalho":

para conseguir melhor emprêgo para o trabalhador ()

para fazer acôrdo entre o trabalhador e o patrão ()

ou para melhorar as condições de saúde do trabalhador? ()

Favorabilidade ao melhoramento do recurso

102. O senhor tem conhecimento das notícias que saem nos jornais:

SIM () NÃO ()

SE SIM FAZER A PERGUNTA 103; SE NÃO PASSAR A PERGUNTA 104.

103. Como o senhor **conhece** essas notícias:

porque lê os jornais ()

porque alguém de sua família lê e comenta com o senhor ()

ou porque outras pessoas comentam com o senhor? ()

104. O senhor ouve rádio?

SIM () NÃO ()

SE SIM FAZER A PERGUNTA 105; SE NÃO PASSAR A PERGUNTA 106.

105. Com que frequência o senhor ouve rádio:

tôdos os dias ()

alguns dias na semana ()

algumas vêzes ao mês ()

106. Possui amigos?

SIM () NÃO ()

SE SIM FAZER A PERGUNTA 107; SE NÃO PASSAR A PERGUNTA 108.

107. Com que frequência o senhor visita seus amigos:

frequentemente ()

às vêzes ()

ou não visita? ()

108. Possui parentes aqui em Lomanto Junior?

SIM ()

NÃO ()

SE SIM FAZER A PERGUNTA 109; SE NÃO PASSAR A PERGUNTA 110.

109. Com que frequência o senhor visita seus parentes:

frequentemente ()

às vezes ()

ou não visita? ()

110. Possui vizinhos?

SIM ()

NÃO ()

SE SIM FAZER A PERGUNTA 111; SE NÃO PASSAR A PERGUNTA 112.

111. Com que frequência o senhor visita seus vizinhos:

frequentemente ()

às vezes ()

ou não visita? ()

112. O senhor faz parte de alguma Associação, Sindicato, Cooperativa ou Clube?

SIM: Associação () NÃO ()

Sindicato ()

Cooperativa ()

Clube ()

113. O senhor já tomou parte em algum curso?

SIM ()

NÃO ()

SE SIM FAZER AS PERGUNTAS 114 e 115; SE NÃO PASSAR A PERGUNTA 116.

114. Qual foi o assunto do curso? _____

115. Quem primeiro pensou que o senhor deveria participar no mesmo?

êle mesmo	()	parente	()
família	()	amigo	()
emprêsa	()	vizinho	()

116. O senhor já tomou parte de algumas dessas festas promovidas pela CEPLAC:

curso volante	()
semana do fazendeiro	()
ou encontro de técnicos e agricultores?	()
nenhuma	()

SE SIM FAZER A PERGUNTA 117; SE NÃO PASSAR A PERGUNTA 118.

117. Quem primeiro pensou que o senhor deveria participar da mesma?

êle mesmo	()	parente	()
família	()	amigo	()
emprêsa	()	vizinho	()

118. Quando o senhor possui dúvidas sôbre o seu trabalho ou mesmo sôbre outro assunto qualquer, costuma procurar alguém para explicá-lo?

SIM () NÃO ()

SE SIM FAZER A PERGUNTA 119; SE NÃO PASSAR A PERGUNTA 120.

119. Quem o senhor procura mais:

(EM ORDEM DE IMPORTÂNCIA; DEPOIS DO ENTREVISTADO MENCIONAR O NOME, PEDIR QUE ÊLE MENCIONE OUTROS DOIS NOMES).

- | | | | |
|-----------------|-----|---------------|-----|
| o proprietário | () | o amigo | () |
| o administrador | () | o parente | () |
| o vizinho | () | ou o gerente? | () |

120. O senhor tem algum conhecimento de:

	S I M		
1. Carpinteiro			9. Amolador
2. Pedreiro			10. Carvoeiro
3. Sapateiro			11. Seleiro
4. Funileiro			12. Mecânico
5. Barbeiro			13. Oleiro
6. Pintor de parede			14. Ferreiro
7. Marceneiro			15. Relojoeiro
8. Motorista			-

121. Reunindo todos seus ganhos em dinheiro, o senhor faz quanto por mês?

NCr\$ _____ (_____)
por extenso

(O ENTREVISTADOR DEVE PESSOALMENTE CLASSIFICAR A RESPOSTA NAS SEGUINTE CATEGORIAS DE SALARIO MINIMO REGIONAL)

- | | | | |
|---------------|-----|--------------|-----|
| menos de 1 SM | () | 2 a 3 SM | () |
| 1 SM | () | 3 a 4 SM | () |
| 1 a 2 SM | () | mais de 4 SM | () |

Quadro A. Grupo de Idade por Tamanho de Propriedade

Estrato	14-19 anos		20-24 anos		25-24 anos		35-44 anos		45-54 anos		55-64 anos		sem resposta		TOTAL	
	N	%	N	%	N	%	N	%	N	%	N	%	N	%	N	%
Pequena	18	15.7	23	19.7	33	28.7	21	18.3	14	12.2	5	4.4	1	.9	115	
Média	28	19.0	30	20.4	42	28.6	17	11.6	19	12.9	9	6.1	2	1.4	147	
Grande	11	13.0	16	18.3	20	23.4	18	21.0	13	15.2	7	8.1	1	.9	86	
TOTAL	57	16.4	69	19.8	95	27.4	56	16.1	46	13.2	21	6.0	4	1.2	348	100

Quadro B. Nível de Educação Formal por Tamanho de Propriedade

Estrato	P R I M A R I O														TOTAL	N	%		
	Analfabetos		Alfabetizados sem escola		1 ano		2 ano		3 ano		4 ano		5 ano					Sem resposta	
	N	%	N	%	N	%	N	%	N	%	N	%	N	%				N	%
Pequena	65	56.6	27	23.5	9	7.8	6	5.2	6	5.2	1	.9	1	.9	-	-	115	100.1	
Média	83	56.4	31	21.1	10	6.8	9	6.1	9	6.1	2	1.4	2	1.4	1	7	147	100.0	
Grande	58	67.3	12	13.9	7	8.2	3	3.5	2	2.3	1	1.2	3	3.5	-	-	86	99.9	
TOTAL	206	59.4	70	20.1	26	7.4	18	5.1	17	4.8	4	1.1	6	1.6	1	7	348	99.9	

Quadro C. Estado Civil por Tamanho de Propriedade

Estrato	Casado		Solteiro		Viúvo		Separado		Total	
	N	%	N	%	N	%	N	%	N	%
Pequena	30	26.1	76	66.1	1	0.9	8	7.0	115	100.1
Média	41	27.9	103	70.0	3	2.0	-	-	147	99.9
Grande	24	27.8	55	63.4	5	5.8	2	2.3	86	99.9
TOTAL	95	27.2	234	67.2	9	2.5	10	2.8	348	99.9

Quadro D. Número de Dependentes por Tamanho da Propriedade

Estrato	Zero		um		dois		três		quatro		cinco		seis		sete		oito		nove		Total	
	N	%	N	%	N	%	N	%	N	%	N	%	N	%	N	%	N	%	N	%	N	%
Pequena	55	47.3	13	11.3	10	8.7	4	3.5	8	7.0	6	5.2	4	3.5	10	8.7	1	.9	4	3.5	115	100.1
Média	69	46.9	12	8.2	16	10.9	16	10.9	9	6.1	6	4.1	3	2.0	11	7.5	2	1.4	3	2.0	147	100.0
Grande	26	30.1	13	15.0	8	9.2	6	6.9	2	2.3	6	6.9	5	5.8	13	15.0	4	4.6	3	3.4	86	99.9
TOTAL	150	43.5	38	11.0	34	9.9	26	7.5	19	5.5	18	5.2	12	3.5	34	9.9	7	2.0	10	2.9	348	100.1

Quadro E. Renda Bruta por Tamanho de Propriedade

Estrato	Menos do SM*		1 SM		1 a 2 SM		2 a 3 SM		Sem informação		Total	
	N	%	N	%	N	%	N	%	N	%		
Pequena	99	86.1	5	4.4	10	8.7	-	-	1	.9	115	100.1
Média	131	89.1	5	3.4	11	7.5	-	-	-	-	147	100.0
Grande	68	78.9	8	9.3	8	9.3	1	1.2	1	1.2	86	99.9
TOTAL	298	85.6	18	5.2	29	8.3	1	1.2	2	.6	348	100.0

* Salário mínimo

Quadro F. Número de Anos na Agricultura por Tamanho da Propriedade

Estrato	Até 2 anos		+ de 2 até 5		+ de 5 até 10		+ de 10 até 20		+ de 20		Sem resposta		Total	
	N	%	N	%	N	%	N	%	N	%	N	%	N	%
Pequena	3	2.6	9	7.8	30	26.1	32	27.8	40	34.8	1	.9	115	100.0
Média	2	1.4	21	14.3	38	25.8	38	25.8	44	29.9	3	2.7	147	99.9
Grande	3	3.4	4	4.6	15	17.2	29	33.3	35	40.2	1	.9	86	99.9
TOTAL	8	2.2	34	9.8	83	23.8	99	28.4	119	34.1	5	1.4	348	99.9

Quadro G. Número de Anos no Cacao por Tamanho de Propriedade

Estrato	Até 2 anos		+ de 2 até 5		+ de 5 até 10		+ de 10 até 20		+ de 20		Sem resposta		Total	
	N	%	N	%	N	%	N	%	N	%	N	%	N	%
Pequena	22	19.1	21	18.3	17	14.8	32	27.8	22	19.1	1	.9	115	100.0
Média	18	12.2	29	19.7	43	29.2	28	19.0	27	18.4	2	1.4	147	99.9
Grande	8	9.3	14	16.3	12	14.0	26	30.3	25	29.1	1	1.0	86	100.0
TOTAL	48	13.8	64	18.4	72	20.7	86	24.7	74	21.3	4	1.2	348	100.1

Apêndice Nº 9

Quadro H. Mobilidade Especial por Tamanho de Propriedade

	E S T R A T O							
	Pequena		Média		Grande		Total	
	N	%	N	%	N	%	N	%
Nenhum outro	37	31.8	54	36.7	37	42.9	128	36.7
1 Município	30	25.9	35	23.8	17	19.7	82	23.5
2 Municípios	18	15.6	23	15.6	16	18.6	57	16.3
3 Municípios	8	6.9	19	12.9	10	11.6	37	10.6
4 Municípios	6	5.2	6	4.1	3	3.5	15	4.3
5 Municípios	6	5.2	5	3.4	1	1.2	12	3.5
6 Municípios	-	-	2	1.4	1	1.2	3	.9
7 Municípios	2	1.7	2	1.4	1	1.2	5	1.5
8 Municípios	2	2.6	1	.7	-	-	3	.9
9 Municípios	3	2.6	-	-	-	-	3	.9
10 Municípios	-	-	-	-	-	-	-	-
11 Municípios	2	2.6	-	-	-	-	2	2.6
12 Municípios	1	.9	-	-	-	-	1	.3
Total	115	100.1	147	100.0	86	99.9	348	100.0

Quadro I. Mobilidade Ocupacional por Tamanho de Propriedade

Estrato	1 ocupação distinta		2 ocupações distintas		3 ocupações distintas		4 ocupações distintas		5 ocupações distintas		6 ocupações distintas		Total	
	N	%	N	%	N	%	N	%	N	%	N	%	N	%
Pequena	57	49.5	13	14.3	3	2.6	3	2.6	1	.9	1	.9	115	100.0
Média	75	51.0	12	8.2	5	3.4	1	.7	1	.7	-	-	147	100.0
Grande	38	44.2	9	10.4	-	-	1	1.2	1	1.2	-	-	86	100.0
TOTAL	170	48.8	34	9.8	8	2.3	5	1.5	3	.9	1	.3	348	100.0

Apêndice Nº 11

Quadro J. Motivos para Sair da Agricultura por Tamanho de Propriedade

	E S T R A T O							
	Pequena		Média		Grande		Total	
	N	%						
Baixo salário	13	40.8	22	40.7	10	47.6	45	42.0
Procurar melhores condições	2	6.2	6	11.1	2	9.5	10	9.4
Trabalho cansativo	6	18.7	6	11.1	2	9.5	14	13.0
Explorar outras atividades	8	25.0	16	29.7	3	14.4	27	25.2
Saúde	2	6.2	2	3.7	2	9.5	6	5.7
Outros	1	3.1	2	3.7	2	9.5	5	4.7
Total	32	100.0	54	100.0	21	100.0	107	100.0

Apêndice Nº 12

QUADRO K. Motivos para Sair da Cacau por Tamanho de Propriedade

	E S T R A T O							
	Pequena		Média		Grande		Total	
	N	%	N	%	N	%	N	%
Baixo salário	11	28.9	9	32.2	8	36.6	28	31.8
Procurar melhores condições	8	21.0	6	21.5	3	13.6	17	19.4
Trabalho cansativo	5	13.2	6	21.5	3	13.6	14	15.9
Não gosta trabalhar com cacau	9	23.8	1	3.6	3	13.6	13	14.8
Saúde	3	7.9	-	-	2	9.1	5	5.7
No cacau só se trabalha para o dono	1	2.6	2	7.1	1	4.5	4	4.5
Outros	1	2.6	2	7.1	1	4.5	4	4.5
Sem resposta	-	-	2	7.1	1	4.5	3	3.4
Total	38	100.0	28	100.1	22	100.0	88	100.0

Apêndice Nº 13

Quadro L. Motivo da Saída do Primeiro Emprêgo por Tamanho de Propriedade

	E S T R A T O							
	Pequena		Média		Grande		Total	
	N	%	N	%	N	%	N	%
<u>Econômicas</u>								
Baixo salário	18	18,3	21	16,6	8	12,3	47	16,2
Busca de melhoras	13	13,1	12	9,4	20	30,8	45	15,5
Falta de trabalho	10	10,1	14	11,0	4	6,1	28	9,7
<u>Sociais</u>								
Transferencia familiar	17	17,1	23	18,1	9	13,8	49	16,8
Livre vontade	23	23,3	42	33,0	19	29,4	84	28,9
Saúde	5	5,0	3	2,4	1	1,5	9	3,0
<u>Outros</u>	12	12,1	11	8,7	-	-	23	7,9
Sem informação	1	1,0	1	.8	4	6,1	6	2,0
Total	99	100,0	127	100,0	65	100,0	291	100,0